



Tribunais de Contas e a Primeira Infância em 2025



**Instituto
Rui Barbosa**
A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas

A Primeira Infância é, sem dúvida, a etapa mais decisiva da vida de todo ser humano. É nesse período — dos 0 aos 6 anos — que se desenvolvem de forma acelerada as capacidades neurológicas, cognitivas, socioemocionais e motoras que moldarão todo o percurso futuro da pessoa. A ciência tem sido categórica ao demonstrar que investir nessa fase é investir no desenvolvimento integral, na cidadania e no futuro de uma sociedade mais justa. Os estudos conduzidos pelo Prêmio Nobel de Economia, James Heckman, em parceria com os economistas Pedro Carneiro e Flávio Cunha, evidenciam que cada dólar investido na primeira infância gera um retorno entre 7 e 10 dólares ao longo da vida. Além do impacto econômico direto, esse investimento representa a estratégia mais eficiente para romper ciclos de pobreza e reduzir desigualdades que, quando não enfrentadas precocemente, acabam por demandar políticas compensatórias muito mais custosas para o Estado.

Foi com essa compreensão — alinhada ao mandamento constitucional de absoluta prioridade à criança, previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 — que o Instituto Rui Barbosa criou, em fevereiro de 2022, o então Comitê Técnico de Avaliação do Pacto Nacional pela Primeira Infância, hoje denominado Comitê Técnico da Primeira Infância. Desde sua origem, sob a presidência do Conselheiro Edson José Ferrari, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), o Comitê tem exercido um papel fundamental de mobilização, sensibilização e articulação institucional.

O trabalho desenvolvido nesses anos conseguiu inserir definitivamente no cotidiano dos Tribunais de Contas a centralidade da Primeira Infância como parâmetro de avaliação das Políticas Públicas. Em parceria com TCEs, TCMs e as Entidades representativas do Sistema de Controle Externo, o Comitê fomentou, em todo o país, um amplo movimento intersetorial que deu origem aos Pactos pela Primeira Infância — compromissos firmados entre estados, municípios e inúmeros órgãos públicos para assegurar às crianças brasileiras condições reais de desenvolvimento integral.

Ao lado dessa mobilização, o Comitê também promoveu espaços de reflexão e intercâmbio de experiências por meio das duas edições do Encontro Nacional da Primeira Infância (ENAPI), consolidando-se como referência na construção coletiva de soluções práticas para gestores públicos. Soma-se a isso a relevante produção editorial, que inclui duas edições do livro *A primeira infância e os Tribunais de Contas* e quatro volumes da Coletânea: *Primeira Infância em Foco*, obras que fortalecem o debate qualificado e orientam o aprimoramento das ações de controle.

Um dos marcos mais importantes dessa trajetória foi a realização da Auditoria Operacional na Primeira Infância, que avaliou os programas nacionais de visita domiciliar — o Programa Criança Feliz (PCF) e a Estratégia Saúde da Família (ESF). A iniciativa mobilizou 29 Tribunais de Contas, 152 servidores, 57 equipes de auditoria e alcançou 155 municípios em 23 unidades da federação. Trata-se de um feito histórico, que ilustra a força do Controle Externo quando atua de forma colaborativa e comprometida com causas estruturantes.

O Instituto Rui Barbosa se orgulha da atuação do Comitê Técnico da Primeira Infância. Seguiremos firmes, ao lado dos Tribunais de Contas e de nossos parceiros institucionais, para assegurar que cada criança brasileira tenha garantido o direito de viver plenamente essa fase crucial da vida. Investir na primeira infância é, acima de tudo, investir no futuro do país.

Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima
Presidente do Instituto Rui Barbosa – IRB



2025, um ano de avanços no desafio de dar voz e tração aos direitos da primeira infância no Brasil

Já são quase quatro anos de atuação do Comitê Técnico da Primeira Infância, desde que, ao ser eleito presidente do Instituto Rui Barbosa, o conselheiro Edilberto Carlos Pontes de Lima abraçou a ideia de conferir à defesa dos direitos das crianças brasileiras o patamar da maior importância dentre todas as demais políticas públicas, por meio da sensibilização, da mobilização e da articulação institucional.

O resultado, como bem assinalou o presidente Edilberto, foi que os tribunais de contas inseriram, de forma definitiva, a centralidade da Primeira Infância como parâmetro de avaliação das políticas públicas.

O ano de 2025 foi marcado por uma série de avanços no campo intersetorial, com a expansão da adesão de todo o conjunto formado pelos tribunais de contas da união, dos estados e dos municípios ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, bem como por estados, municípios e instituições da sociedade civil.

Daí porque este documento é apresentado como um compilado dos relatórios de todos os Tribunais de Contas que atenderam ao convite para a composição do balanço das atividades anuais do CTPI. O Comitê da Primeira Infância participou e conquistou espaços em painéis e mesas redondas de todos os eventos do sistema brasileiro de controle externo, com destaque para o II Encontro Nacional da Primeira Infância, de 27 a 29 de agosto, em Belo Horizonte, e o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, de 2 a 5 de dezembro, em Florianópolis.

Outro marco importante foi a edição do segundo volume do livro A Primeira Infância e os Tribunais de Contas, sobre desigualdades, somando-se à coletânea de e-books Primeira Infância em Foco, publicações qualificadas de debate e orientação tanto ao aprimoramento das ações de controle quanto a contribuições para a formatação e melhoria de políticas públicas.

Faço questão de registrar meu reconhecimento e gratidão ao presidente Edilberto Pontes, pela confiança, o apoio e o estímulo; a todos os integrantes do Comitê, aos assessores e colaboradores pela dedicação e a forma participativa com que se houveram, e, da mesma forma, aos Conselheiros e Conselheiras dos Tribunais de Contas de todo o País, irmanados na mesma causa.

Espero que este relatório propicie aos seus leitores não só um amplo quadro das atividades desenvolvidas pelos tribunais de contas em favor da Primeira Infância nos mais diferentes rincões do Brasil, como também a disseminação da consciência da importância dessa fase da vida na formação do ser humano e o engajamento de mais atores na defesa dos direitos das crianças brasileiras.

Conselheiro Edson Ferrari
Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância





Mensagem do Presidente do IRB	02
Mensagem do Presidente do CTPI	03
TCE Acre	05
TCE Alagoas	07
TCE Amapá	12
TCE Amazonas	17
TCM Bahia	21
TCE Ceará	23
TC Distrito Federal	25
TCE Espírito Santo	26
TCE Goiás	27
TCM Goiás	30
TCE Mato Grosso	35
TCE Mato Grosso do Sul	37
TCE Minas Gerais	39
TCE Pará	44
TCM Pará	48
TCE Paraíba	54
TCE Paraná	57
TCE Pernambuco	58
TCE Piauí	60
TCE Rio de Janeiro	62
TCM Rio de Janeiro	63
TCE Rio Grande do Norte	65
TCE Rio Grande do Sul	67
TCE Rondônia	70
TCE Roraima	72
TCE Santa Catarina	81
TCE São Paulo	82
TCE Tocantins	84
TCU	86
Relatório CTPI	87

Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC)

Em 2025, o Tribunal de Contas do Estado do Acre realizou ações voltadas à promoção e à proteção dos direitos da primeira infância, reconhecendo a importância estratégica dessa fase para o desenvolvimento humano e social. A atuação do TCE-AC nesse tema se alinha aos compromissos constitucionais de controle externo e à Agenda 2030 da ONU, especialmente no que tange aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como saúde, educação e redução das desigualdades.

Este relatório apresenta, de forma sintética, as principais iniciativas realizadas pelo TCE-AC ao longo do ano, com foco em fiscalizações, produção de conhecimento, articulação institucional e ações de sensibilização voltadas à melhoria das políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos no estado do Acre, conforme listado a seguir:

1. Levantamento dos Principais Indicadores da Primeira Infância do Estado do Acre – 2024;

2. Auditoria Operacional Coordenada Nacional na Primeira Infância;



Visitas as famílias em situação de vulnerabilidade social que participam do Programa Criança Feliz no município de Rio Branco-AC.

3. Ofício Circular nº 21/2025/PRESIDENCIA/TCEAC – Solicitando aos municípios do Acre aderirem à nova edição do Selo UNICEF (2025-2028);

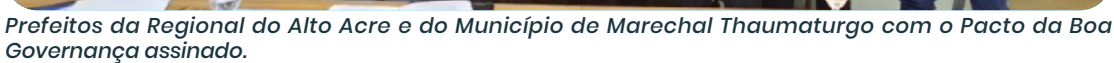


Visitas as famílias em situação de vulnerabilidade social que participam do Programa Criança Feliz no município de Tarauacá-AC.

4. Ofício Circular nº 22/2025/PRESIDENCIA/TCEAC – Orientando aos municípios ao alinhamento na elaboração do PPA (2026-2029), LDO e LOA com as diretrizes da Política Nacional da Primeira Infância (PNPI) e com o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI);

5. Pacto pela Boa Governança Pública – Assinado por todos os Prefeitos dos 22 municípios do Estado do Acre. Pactuando através da Cláusula Quarta “o compromisso de atuarem de maneira articulada entre os diferentes setores da administração municipal com medidas concretas e efetivas que promovam a igualdade de gênero, a redução de desigualdades sociais e o aprimoramento da governança pública na formação, execução e fiscalização das ações referentes à primeira infância”. Datas do evento: Regional Baixo Acre (18/06/2025), Regional Alto Acre (24/06/2025), Regionais Purus e Tarauacá/Envirá (27/06/2025) e Regional Juruá (08/07/2025);

6. Ofício nº 544/2025/SECEx/TCEAC – Orientando as Câmaras Municipais que na análise e discussão do Plano Plurianual (2026-2029), atentem para o alinhamento desse instrumento com os Planos Setoriais Municipais, inclusive o PMPI, de modo a assegurar que as prioridades estejam adequadamente contempladas no PPA e que haja alocação eficiente de recursos para a execução das ações previstas.



Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL)

1. PRIMEIRA INFÂNCIA NO IEGM DOS MUNICÍPIOS (FEVEREIRO/2025):

Em fevereiro de 2025, o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas oficializou a inclusão de indicadores específicos da primeira infância no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), contemplando os eixos de Saúde, Educação e Cidades.

A decisão foi consolidada em reunião realizada no dia 2, com a participação da DEFAFOM e do Núcleo Integrado de Trabalho pela Primeira Infância (NIT-TCE/AL), onde foram apresentados os parâmetros técnicos, metodologias de avaliação e os novos critérios que passam a integrar o índice.

A atualização fortalece o IEGM como ferramenta de acompanhamento e avaliação da gestão pública, respondendo à necessidade de qualificar o monitoramento das políticas destinadas às crianças de 0 a 6 anos nos municípios alagoanos.

abrangem conteúdos essenciais para gestores, conselheiros e equipes técnicas, incluindo temas como primeira infância no orçamento, primeira infância no PPA, governança e proteção de direitos. A iniciativa amplia o acesso à formação qualificada, fortalece a atuação dos agentes públicos e reforça o compromisso do Tribunal em apoiar a profissionalização da gestão, estimulando decisões assertivas, planejamento



Reunião de formalização da parceria entre o TCE-AL com a ENAP em Brasília.



Reunião com a DEFAFOM e o NIT-TCE/AL para inserção da Primeira Infância no IEGM dos Municípios.
Foto: Felipe Brasil.

2. PARCERIA DE CURSOS CERTIFICADOS COM A ENAP (MARÇO/2025):

Parceria realizada entre o TCE-AL e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para a disponibilização de cursos de formação sobre a Primeira Infância na plataforma do ESPIA. Os cursos são certificados pela ENAP e

3. AUDITORIA OPERACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA (MARÇO A JULHO 2025)

O Tribunal de Contas de Alagoas integrou a Auditoria Operacional da Primeira Infância, coordenada pela Rede Integrar e pelo Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB). A ação avaliou a efetividade dos programas de visita domiciliar Criança Feliz (PCF) e da Estratégia Saúde da Família (ESF), examinando sua articulação intersetorial no Estado. As visitas de campo foram realizadas entre os meses de maio e junho de 2025, nos municípios de Jacaré dos Homens, Campo Grande, Rio Largo, Coruripe e Maceió, bem como nas Secretarias Estaduais de Assistência Social e de Saúde, contribuindo para um diagnóstico mais preciso das políticas públicas voltadas à primeira infância em Alagoas.



Visita domiciliar no município de Jacaré dos Homens durante as fiscalizações da Auditoria Nacional Coordenada da Primeira Infância. Foto: Victor Hortêncio.

4.CAMPANHA DESTINE ESPERANÇA E DIGNIDADE (ABRIL/2025):

O TCE-AL, por meio do gabinete do vice-presidente Otávio Lessa, articulou a campanha Destine Esperança e Dignidade 2025, uma iniciativa construída em parceria com diversas instituições para incentivar a destinação de parte do Imposto de Renda aos Fundos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa.

O lançamento ocorreu no dia 31 de março, durante workshop realizado no Auditório da Justiça Federal, reunindo órgãos parceiros para apresentar o funcionamento do mecanismo e destacar o potencial da campanha para ampliar investimentos sociais e fortalecer as políticas públicas no Estado.



Reunião na Associação dos Municípios Alagoanos para o planejamento da campanha Destine Esperança e Dignidade 2025.

5.II ENCONTRO TÉCNICO DA REDE INTEGRAR (JUNHO/2025):

Em junho, o TCE-AL sediou o II Encontro Técnico da Rede Integrar, reunindo Tribunais de Contas de todo o país, instituições parceiras e órgãos estaduais para discutir caminhos para o fortalecimento da fiscalização de políticas públicas descentralizadas. Na edição, a primeira infância ganhou centralidade, impulsionando debates sobre o papel do controle externo na efetividade das ações voltadas às crianças de 0 a 6 anos. O encontro também contou com a participação do Dr. Halim Girade, coordenador do Comitê da Primeira Infância do IRB, que destacou a importância das políticas públicas para os primeiros anos do desenvolvimento humano e o papel dos Tribunais de Contas para a avaliação e o monitoramento dessas ações.



Representantes do Pacto pela Primeira Infância de Alagoas e da Rede Integrar. Foto: Felipe Brasil.

6.ARTICULAÇÃO AGOSTO VERDE (JULHO/2025):

No dia 7 de julho, o TCE-AL por meio do NIT, articulou a construção do calendário de ações do Agosto Verde em parceria com os integrantes do Pacto pela Primeira Infância de Alagoas.

O encontro reuniu representantes das dez instituições signatárias e promoveu um planejamento colaborativo, alinhado às prioridades locais. A programação foi estruturada de forma intersetorial, contemplando iniciativas voltadas à cultura, à importância do brincar, além de atividades formativas, mobilizações públicas e ações de lazer.



Reunião com representantes do Pacto Estadual pela Primeira Infância de Alagoas no TCEAL para articulação das ações do Agosto Verde 2025. Foto: Felipe Brasil.

7. LANÇAMENTO DO PLANO ESTADUAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (AGOSTO/2025):

O TCE-AL participou ativamente da elaboração do Plano Estadual pela Primeira Infância, construído a partir de um processo amplamente colaborativo, que envolveu audiências públicas, debates técnicos e diálogos permanentes com a sociedade civil.

Lançado durante o Agosto Verde, o plano representa um marco histórico para o Estado, ao consolidar a atuação conjunta de diferentes instituições em defesa das crianças alagoanas. O documento sinaliza um avanço estrutural ao reorganizar prioridades, orientar políticas públicas e inaugurar um novo patamar de responsabilidade com a primeira infância em Alagoas.



O analista do NIT-TCE/AL Victor Hortêncio e a professora da UFAL Elisângela Mercado durante o lançamento do PEPI. Foto: Felipe Brasil.

8. PARTICIPAÇÃO NO II ENAPI (AGOSTO/2025):

O TCE-AL teve importante participação no II ENAPI, representado pela conselheira Renata Calheiros, que presidiu uma das mesas centrais do encontro, realizado em agosto em Belo Horizonte.

O painel reuniu os conselheiros Susana Azevedo (TCE/SE), Renato Rainha (TC-DF) e Rholden Queiroz (TCE/CE), promovendo uma discussão voltada ao compartilhamento de estratégias e boas práticas, bem como ao papel dos Tribunais de Contas no apoio técnico aos municípios e no fortalecimento das políticas públicas voltadas à primeira infância.



Conselheira Renata Calheiros durante a mesa redonda com conselheiros no II ENAPI. Foto: Rafael Almeida.

9. VISITA INSTITUCIONAL TCE-RN (AGOSTO/2025):

Durante o 8º CONACON, auditores da Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte realizaram uma visita institucional ao TCE-AL para conhecer o ESPIA – Observatório da Primeira Infância de Alagoas. O encontro reforçou o intercâmbio técnico entre os tribunais e teve como objetivo conhecer em profundidade o processo de desenvolvimento, metodologias e a implantação da plataforma, que é reconhecida pela capacidade de organizar dados estratégicos e apoiar o monitoramento das políticas.



Equipe do ESPIA recebendo auditores do TCE-RN no Tribunal de Contas de Alagoas. Foto: Felipe Brasil.

10.III JORNADA ITINERANTE DO TCE-AL (OUTUBRO/NOVEMBRO 2025):

As equipes do NIT-TCE/AL e do ESPIA participaram da III Jornada Itinerante, promovida pela Escola de Contas do TCE-AL entre os meses de outubro e novembro de 2025.

Os encontros contaram com palestras realizadas nos municípios de Marechal Deodoro, Maragogi e Arapiraca, apresentando boas práticas e destacando a atuação dos Tribunais de Contas na proteção e promoção dos direitos da primeira infância. A iniciativa reforçou a sensibilização dos gestores municipais e a importância de ações qualificadas e descentralizadas.



Equipe do ESPIA e do gabinete da conselheira Renata Calheiros na III Jornada Itinerante em Maragogi.

11.ESPECIALIZAÇÕES EM I.A E GOVERNANÇA (ABRIL - NOVEMBRO/2025):

Em 2025, o ESPIA participou de duas formações estratégicas voltadas ao uso da Inteligência Artificial no aprimoramento da gestão pública. Em abril, a conselheira Renata Calheiros

integrou o seminário “IA Generativa Ativa: A nova fronteira do controle externo”, que discutiu tendências tecnológicas e o potencial da IA para qualificar análises, otimizar processos e ampliar a capacidade de tratamento de dados. Em novembro, participou do simpósio “Governança, IA e Transparência na Administração Pública”, que aprofundou debates sobre segurança algorítmica, ética digital e o papel da governança de dados na construção de ambientes públicos mais transparentes e eficientes.



Conselheira Renata Calheiros no seminário “IA Generativa Ativa: A nova fronteira do controle externo” realizado em abril em Brasília-DF.

12. ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TCE-AL E UNICEF (NOVEMBRO/2025):

No dia 17 de novembro, o TCE-AL e o UNICEF assinaram um Memorando de Entendimento que estabelece uma cooperação técnica voltada ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância em Alagoas. O acordo consolida uma parceria estratégica ao integrar a capacidade de fiscalização, indução de políticas e produção de evidências do TCE-AL e do ESPIA – Observatório da Primeira Infância à expertise internacional do UNICEF em metodologias, gestão pública, intersetorialidade e estratégias de proteção à infância. A cooperação inaugura um novo nível de qualificação das políticas públicas no estado, ampliando a capacidade de atuação dos órgãos parceiros e fortalecendo a pauta da primeira infância com base em evidências e inovação.



Assinatura do Termo de Cooperação.

13. 2º CICLO DE FORMAÇÃO DO SELO UNICEF (NOVEMBRO/2025)

No dia 19 de novembro, o TCE-AL sediou o 2º Ciclo de Formação do Selo UNICEF 2025–2028 em Alagoas, com o tema “Imunização, Nutrição e Saúde de Adolescentes”. O encontro reuniu representantes de 94 municípios alagoanos em uma capacitação destinada a articuladores, mobilizadores, gestores e profissionais das áreas de saúde e nutrição, com foco no fortalecimento das políticas públicas municipais voltadas à ampliação da cobertura vacinal de crianças, à promoção da alimentação saudável, à prevenção da má nutrição e ao cuidado integral de adolescentes.



Evento do 2º Ciclo de Formação do Selo UNICEF no TCE-AL Foto: Felipe Brasil

14. LANÇAMENTO DO PIA – PRIMEIRA INFÂNCIA ANTIRRACISTA NA SERRA DA BARRIGA (NOVEMBRO/2025):

No dia 27 de novembro, o TCE-AL participou do lançamento nacional dos cadernos do programa Primeira Infância Antirracista — PIA Quilombola

e PIA Povos de Terreiro, realizado na Serra da Barriga, em União dos Palmares (AL). A iniciativa representa um importante avanço na promoção da equidade e no fortalecimento das políticas públicas voltadas às crianças quilombolas e às comunidades tradicionais. O evento reafirmou o compromisso das instituições parceiras com a construção de uma primeira infância verdadeiramente antirracista, orientada pelo respeito à diversidade, pela garantia de direitos e pela valorização das identidades que compõem o território alagoano.



Lançamento nacional dos cadernos do PIA Quilombola e Povos de Terreiro na Serra da Barriga, Alagoas. Foto: Felipe Brasil

15. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS EM FLORIANÓPOLIS (DEZEMBRO/2025):

Durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, o TCE-AL e o NIT-TCE/AL participaram da reunião do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, dedicada à definição das diretrizes nacionais para o trabalho dos Tribunais de Contas em 2026 no eixo da primeira infância, além da apresentação dos resultados da Auditoria Coordenada Nacional e à instituição de novas comissões técnicas alinhadas às agendas estratégicas do Instituto.



A conselheira Renata Calheiros no IV CITC 2025.

Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP)

1. Apresentação do plano da 1ª Auditoria Operacional da Primeira Infância no Amapá.

2. Reunião estratégica de apresentação do plano de auditoria operacional dos programas de visitação da primeira infância na saúde e assistência social, com o objetivo de avaliar a eficácia das ações desenvolvidas nos Programas Criança Feliz e Agentes Comunitários de Saúde;

•Dia: 30/04/2025

•Local: Macapá

Participantes:

Conselheira Relatora: Marília Brito Xavier Góes

Secretaria de Controle Externo: Auditoras Regiane Guedes Eveline Azevedo.

Signatários do Pacto Estadual pela Primeira Infância no Amapá;

Instituições do Comitê Interinstitucional do Pacto pela Primeira Infância no Amapá:

- 1) Secretaria de Estado da Assistência Social;
- 2) Tribunal de Justiça do Estado do Amapá;
- 3) Assembleia Legislativa;
- 4) Ordem dos Advogados do Brasil;
- 5) Ministério Público Estadual;
- 6) Defensoria Pública Estadual.

3. Instituição do Selo da Primeira Infância

•Dia: 30/04/2025

•Local: Macapá

O Comitê Interinstitucional instituiu o Selo do Pacto pela Primeira Infância destinado ao reconhecimento de pessoas ou instituições que se destacaram na prestação de relevantes serviços de promoção e proteção da primeira infância no Estado do Amapá.

4. Parceria nas ações do Selo Unicef na etapa de lançamento da Edição 2025–2028.

•Dia: 06/05/2025 (terça-feira)

•Local: Prédio-sede do Ministério Público do Estado do Amapá – MPAP

O evento contou com a presença de mais de 10 prefeitos amapaenses e representantes de instituições como a Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Governo do Estado e Associação dos

Municípios do Estado do Amapá (AMEAP). Essa ampla adesão demonstra o compromisso coletivo com a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, além das instituições

Com a adesão dos 16 municípios amapaenses ao O “Selo UNICEF Município Aprovado”, os municípios assumiram também o compromisso de fortalecer políticas públicas em áreas como educação, saúde, assistência social e proteção social da primeira infância, de fazerem previsão em Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias anuais, além de incentivar a participação social e o engajamento da comunidade na defesa dos direitos também das crianças e adolescentes.



5. Realização da Auditoria Operacional da Primeira Infância

Período: Abril a Junho de 2025.

Local: Estado do Amapá



6. Realização do I Podcast Primeira Infância – mês da Primeira Infância

Dia: 15/08/2025 (sexta-feira)

Hora: 9h

Local: Online, ao vivo no Youtube do TCE/AP – link https://www.youtube.com/watch?v=mHvu_BMlvaU&t=7456s

Participantes:

- Aline Gurgel – Deputada Federal
- Clívia Valente – Delegada da Polícia Civil do Amapá
- Antonina Soares Oliveira – Secretária Municipal de Educação de Laranjal do Jari
- Regiane Guedes – Auditora de Controle Externo do TCE-AP
- Eveline Azevedo – Auditora de Controle Externo do TCE-AP

Com a pauta dos direitos, proteção e afeto na Primeira Infância. O Podcast “Primeira Infância – Cuidar das nossas crianças é cuidar da sociedade”, abordou a importância dos primeiros anos de vida, políticas públicas e educação para o desenvolvimento humano, e pode ser conferido no canal do Youtube do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, o Podcast foi apresentado pela Conselheira Marília Góes e teve ampla divulgação no Estado.



7. Parceria nas ações do Selo Unicef no Encontro de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da edição 2025-2028.

- Dia: 13/08/202 (terça-feira)
- Local: Ministério Público do Estado do Amapá – MPAP – Macapá

No dia 13 de agosto participamos em conjunto com a representante do Instituto Peabiru e representantes da UNICEF da Capacitação sobre a Metodologia do Selo 2025-2028, momento que contamos com a presença de autoridades como: Secretária da Secretaria dos Povos Indígenas; Conselheira do TCE-AP, Juíza do TJAP-AP, Presidente da Associação dos Prefeitos; Presidente do CMDCA de Macapá; Promotora da Infância e Juventude, bem como dos Articuladores Municipais do Selo UNICEF, Mobilizadores dos Adolescentes e Presidentes do CMDCA, dos 16 municípios do Estado do Amapá, conforme registro fotográfico em anexo.

Foram prestadas orientações aos articuladores Municipais dos 16 municípios do Estado sobre a elaboração dos planos plurianuais e leis orçamentárias.

PARCEIROS ENVOLVIDOS

- Ministério Público (MP-AP)
- Tribunal de Contas(TC-AP)
- Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)
- Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS)
- Secretaria de Estado da Saúde(SES)
- Secretaria de Estado da Educação (SEED)
- Associação de Conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares (ACET)
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA)
- Defensoria Pública do Estado do Amapá(DEFENAP)
- Associação dos Prefeitos dos Municípios do Amapá (AMEAP) Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP)

8. Parceria em várias atividades do Projeto Selo UNICEF.

Período: Setembro de 2025.

No dia 05 de setembro de 2025, o espaço do Tribunal de Contas do Estado do Amapá na 54ª Expofeira, apresentou de forma cultural a 1ª Auditoria Operacional da Primeira Infância do TCE/AP e os resultados que apontam avanços e desafios no cuidado com nossas crianças, além de se tornar um espaço de ampla divulgação dos direitos das crianças de 0 à 6 anos, para

os milhares de visitantes da feira. Usando instrumentos como questionários virtuais e material de divulgação audiovisual e digital, foram disseminadas informações, aproximando o tema da sociedade.

No período mencionado participamos de reuniões online com o Instituto Peabiru, UNICEF, abordando assuntos ligados aos resultados sistêmicos do ciclo do Selo UNICEF 2025-2028; Participação no bate-papo Selo UNICEF sobre a Lei da Escuta Protegida no dia 16/10/2025; Participação em 29/10/2025 da reunião com a equipe da Secretaria de Estado de Assistência e apresentação do Resultado Sistêmico.

Sobre a Proteção Social – Fortalecimento da Assistência Social, a importância das ações da Proteção Social está na Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) da gestão municipal, bem como, os gestores municipais de Assistência Social serem orientados quanto a elaboração do Plano Municipal e Assistência Social, considerando recorte da primeira infância.

Parceria na realização do 2º Ciclo de Formação em 07 de outubro de 2025, do resultado sistêmico:

- Saúde e Nutrição de Crianças e adolescentes que será realizado em 07 de outubro de 2025, que contou com a presença dos 16 municípios.

PARCEIROS ENVOLVIDOS:

- Ministério Público (MP-AP);
- Tribunal de Contas(TCE);
- Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH);
- Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS);
- Secretaria de Estado da Saúde(SES);
- Secretaria de Estado da Educação (SEED);
- Associação de Conselheiro e Ex Conselheiro Tutelar (ACET);
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA);
- Defensoria Pública do Estado do Amapá(DEFENAP);
- Associação dos Prefeitos dos Municípios do Amapá (AMEAP) – Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP)

9. Primeira Infância na 54ª Expofeira Agropecuária do Estado do Amapá

Dia: 05/09/2025 (sexta-feira)

Hora: 17h

Local: 54ª Expofeira – Parque de Exposições da Fazendinha

No dia 05 de setembro de 2025, o espaço do Tribunal de Contas do Estado do Amapá na 54ª Expofeira, apresentou de forma cultural a 1ª Auditoria Operacional da Primeira Infância do TCE/AP e os resultados que apontam avanços e desafios no cuidado com nossas crianças, além de se tornar um espaço de ampla divulgação dos direitos das crianças de 0 à 6 anos, para os milhares de visitantes da feira. Usando instrumentos como questionários virtuais e material de divulgação áudio visual e digital, foram disseminadas informações, aproximando o tema da sociedade.

Houve participação massiva dos visitantes da Expofeira, com distribuição de brindes exclusivos da Liga de Proteção da Primeira Infância, fotos temáticas reveladas na hora e a realização de quiz, levando muita informação aos presentes.



dentre as quais, podemos citar:

- Formação de cuidadores na educação, pela Escola de Contas, com prioridade de participação dos cuidadores que atuam na educação infantil;
- Formação de brinquedistas na educação infantil, exclusivamente para educadores infantis do município;
- Entrega de acervo de brinquedos e livros infantis para escola que atende educação infantil no Distrito de Lourenço;
- Instalação e entrega de Brinquedoteca na Creche Neucicléia Abreu da Silva.
- Ações de reforço da imunização no município de Calçoene;
- Atendimento médico e interdisciplinas de crianças de 0 à 6 anos;
- Implementação da etapa do programa de segurança alimentar para 300 famílias pela Secretaria de Estado da Assistência Social no TCE na Comunidade, em Lourenço e Calçoene.
- Reunião técnica com representantes do Legislativo, Executivo, gestores, técnicos e visitantes dos Programas Agentes Comunitários de Saúde e do Programa Primeira Infância, para apresentação da 1ª Auditoria Operacional da Primeira Infância.

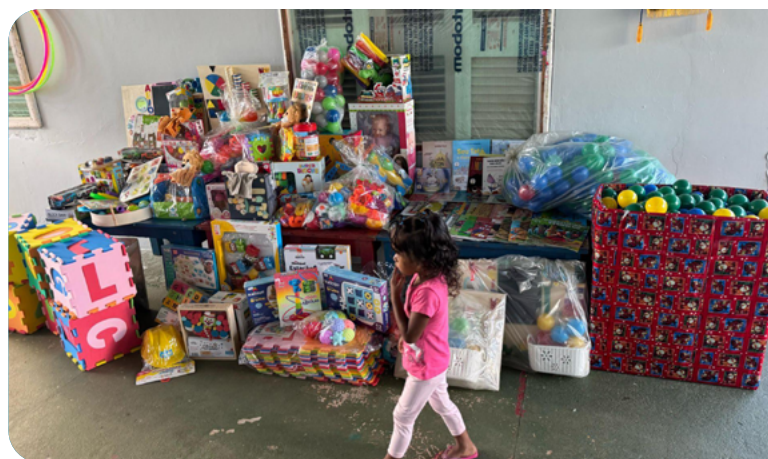


10. Primeira Infância na realização da 8ª Edição do TCE na Comunidade.

Período: 24 à 29 de novembro de 2025

Local: Município de Calçoene, com atividades específicas no Distrito de Lourenço.

Com o objetivo de integrar instituições públicas e aproximá-las da Comunidade, pautando e fomentando uma educação cidadã, o controle social e o fortalecimento da gestão pública em Calçoene, com foco informação e com atividades voltadas especificamente para a primeira infância, o TCE desenvolveu inúmeras atividades,





Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM)

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), por meio do seu Departamento de Auditoria em Educação (DEAE), mantém atuação contínua relacionada à Primeira Infância em duas ações de controle: (i) acompanhamento sobre a ampliação de vagas na Educação Infantil (creche e pré-escola) no município de Manaus e (ii) acompanhamento sobre política de alfabetização amazonense no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

Ação de controle 1 – Acesso à creche e à pré-escola

O acesso à educação infantil é disciplinado nos Planos Nacional e Municipal de Educação, que estabeleceram a Meta 1, que trata da universalização da pré-escola (4 e 5 anos) e a ampliação da oferta de creche (0 a 3 anos) para, no mínimo, 50% das crianças. A garantia constitucional de oferta de vagas na educação pública infantil foi reforçada no julgado do Recurso Extraordinário 1008166, que gerou o tema de repercussão geral 548 no Supremo Tribunal Federal.

No que se refere à atuação deste Tribunal, de início, importa registrar que a ampliação de vagas em creches e pré-escola no município de Manaus já foi objeto de recomendação nos Pareceres das Contas dos exercícios de 2021 e de 2023.

Desde 2024, por processo formal de Acompanhamento, o DEAE realiza fiscalização concomitante, com caráter preventivo e pedagógico, voltada a induzir correções tempestivas na gestão pública, monitorar riscos e fortalecer a efetividade da política de Educação Infantil, com foco na ampliação de vagas em creches e pré-escola.

Ao longo do exercício de 2025, a equipe técnica do DEAE manteve interlocução direta com a Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED), analisando planejamento, orçamento, metas e a estratégia anunciada para expansão de

vagas – incluindo construção de novas unidades, locação de prédios e celebração de convênios. No decorrer do acompanhamento foi emitido um instrumento técnico preliminar (Apontamento Preliminar de Acompanhamento – APA), por meio do qual o TCE-AM consolidou achados e comunicou oficialmente à gestão municipal pontos de atenção estruturantes, garantindo espaço para manifestação da Secretaria e para adoção imediata de providências corretivas. Paralelamente, o DEAE iniciou o ciclo de visitas técnicas in loco a unidades de Educação Infantil para verificar em campo a situação de oferta real, a taxa de ocupação das turmas e a pressão exercida pela demanda reprimida.

Em síntese, foram identificados quatro grupos de fragilidades que impactam o direito de acesso à creche e à pré-escola: cobertura insuficiente, planejamento da Semed aquém da necessidade, fragilidades na identificação e gestão da demanda e execução orçamentária insuficiente.

O TCE-AM reafirma que o acesso à creche e pré-escola constitui política essencial da Primeira Infância e busca induzir soluções estruturais por parte da administração municipal de Manaus.

Ação de controle 2 – Política de Alfabetização Amazonense no âmbito do CNCA

Trata-se de fiscalização, na espécie acompanhamento, decorrente de ação nacional do Comitê Técnico de Educação do IRB, ocorrida em 2024 com a participação de diversos Tribunais de Contas brasileiros. De início, o objetivo foi conhecer os elementos inerentes ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e identificar futuras ações de controle.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, fundamenta-se na articulação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Seu objetivo central é assegurar que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, por meio da implementação

coordenada de políticas, programas e ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização na idade certa.

A política está estruturada em cinco eixos estratégicos, com destaque para a governança, formação, avaliação e boas práticas, os quais orientam a atuação conjunta dos entes federativos. A meta nacional estabelecida pelo Governo Federal é alcançar pelo menos 80% de crianças alfabetizadas até 2030, promovendo melhoria contínua dos resultados educacionais e redução das desigualdades no acesso à aprendizagem inicial.

Em 2025, as atividades desenvolvidas pelo DEAE no acompanhamento estão listadas a seguir:

1. Análise de dados do levantamento realizado com todos os municípios amazonenses e com o Governo do Estado em 2024;
2. Análise dos resultados da alfabetização do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) de 2023 e de 2024;
3. Reunião com membros de articulação no âmbito do CNCA no Amazonas para acompanhamento das ações realizadas;
4. Participação em evento virtual de boas práticas com articuladores regionais e servidores de municípios que avançaram na alfabetização de 2023 para 2024;
5. Participação de evento promovido pelo MEC para apresentação de resultados da alfabetização no Amazonas;
6. Novo levantamento realizado a partir de análise de risco com o Governo do Estado e com 33 municípios;
7. Alertas a 33 municípios e ao Governo do Estado do Amazonas, publicados no Diário Oficial do TCE-AM em 03 de outubro de 2025, com repercussão na imprensa local.

Ressalta-se que a relação entre o CNCA e a Primeira Infância se materializa nas ações governamentais que antecedem o processo de alfabetização no 2º ano do ensino fundamental, a exemplo do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil (Pro-LEEI), instituído pela Portaria MEC nº 85, de 31 de janeiro de 2025.

Tal iniciativa tem por finalidade assegurar equidade e qualidade nas práticas pedagógicas da educação infantil, promovendo a valorização docente, o reconhecimento das diversidades regionais e culturais e o fortalecimento das políticas públicas destinadas à primeira infância. Nesse sentido, o Pro-LEEI e demais ações correlatas alinham-se ao direito constitucional à educação de qualidade e aos princípios da educação, contribuindo para bases sólidas de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Ação de Controle 1 - Acesso à creche e à pré-escola no município de Manaus - 2025



Reunião com Técnicos e com o Secretário Municipal de Educação de Manaus – Outubro/2025



Visita à Creche Maria Luiza da Conceição Silva – Outubro/2025



Reunião com Técnicos e com o Secretário Municipal de Educação de Manaus – Março/2025

1. RELAÇÃO DE CRIANÇAS DO CADASTRO DE RESERVA ENVIADA PARA GERÊNCIA DE MATRÍCULA 27 MAR 2025 - Microsoft Word 2019

Manaus

PREFEITURA DE MANAUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
DIVISÃO DE GESTÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
Creche Municipal Maria Luiza da Conceição Silva

RELAÇÃO DE CRIANÇAS DO CADASTRO DE RESERVA PARA MATRÍCULA / ANO: 2025

MATERIAL 1 - INTEGRAL

Nº ORDEM DO SORTEIO	NOME DA CRIANÇA QUE NÃO CONFIRMOU MATRÍCULA (1ª CHAMADA) SAI	CODIGO	JUSTIFICATIVA	Nº ORDEM DO SORTEIO	NOME DA CRIANÇA QUE ENTRA	CODIGO	TURMA
001	KAMILA ROCA DE OLIVEIRA	3121191-6	NÃO COMPARECEU	010	SAMUEL COSTA SILVA	3120301-6	3.A
002	RYAN GABRIEL GONÇALVES ASSIS	3119931-0	NÃO COMPARECEU	022	ANTHONY LUCAS NANCURENTO DA SILVA	3119998-9	3.A

CONTINUA...

Controle de fila de espera – Creche Maria Luiza da Conceição Silva – Outubro/2025

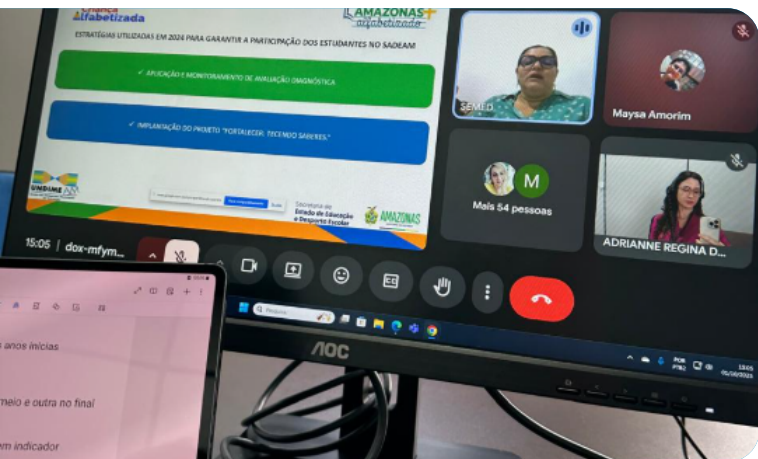


Visita à Creche Maria Luiza da Conceição Silva – Outubro/2025

Ação de Controle 2 – Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – 2025



Reunião presencial com os articuladores regionais do Estado do Amazonas – Setembro/2025



Reunião virtual – Partilha de experiências nos resultados do Sadeam 2024 – Outubro/2025



Participação em evento do MEC ocorrida no TCE – junho/2025

ALERTAS

ALERTA Nº 05/2025-DEAE

Alerta direcionado aos Poderes Executivos e Secretários Municipais de Educação dos municípios, em razão do **não cumprimento da meta de alfabetização**, conforme os resultados oficiais da Avaliação de 2024 do **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)**, para que adotem ações efetivas voltadas à alfabetização na idade certa e recuperação da aprendizagem das crianças que ainda não foram alfabetizadas.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no estrito exercício do Controle Externo e considerando:

- A figura do Alerta prevista no art. 59, §1º, V, da Lei Complementar nº 101/2000, mais especificamente sobre os fatos que podem comprometer os resultados dos programas de governo voltados à educação, bem como

Alertas – DOE TCE-AM em 03.10.25



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - Yara Amâzônia Lins | Conselheira-Presidente | www.tce.am.gov.br

Diário Oficial Eletrônico

Edição nº 3649 pág.83

Manaus, 03 de Outubro de 2025

ALERTA Nº 06/2025-DEAE

Alerta direcionado ao Poder Executivo do Estado do Amazonas para que adote medidas de colaboração voltadas a garantir a alfabetização na idade certa e a recuperação da aprendizagem no território amazonense.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no estrito exercício do Controle Externo e considerando:

Alertas – DOE TCE-AM em 03.10.25

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA)

1. Introdução

Em 2025, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) atuou de forma interdisciplinar na fiscalização de políticas públicas voltadas à primeira infância, com ênfase nas políticas de educação, saúde e assistência social. As ações reafirmaram o compromisso institucional com a efetividade das políticas públicas e com a indução de boas práticas na gestão municipal. Nesse contexto, foram realizadas duas auditorias operacionais de grande relevância, voltadas ao acesso à educação infantil e à governança. Essas iniciativas receberam o selo “Primeiro, a Infância!”, símbolo do compromisso do TCM/BA com o tema.

2. Ações desenvolvidas

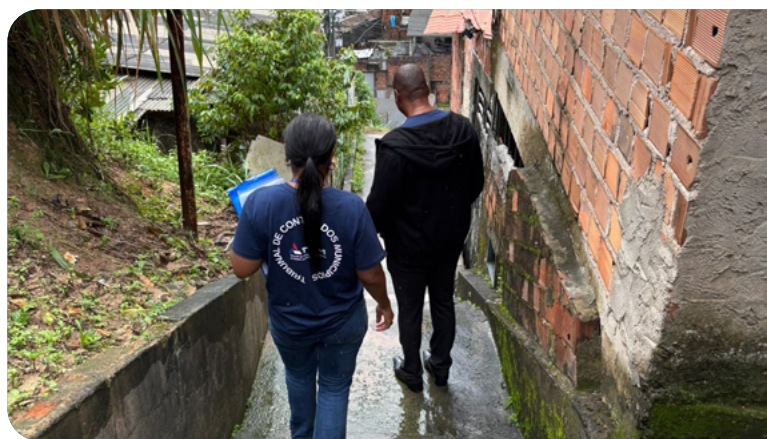
2.1. Auditoria Operacional sobre o Acesso à Educação Infantil

A auditoria teve como objetivo compreender como os municípios baianos vêm garantindo o direito à creche e à pré-escola, conforme estabelece a meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a universalização da pré-escola e o atendimento de, no mínimo, metade das crianças de até três anos em creches, etapas fundamentais para o desenvolvimento integral na primeira infância.

A ação mapeou como as gestões municipais identificam as crianças que ainda não frequentam a escola, como realizam o levantamento de demanda, como organizam as filas de espera por vagas e quais critérios utilizam para definir a prioridade de matrícula. Também considerou a importância da articulação entre as áreas de educação, saúde e assistência social, reconhecendo que a integração de esforços é essencial para identificar e atender as crianças, especialmente aquelas em situação de maior risco social.

Foram selecionados seis municípios de diferentes portes e contextos, com foco na análise de riscos estruturais que impactam a efetividade da política de acesso à educação infantil, como falhas na busca ativa escolar, ausência de filas

únicas e auditáveis, fragilidade na articulação intersetorial e falta de metas específicas para expansão da oferta. O trabalho permitiu identificar boas práticas e oportunidades de aprimoramento na gestão municipal, fortalecendo a compreensão sobre os fatores que favorecem a ampliação do acesso e a equidade nas políticas voltadas à educação na primeira infância.



2.2. Auditoria Nacional da Primeira Infância

A auditoria coordenada sobre a primeira infância integrou a iniciativa nacional conduzida pelo Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB), com apoio da Atricon e da Rede Integrar. O trabalho avaliou a eficiência e a eficácia das políticas públicas de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, com foco nos programas nacionais de visitação domiciliar: Estratégia Saúde da Família – ESF e o Programa Criança Feliz – PCF.

Foram auditados cinco municípios selecionados segundo critérios de porte populacional, vulnerabilidade socioeconômica e presença dos programas ESF e PCF, resultando em uma amostra com perfis distintos. A análise abrangeu o planejamento das ações, a articulação intersetorial, a qualificação e permanência das equipes, o registro e acompanhamento das visitas e as condições institucionais e logísticas necessárias à efetividade das políticas.

A experiência evidenciou a relevância da fiscalização como instrumento de aprimoramento das políticas públicas, ao possibilitar o diagnóstico de fragilidades, promover transparência na gestão e fortalecer a atuação dos órgãos responsáveis pela proteção e desenvolvimento das crianças na primeira infância.



2.3. Articulação Institucional e Planejamento Estratégico

Além das auditorias, o TCM/BA manteve participação nas reuniões técnicas do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB) e passou a integrar o Comitê Gestor Local da Primeira Infância do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Internamente, o tema foi incorporado como eixo prioritário no Plano Unificado de Fiscalizações (PUF) 2026–2027, assegurando a continuidade da abordagem integrada e a ampliação do escopo das auditorias voltadas à infância. A estratégia institucional prevê o aprofundamento das análises sobre a educação infantil e ações de atenção materno-infantil, reafirmando a centralidade do tema na agenda de controle do TCM/BA.

3. Considerações Finais

As ações realizadas pelo TCM/BA em 2025 reafirmam o compromisso do Tribunal com o fortalecimento das políticas públicas da Primeira Infância sob a ótica do controle externo. As auditorias operacionais refletiram uma abordagem estratégica e interdisciplinar, voltada à identificação de riscos e à indução de melhorias estruturais na gestão municipal.

Ao adotar a Primeira Infância como tema estruturante de sua atuação, o TCM/BA consolida-se como órgão de controle comprometida com a promoção do desenvolvimento integral das crianças e com a indução de práticas de gestão mais integradas, equitativas e eficientes.



Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE)

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) transcendeu seu papel fiscalizador para se tornar um protagonista na articulação e fortalecimento das políticas para a primeira infância.

A iniciativa “Pacto Cearense pela Primeira Infância” materializa a atuação do Tribunal de fomentar a Administração Pública a adotar medidas estruturantes e políticas públicas intersetoriais.

O Pacto se baseia em seis pilares estratégicos: liderança política, intersetorialidade, políticas baseadas em evidências, monitoramento e avaliação das ações, financiamento sustentável e capacitação.

1. Liderança Política:

Em 2025 foi lançado o Pacto Cearense pela Primeira Infância, um compromisso formal que une o poder público (municipal, estadual e federal) e instituições privadas (organizações sociais, entidades de classe, institutos, universidade e associações) em prol do desenvolvimento integral da primeira infância do Ceará.

Um total de 297 entidades signatárias, até o momento, sendo: 175 Prefeituras Municipais, 96 Câmaras Municipais, 9 Entidades Estaduais e Federais e 17 Entidades Apoiadoras.

O Pacto dispõe de uma página web dedicada a fomentar as suas ações e disseminar boas práticas. Disponível em: <https://pactoprimeirainfancia.tce.ce.gov.br/o-pacto>.



Registro das autoridades signatárias do Pacto Cearense pela Primeira Infância no evento de lançamento em 07 de abril de 2025.

2. Intersetorialidade:

O Pacto Cearense une a participação dos três níveis de governo e da sociedade civil e estimula a atuação intersetorial entre as áreas de cada nível, com compromissos claros e direcionados às atribuições e competências de cada ente signatário. Promove uma governança multinível, otimizando esforços e recursos.

3. Políticas Baseadas em Evidências:

Em agosto de 2025 foi lançado o Observatório Municipal da Primeira Infância do Ceará, plataforma de dados que monitora indicadores, gastos com a primeira infância e demais informações sobre as políticas públicas voltadas à primeira infância. Disponível em: <https://pactoprimeirainfancia.tce.ce.gov.br/observatorio>.

Destaca-se dois principais produtos da plataforma:

O Índice Cearense da Primeira Infância (ICEPI), índice que avalia o esforço municipal em promover um ambiente de cuidado integral às crianças, a partir de 12 indicadores selecionados em quatro áreas: saúde, nutrição, assistência social e educação,

O Almanaque Municipal da Infância, ferramenta de apoio à gestão que agrega e organiza informações detalhadas sobre as crianças dos municípios cearenses, permitindo que gestores planejem suas políticas com base em evidências locais.



Registro do evento de lançamento do Observatório Municipal da Primeira Infância do Ceará

4. Monitoramento e Avaliação das Ações:

Além do Observatório e do site do Pacto, o TCE-CE atua em fiscalizações direcionadas para políticas públicas voltadas à primeira infância, atuando em torno de 10 áreas de atenção à primeira infância, sendo elas:

- Educação: Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; Atenção Precoce; Política de acesso e permanência das crianças da educação infantil; PADIN; Busca Ativa na Educação Infantil; Obras de construção (e/ou ampliação) paralisadas na educação infantil; Saneamento básico na educação infantil – Sede de Aprender.

- Violência: Infância Segura.

- Saúde: Rede Cegonha (Saúde Materno-Infantil);

- Intersectorialidade: Avaliar as estratégias relacionadas às ações intersectoriais desenvolvidas pelos entes públicos (estadual e municipal) para promover a atenção integral à criança

- Visita Domiciliar: Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa SUAS/ Criança Feliz

Disponível em: <https://controleemacao.tce.ce.gov.br/fiscaliza%C3%A7%C3%B5es-por-temas/primeira-inf%C3%A2ncia>.



Registro de servidores do TCE-CE quando da execução da Auditoria Operacional na Atenção Precoce.

5. Financiamento Sustentável:

Como forma de padronizar e disseminar a identificação do gasto com a primeira infância, o TCE-CE publicou o Manual de Classificação Orçamentária dos Gastos com a Primeira Infância, que cria uma metodologia para que os municípios cearenses identifiquem e classifiquem as despesas com a primeira infância em seus orçamentos. Disseminado por meio de webinar, encontros regionais, curso EAD e reuniões virtuais. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1cfYxx01aLhN5hJIYxQ0v4FcUnjDN8arO/view?usp=sharing>.

6. Capacitação:

A Caravana do Pacto Cearense pela Primeira Infância realizada por meio de nove encontros regionais levou a 1.430 gestores e profissionais da área temas como a importância da priorização de políticas públicas voltadas à primeira infância e a aplicação do Manual de Classificação Orçamentária dos Gastos com a Primeira Infância.

Para além das caravanas, realizou-se um webinar no youtube com mais de 800 visualizações, um curso EAD, um curso para mais de 180 promotores de justiça e Conselheiros de Direito quanto a aplicação do Manual de Classificação Orçamentária dos Gastos com a Primeira Infância.



Registro da Caravana do Pacto Cearense pela Primeira Infância no município de Crateús/CE.

Por fim, o modelo do Pacto Cearense pela Primeira Infância é um exemplo de governança colaborativa que pode ser exportado para outras políticas e estados, o qual simplifica a articulação interinstitucional e torna claro o papel de cada entidade na promoção e garantia dos direitos das crianças no estado do Ceará.

O Observatório Municipal da Primeira Infância do Ceará centraliza e organiza dados que antes estavam dispersos, simplificando o processo de diagnóstico, monitoramento e avaliação para os gestores municipais. E oferece um indicador único para avaliação e comparação do esforço dos municípios cearenses.

O Manual de Classificação Orçamentária oferece um “passo a passo” claro para identificar o gasto com a primeira infância, padronizando um processo antes complexo.

Todos os produtos se encontram disponíveis no site do TCE-CE: <https://pactoprimeirainfancia.tce.ce.gov.br/>.

Tribunal de Contas do Estado do Distrito Federal (TCDF)

Auditoria Operacional realizada em 2025 pela Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública do TCDF, com o objetivo principal de subsidiar a elaboração do Relatório Analítico e do Parecer Prévio das Contas do Governo referentes ao exercício de 2024.

Contexto e objetivo da auditoria

Com base em dados de janeiro a dezembro de 2024, a auditoria avaliou como o Governo do Distrito Federal (GDF) implementa as políticas públicas voltadas à Primeira Infância, considerando três aspectos principais:

- Governança pública (coordenação e papéis institucionais);
- Financiamento (uso e transparência dos recursos);
- Cuidado materno-infantil (atenção à gestante e ao recém-nascido).

O trabalho foi realizado nas seguintes Secretarias:

- Sejus/DF (Justiça e Cidadania),
- SES/DF (Saúde),
- Sedes/DF (Desenvolvimento Social).

Questões avaliadas

A auditoria formulou quatro perguntas principais:

1. A estrutura de governança do GDF favorece a implementação das políticas da Primeira Infância?
2. O orçamento do DF prioriza de fato esse público e é executado com transparência?
3. O programa de saúde materno-infantil atende de forma eficaz e eficiente gestantes e recém-nascidos?
4. O governo assegura continuidade no cuidado após o parto?

Principais constatações

Tema	Achado	Risco identificado
Governança	Atuação fragmentada e sem coordenação	Falta de política unificada e clara
Financiamento	Subutilização crônica do FDCA-DF	Baixa execução orçamentária viola o princípio da prioridade absoluta (CF)
Transparência	Dificuldade para rastrear recursos	Fragilidade de controle social
Estrutura física	Unidades de saúde com falhas	Risco sanitário a gestantes e recém-nascidos
Atenção pré-natal	Falta de consultas e acompanhamento adequado	Compromete o desenvolvimento infantil
Pós-natal	Ausência de fluxos para detectar situações de risco	Descontinuidade no cuidado
Programa Criança Feliz	Visitas domiciliares suspensas	Famílias vulneráveis sem apoio

Ações necessárias

- Fortalecer o Comitê Distrital da Primeira Infância e definir papéis de cada secretaria.
- Formalizar e implementar um Plano Distrital Integrado para a Primeira Infância com metas e indicadores.
- Aprimorar a rastreabilidade do orçamento da área, aumentar a execução do FDCA e melhorar a transparência dos gastos.
- Reativar e fortalecer o Programa Criança Feliz, com planejamento e acompanhamento.
- Estruturar a linha de cuidado materno-infantil, articulando saúde, educação e assistência social.
- Reforçar a governança colaborativa, com participação social e relatórios públicos de resultados.

Conclusão geral

O GDF precisa reorientar suas prioridades em relação à primeira infância. A atuação é fragmentada e descontinuada, o que reduz o impacto das políticas e desperdiça recursos.

A adoção de uma gestão integrada, transparente e participativa é essencial para:

- garantir atendimento contínuo e de qualidade às crianças de 0 a 6 anos;
- otimizar recursos;
- fortalecer a rede distrital de proteção e desenvolvimento infantil.

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)

De acordo com o Plano Anual de Controle Externo (PACE) aprovado pela Corte de Contas do Estado do Espírito Santo, foram desenvolvidas as seguintes ações no decorrer do exercício de 2025:

- 1) Treinamento sobre os Planos Municipais da Primeira Infância nos seis polos regionais do Encontro de Formação em Controle (ENFOC), possibilitando que todos os servidores dos 78 municípios capixabas pudessem se capacitar sobre a elaboração dos seus planos municipais;
- 2) Participação na auditoria coordenada nacional sobre a primeira infância, com foco em avaliar em que medida as gestões municipais e estadual são eficazes em implementar as ações previstas nos programas de visitas domiciliares no âmbito da Estratégia de Saúde da Família – ESF e Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, e sua intersetorialidade com as políticas de saúde, educação e assistência social.
- 3) Realização de campanha institucional de conscientização sobre o mês da primeira infância no Portal do TCEES, o agosto verde.
- 4) Orientação aos municípios sobre a obrigatoriedade de elaboração dos planos municipais da primeira infância, nos termos do processo 4002/2023.



Episódio do “É da Sua Conta” sobre a atuação do TCE-ES para garantir os direitos da primeira infância.



Campanha “Agosto Verde”, a instituição produziu uma série de materiais para contribuir com o fortalecimento das ações junto aos comitês gestores para a qualificação do diálogo e atuação intersetorial, promovendo o olhar integrado para as crianças e suas famílias.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)

27 DE FEVEREIRO – IRB e TCE-GO publicam livro abordando as desigualdades e suas consequências na Primeira Infância

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Escola de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília-DF, sediou, nesta quinta-feira (27/02), o evento de lançamento do livro “A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: desigualdades”, reunindo Membros do Sistema de Controle Externo brasileiro, autoridades dos Poderes da República, especialistas e representantes das entidades dedicadas à defesa da Primeira Infância.



Livro: A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: desigualdades

A obra, que está em sua segunda edição, é uma iniciativa do TCE-GO e do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico da Primeira Infância, e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

Estiveram presentes o Ministro da Educação, Camilo Santana, o Presidente do IRB, Edilberto Pontes, o Presidente da Atricon, Edilson Silva, o Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, Edson José Ferrari, o Conselheiro da Corte de Contas goiana e Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, Saulo Mesquita, que quando Presidente do TCE de GO consentiu em financiar o livro, vários outros conselheiros e conselheiras, além de instituições interessadas e voltadas à primeira infância.

Sobre a obra

Com uma abordagem aprofundada, o livro trata das desigualdades que impactam o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos e do papel fundamental dos Tribunais de Contas na fiscalização e promoção de Políticas Públicas voltadas a essa fase crucial da vida humana.

A obra inicia com uma análise sobre os impactos das desigualdades sociais na primeira infância, apresentando dados e evidências que demonstram os efeitos do estresse tóxico no desenvolvimento infantil. Em seguida, discute a relação entre pobreza e deficiências nutricionais, enfatizando a importância do acesso à saúde, educação e segurança alimentar. Também aborda o papel dos Tribunais de Contas na fiscalização das políticas públicas voltadas à primeira infância, destacando boas práticas e experiências do Sistema de Controle Externo brasileiro.

O livro conta com artigos escritos por importantes personalidades públicas e acadêmicas, como o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, do então Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luís Roberto Barroso, o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, o Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, além de membros do Sistema Tribunal de Contas e cientistas de renome internacional como James Heckman, Jack Shonkoff e Charles Nelson III.



Lançamento do livro no Instituto Serzedello Corrêa em 27 fevereiro 2025

Também há entrevistas, conduzidas por Auditores de Controle Externo, com mães em situação de vulnerabilidade, que retratam a realidade de famílias brasileiras que sobrevivem com poucos recursos.

Ao final, a obra apresenta recomendações para a redução das desigualdades, com estratégias voltadas ao fortalecimento de políticas intersetoriais, investimento em educação infantil, saneamento básico e infraestrutura.

PRIMEIRO SEMESTRE – Auditoria Operacional na Primeira Infância em visitas domiciliares na Estratégia de Saúde da Família e no programa Primeira Infância no SUAS / Criança Feliz.

O TCE GO por meio da Gerência de Fiscalização do Eixo Social e o seu Serviço de Fiscalização da Segurança Pública e Cidadania, realizou a Auditoria Operacional, parte da AOP Nacional, nas ações governamentais de apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, com foco nos programas de visita domiciliar para promoção da saúde e proteção social: (i) Estratégia de Saúde da Família e (ii) Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz.

Os principais achados deste procedimento fiscalizatório foram condensados no Relatório de Auditoria Operacional nº 01/2025, objeto dos autos processuais de nº 202500047001310, julgado pelo Tribunal Pleno no final de dezembro.

Foi registrado que nas ações governamentais do Estado de Goiás relacionadas diretamente ao tema “primeira infância” a identificação no PPA 2024 – 2027, apenas uma iniciativa referente ao Programa Criança Feliz, qual seja a de “assessoria, qualificação e capacitação dos municípios para a garantia de direitos da população”, cuja descrição indica que trata-se de “ações de qualificação dos municípios para operacionalização do CadÚnico, Bolsa família, Criança Feliz, Campanhas e eventos Socioassistenciais, Cofinanciamento para gestão do Suas, capacitações continuadas de Direitos Humanos e atividades afins”, com valor previsto de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais). Já quanto à Estratégia de Saúde da Família, não foi identificada nenhuma iniciativa neste PPA, revelando uma baixa de prioridade à esta política no orçamento público estadual até o momento.

Foram solicitados esclarecimentos à Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

OUTUBRO DE 2024 A JUNHO DE 2025 – AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE MATERNO INFANTIL.

Considerando a reestruturação da Rede Materno Infantil do Estado de Goiás (Rede Nascer), o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) realizou uma avaliação antes do fato da Política Estadual de Atenção à Saúde Materno-Infantil, com o objetivo de subsidiar decisões governamentais e aprimorar a implementação da política. A escolha do objeto considerou não apenas a gravidade e relevância dos indicadores, mas também o potencial da atuação do controle externo induzir melhorias na gestão, reorientar investimentos e assegurar que recursos públicos sejam aplicados de forma rastreável, eficiente e voltada a resultados mensuráveis e monitoráveis.



Visita Hospital Estadual de Luziânia



Visita Policlínica de Posse



Visita Policlínica de Posse Visita Hospital Estadual Ronaldo Ramos Caiado – Águas Lindas

Como produtos da avaliação foram elaborados um Diagnóstico Situacional e um Relatório de Avaliação, que consolidam as análises, os achados e as recomendações elaboradas pelo TCE-GO, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da política avaliada. Paralelamente, os indicadores monitorados no Observatório de Políticas Públicas do TCE-GO estão sendo ampliados e atualizados, fortalecendo o acompanhamento da Política de Atenção à Saúde Materno Infantil.

A partir de dados públicos e pesquisas de campo em hospitais e policlínicas, foram identificados problemas estruturais e operacionais como falta de especialistas, sobrecarga de pacientes, dificuldades na regulação de leitos, infraestrutura inadequada, deficiências em transporte e tecnologia, e comunicação fragmentada. Como oportunidades de melhoria destacam-se: expansão de protocolos da Rede Nascir, capacitação contínua de profissionais e aprimoramento dos sistemas de regulação e tecnologia, visando reduzir riscos e deslocamentos desnecessários de pacientes.

O Relatório de Avaliação apontou como principais resultados: lacunas e limitações no diagnóstico do problema; modelo lógico com lacunas na definição de seus elementos e carecendo de encadeamento lógico e vinculação de metas e indicadores claros e mensuráveis a cada um de seus elementos; inexistência de ação orçamentária específica para a Rede Nascir; mecanismos de governança e gestão fragmentados e ausência de mecanismos estaduais permanentes de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Diante dos resultados, foram formuladas recomendações à SES, visando a melhoria da política avaliada.

Verificada a ausência de monitoramento dos indicadores estabelecidos no âmbito da Rede Nascir, o TCE-GO está promovendo a inclusão desses indicadores no Observatório de Políticas Públicas. Atualmente, a Política de Atenção à Saúde Materno Infantil é acompanhada por seis indicadores: mortalidade materna, mortalidade infantil, mortalidade neonatal, percentual de crianças de até seis meses com aleitamento materno exclusivo, percentual de nascidos vivos com baixo peso e percentual de partos cesáreos.

A avaliação realizada pelo TCE-GO destaca a importância de instrumentos robustos de monitoramento e governança para a Política de Atenção à Saúde Materno Infantil, especialmente no que se refere às políticas voltadas à primeira infância, período crucial para o desenvolvimento saudável de crianças. A ampliação e atualização dos indicadores no Observatório de Políticas Públicas permitem não apenas acompanhar resultados, mas também identificar lacunas, orientar decisões estratégicas e promover intervenções mais eficazes. Ao integrar diagnósticos detalhados, recomendações e monitoramento contínuo, a atuação do TCE-GO contribui para que investimentos públicos se transformem em melhorias concretas na saúde e no bem-estar das crianças nos primeiros anos de vida, fortalecendo, assim, políticas públicas orientadas por evidências e impacto social mensurável.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)

1. INTRODUÇÃO

A primeira infância, correspondente aos seis primeiros anos de vida, constitui o período de maior sensibilidade para o desenvolvimento humano. Nessa etapa consolidam-se estruturas cognitivas, emocionais e sociais que influenciam de forma permanente o percurso de vida das crianças. Diante desse caráter estruturante, a formulação e a execução de políticas públicas voltadas a essa faixa etária apresentam elevado potencial de impacto nos campos da saúde, educação, assistência social e proteção.

No âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, a atenção à primeira infância integra a agenda institucional desde a adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância. Conforme destaca o Vice-Presidente do TCMGO e Coordenador do Pacto no Tribunal, conselheiro Daniel Goulart, a efetividade das políticas públicas destinadas às crianças demanda, além de diretrizes adequadas, a inclusão explícita da primeira infância nos instrumentos de planejamento e orçamento.

Com esse entendimento, o TCMGO tem orientado gestores municipais na elaboração de diagnósticos consistentes, no planejamento intersetorial e na incorporação de ações para a primeira infância no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. O

Tribunal também desenvolve ações permanentes de capacitação, acompanhamento técnico e emissão de diretrizes direcionadas ao fortalecimento das políticas públicas voltadas à primeira infância.

O presente relatório sistematiza as iniciativas implementadas em 2025, com o objetivo de contribuir para a consolidação de políticas municipais fundamentais em evidências, integradas e orientadas pela garantia dos direitos das crianças.

Ressalta-se que até a primeira quinzena do mês de novembro deste ano, o Estado de Goiás contabiliza 91 (noventa e um) municípios com o Comitê Intersetorial pela Primeira Infância

formalmente instaurado.

2. AÇÕES REALIZADAS

A seguir, um resumo cronológico das ações realizadas em 2025:

28 de janeiro

– Importância da criação dos Comitês municipais da Primeira Infância. Em reunião virtual com representantes de 150 municípios, o conselheiro Daniel Goulart apresentou a proposta de criação dos Comitês Municipais da Primeira Infância e sua inclusão no Plano Plurianual (PPA). Prefeitos, vereadores, secretários e conselheiros tutelares foram orientados a priorizar a destinação de recursos públicos para as crianças.

10 de fevereiro

– a 48ª Reunião ordinária do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação e Goiás – Gaepe-GO – destacou a Educação Infantil como eixo central das ações de 2025, estabelecendo como prioridades: o plano de expansão de vagas, a criação e aprimoramento de um Sistema de Gerenciamento de Informações e Central de Vagas, a definição de critérios de priorização para matrícula, o levantamento da demanda por creches e pré-escolas, e o aperfeiçoamento do orçamento da educação infantil nas LOAs, reconhecido como condição indispensável para ampliar a oferta. Também foi ressaltada a relevância de debates sobre expansão sustentável de vagas em creches, bem como a necessidade de fortalecer a governança e ampliar a representação institucional, sobretudo de atores ligados à primeira infância, para consolidar políticas baseadas em evidências e apoiar os municípios na implementação de soluções para o atendimento das crianças goianas.

18 de fevereiro

– Evento Apoio Técnico para Início de Mandato, com o objetivo de sensibilizar os municípios quanto à necessidade da criação dos Comitês Municipais da Primeira Infância e os Planos Municipais da Primeira Infância. Palestrante: Dr. Halim Antônio Girade. Participação do Conselheiro Daniel Goulart e do Procurador de Contas Henrique Pandim.

Março

– divulgação interna da campanha VACINAR É LEGAL, promovida pelo Ministério Público do Estado de Goiás junto ao Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

10 de março

– a 49ª Reunião ordinária do Gaepe-GO teve como pauta a Educação Infantil, concentrou-se na necessidade de fortalecer a previsão orçamentária específica para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos

18 de março

– Reunião remota com gestores municipais a fim de garantir que programas e ações voltadas à Primeira Infância sejam incluídos no Plano Plurianual 2026–2029, fortalecendo as políticas públicas e assegurando os direitos das crianças de 0 a 6 anos. Palestrante: Auditora de Controle Externo TCMGO – Marluce Rosa dos Santos.

25 de março

– Foi realizado o I Fórum Gaepe/GO que reuniu gestores e especialistas para discutir os desafios e avanços da Educação na primeira infância e a alfabetização da idade certa.

27 de março

– O TCMGO realizou nova reunião remota do Pacto pela Primeira Infância, com presença da primeira-dama de Goiás, Gracinha Caiado. Foram discutidas estratégias para o fortalecimento das políticas públicas e a importância da atuação conjunta de instituições, sociedade civil e gestores públicos.

8 de abril

– No período vespertino da Reunião do GTCON (Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis e Fiscais), a pauta foi dedicada à

Primeira Infância. O conselheiro Daniel Goulart e o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Henrique Pandim, destacaram a obrigatoriedade legal de inclusão da temática no Plano Plurianual (PPA). As palestras abordaram a importância de os municípios priorizarem as políticas públicas voltadas à primeira infância (palestrante: Auditora de Controle Externo do TCMGO– Carolina Moura); dos impactos econômicos decorrentes do investimento na primeira infância (palestrante: Secretário de Controle Externo de Contas TCMGO– Horácio Moura); apresentação das diretrizes fundamentais para a elaboração

do PPA e de apontamento dos métodos para inserir a política da primeira infância no SICON (palestrante: Marluce Rosa); o papel do Poder Legislativo nas ações da primeira infância (discurso da vereadora Aava Santiago); das possibilidades de aplicação de tecnologias como a inteligência artificial e da relevância de diagnósticos socioeconômicos municipais para orientar políticas públicas (palestrante: Prof. Dr. Thiago Alves– Universidade Federal de Goiás).

14 de abril

– Na 50ª reunião do Gaepe-GO, realizada em 14 de abril de 2025, o debate sobre primeira infância e educação infantil concentrou-se em três frentes: (i) a importância de garantir financiamento adequado para a expansão de vagas, com destaque para a experiência do Gaepe-MT, que apresentou metodologia de cálculo de demanda, infraestrutura necessária e estimativas de investimento para atender crianças na fila de espera; (ii) a decisão de replicar esse levantamento em Goiás, visando assegurar que PPA, LDO e LOA incorporem recursos suficientes para creches e pré-escolas; e (iii) a proposta de adoção da Central de Vagas de Rondônia, ferramenta que organiza eletronicamente a fila de creches com critérios objetivos, promovendo transparência, equidade e redução de judicialização.

Maio e junho

– Participação na Auditoria Coordenada da Primeira Infância com o objetivo de avaliar os programas Estratégia da Saúde da Família (ESF) e Programa Criança Feliz.

12 de maio

– Foi lançado o Concurso de Propostas para Programas da Primeira Infância, destinado a incentivar os municípios a apresentar ações e

projetos nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e proteção integral, com implementação prevista para 2026, no próximo ciclo do Plano Plurianual (PPA). O objetivo é contribuir para a melhoria dos indicadores sociais e para a efetivação dos direitos das crianças. As propostas devem incluir diagnóstico local, objetivos definidos, metas mensuráveis, estimativas de custos e identificação das fontes de financiamento.

Na 51ª reunião do Gaepe-GO, realizada em 12 de maio de 2025, o debate sobre primeira infância e educação infantil concentrou-se na apresentação do Guia de Expansão Qualificada

de Vagas na Educação Infantil, que propõe um planejamento sistêmico para ampliar o acesso às creches com qualidade diante do déficit superior a 600 mil crianças no país, e na necessidade de apoiar os municípios para que incluam a etapa nos seus instrumentos de planejamento e orçamento.

25 de maio

– Lançamento do Painel de Monitoramento das Metas dos Planos Municipais de Educação (PMEs), ferramenta desenvolvida em cooperação com o Instituto Mauro Borges (IMB) e a Secretaria Geral de Governo (SGG) para oferecer transparência e apoiar a gestão educacional. Inicialmente focado na Meta 1, que trata da ampliação do acesso à educação infantil o painel permite acompanhar, por município, indicadores como cobertura, taxa de atendimento e relação entre oferta e demanda de vagas, ajudando a enfrentar o déficit estimado de 38 mil vagas em creches e pré-escolas.

26 de maio

– O evento “Primeira Infância: Planejamento de Estratégias e Ações para o PPA” reuniu membros do tribunal e o promotor do MP-GO – Pedro Florentino. Foram debatidos temas como desigualdades sociais, precariedade dos conselhos tutelares, monitoramento das metas educacionais e a integração entre planejamento e orçamento. Os professores da Universidade Federal de Goiás Thiago Alves e Weber Tavares apresentaram a ferramenta SIMCAQ, simulador de custo aluno/qualidade, ferramenta que se propõe a auxiliar a gestão municipal no planejamento da educação em condições de qualidade.

Caso de sucesso

– Durante o evento, a professora Angélica Cândida apresentou o Plano Municipal da Primeira Infância de Rio Verde (2023–2033), desenvolvido com ampla participação social e foco no diagnóstico real do município. A escuta das crianças e ações como a Semana do Brincar se destacaram na experiência.

9 de junho

– Na 52ª reunião do Gaepe-GO, o debate sobre primeira infância e educação infantil destacou três frentes prioritárias: o fortalecimento da Meta 1 dos PMEs por meio do novo Painel de Monitoramento desenvolvido com o IMB, que oferece dados atualizados sobre matrícula e demanda por creches e pré-escolas; a apresentação da metodologia preliminar de estimativa de custos para ampliação de vagas

em creches; e o avanço de um formulário estadual para mapear os Sistemas Municipais de Ensino, incluindo infraestrutura e governança, instrumento essencial para subsidiar políticas alinhadas à realidade local.

15 de julho

– Encontro online com gestores e técnicos municipais sobre o tema: Integração e Cooperação a Favor das Nossas Crianças, com o objetivo e compartilhamento de experiências dos municípios que já implementaram o Comitê Intersetorial da primeira infância.

22 de julho

– Reunião online para a Primeira Infância, com a participação de vereadores e conselheiros tutelares, para fortalecer a rede de apoio da Primeira Infância.

8 de agosto

– Resultado do Concurso de propostas para o Programa da Primeira Infância.

11 de agosto

– Na 53ª reunião do Gaepe-GO, o debate sobre primeira infância e educação infantil concentrou-se na necessidade de fortalecer a intersetorialidade e garantir apoio técnico e financeiro aos municípios para enfrentar o grave déficit de vagas em creches. Foram apresentados dados do diagnóstico nacional e um estudo do TCM-GO e MPC/TCM-GO que aponta a demanda por 3.380 novas salas e investimento de R\$ 2,67 bilhões para suprir a fila de espera de mais de 43 mil crianças.

26 de agosto

– Reunião Protegendo o Futuro das Nossas Crianças, com conselheiros tutelares, secretarias de educação, saúde, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal- coordenação: TCMGO e TCE-GO.

8 de setembro

– Na 54ª reunião do Gaepe-GO, o debate sobre primeira infância e educação infantil concentrou-se no enfrentamento do déficit de vagas em creches e pré-escolas, na implementação da Central de Vagas em Goiás e no fortalecimento dos planos de educação. Foram apresentados dados que mostram mais de 43 mil crianças na fila da creche e 7.800 fora da pré-escola, reforçando a urgência de priorizar a etapa nas leis orçamentárias e de assegurar apoio técnico-financeiro do governo estadual.

9 de setembro

– Encontro online com gestores e técnicos municipais sobre o tema: Integração e Cooperação a Favor das Nossas Crianças, com o objetivo de sensibilizar gestores sobre a importância da formação do Comitê Intersetorial e da elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância.

17 de setembro

– o Gaepe-GO reuniu-se na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) para entregar ofícios solicitando apoio institucional à ampliação de vagas na educação infantil, com pedido de inclusão de recursos no orçamento estadual e de realização de audiência pública em 6 de outubro.

19 de setembro

– Lançamento do curso online oferecido pela Escola de Contas do TCMGO- Curso Primeira Infância no PPA: da meta à realidade. O objetivo do curso é demonstrar a importância do planejamento governamental no alcance das metas de governo, orientando a boa aplicação dos recursos públicos, com ênfase no detalhamento das ações da Primeira Infância.

13 de outubro

– Na 55ª reunião do Gaepe-GO, as instituições avançaram em soluções práticas para ampliar o acesso à educação infantil, com destaque para a implementação da Central de Vagas, cujo projeto-piloto será iniciado em Valparaíso de Goiás pela Defensoria Pública, em parceria com o IFG, seguindo o modelo de Rondônia adaptado à realidade local. Também foi debatido o fortalecimento do financiamento da primeira infância, com apresentação sobre

o Fundo Estadual da Educação Infantil, que pode apoiar obras, projetos pedagógicos e a própria Central de Vagas.

20 de outubro

– aconteceu Audiência Pública a qual debateu o déficit de vagas na Educação Infantil e os desafios de financiamento para a ampliação do acesso a creches e pré-escolas no estado na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego). O debate teve como base um estudo elaborado pelo Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (MPC/TCM-GO) e pela Comissão Multidisciplinar Específica de Educação (COEDUC/TCM-GO), no âmbito das ações do Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Goiás (Gaepe-GO).

31 de outubro

– publicação da Portaria nº 1720/2025-TCMGO a qual dispõe sobre a criação do Comitê Técnico de Apoio ao Pacto Nacional pela Primeira Infância no âmbito do TCMGO.

7 de novembro

– aconteceu reunião realizada na Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), sendo que o Gaepe-GO (Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás) reuniu representantes de diversas instituições para tratar da destinação de recursos estaduais voltados à ampliação de vagas em creches e na pré-escola. O encontro buscou fortalecer a cooperação entre órgãos de controle, legislativo, Ministério Público, defensoria e gestores municipais, garantindo apoio técnico e financeiro aos municípios no atendimento à crescente demanda da educação infantil.

10 de novembro

– Na 56ª reunião do Gaepe-GO, a governança encerrou o ciclo anual discutindo dois eixos centrais: a permanência escolar e a mobilização financeira para ampliar o acesso à educação infantil.

18 de novembro

– Reunião Técnica da Primeira Infância, perguntas e respostas acerca da formação dos Comitês e da elaboração do PMPI com apoio dos auditores das Secretarias de Controle Externo de Políticas Públicas e de Contas; A reunião contou com a participação de representantes de diversos municípios goianos.

3. CONCLUSÃO

As ações desenvolvidas pelo TCMGO ao longo de 2025 evidenciam o avanço contínuo da instituição na indução de políticas públicas estruturadas para a primeira infância. A consolidação de agendas permanentes de formação, o estímulo à criação e ao funcionamento dos Comitês Intersetoriais, a orientação metodológica para a elaboração de diagnósticos e planos municipais, bem como a integração entre planejamento, orçamento e controle, reafirmam o papel do Tribunal como agente estratégico na promoção do desenvolvimento infantil no estado.

O conjunto de iniciativas, que envolveu eventos técnicos, reuniões temáticas, concursos de propostas, cursos de capacitação e mobilização de gestores, legisladores e conselhos, fortaleceu

a articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e sistemas de garantia de direitos. Ao apoiar os municípios na inserção qualificada da primeira infância no Plano Plurianual e nos demais instrumentos de gestão fiscal, o TCMGO contribuiu para a institucionalização de políticas sustentáveis, baseadas em evidências e orientadas pela prioridade absoluta prevista no ordenamento jurídico.

O relatório demonstra que a pauta evoluiu de ações de sensibilização para ações de estruturação, criando condições para que os municípios planejem, executem, monitorem e avaliem políticas públicas de forma integrada. Para os próximos ciclos, observa-se a necessidade de aprofundar o acompanhamento dos resultados, fortalecer a coleta e análise de dados e ampliar a capacidade técnica local, de modo a garantir que os compromissos assumidos se traduzam em melhorias mensuráveis nos indicadores sociais das crianças de 0 a 6 anos.

Em síntese, as ações realizadas em 2025 consolidam um marco relevante para a agenda da primeira infância em Goiás, fortalecendo a governança intersetorial, aprimorando práticas de gestão pública e reforçando o compromisso institucional do TCMGO com o desenvolvimento integral das crianças goianas. A continuidade dessa trajetória é essencial para assegurar

políticas mais eficazes, equitativas e alinhadas aos princípios constitucionais e ao interesse público.

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT)

O Tribunal de Contas de Mato Grosso atuou, no ano de 2025, em quatro eixos estratégicos dedicados à promoção e fiscalização de políticas públicas para a Primeira Infância, o que demonstra o efetivo compromisso e alinhamento do órgão para com essa pauta, em observância à Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Marco Legal da Primeira Infância. As iniciativas do TCE-MT abarcaram ações de articulação e normatização, de fiscalização e monitoramento, de capacitação e orientação e de produção e disseminação de informações.

Liderado pelo conselheiro Antonio Joaquim, ouvidor e presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura do TCE-MT, com pleno respaldo do corpo de conselheiro e sob a presidência do conselheiro Sérgio Ricardo de Almeida, as ações do Tribunal de Contas visaram assegurar a prioridade absoluta dos direitos das crianças, com ênfase no acesso e na qualidade da educação infantil. “Os resultados alcançados neste ano comprovam o êxito da atuação do TCE-MT, com evidência de impacto da atuação”, comemorou o conselheiro.

Eixo 1 – Articulação e Normatização.

O TCE-MT atuou como indutor de políticas públicas, promovendo a articulação entre diferentes esferas de poder e a criação de um ambiente normativo favorável à primeira infância.

- **Ação:** Repactuação com Municípios
- **Descrição:** Articulação com 138 municípios para a implementação do Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância.
- **Impacto:** Fortalecimento do compromisso com a pauta e da responsabilidade compartilhada.
- **Ação:** Garantia de Recursos
- **Descrição:** Atuação conjunta com a ALMT e o GAEPE-MT para assegurar a inserção de R\$ 40 milhões anuais para a Primeira Infância no PPA 2025–2027, LDO e LOA 2025. Destinação de R\$ 80 milhões, unindo os R\$ 40 milhões previstos para 2025 e o adiantamento dos R\$ 40 milhões de 2026, liberados em novembro para impulsionar as

obras e construções de creches em Mato Grosso.

- **Impacto:** Criação de uma política pública contínua e com previsibilidade financeira.

- **Ação:** Apoio ao Edital de Chamada Pública
- **Descrição:** Contribuição na elaboração do edital para o Fundo Estadual de Apoio à Educação Infantil.
- **Impacto:** Garantia de critérios de equidade e transparência na distribuição dos recursos.

- **Ação:** Adesão ao Selo UNICEF
- **Descrição:** Estímulo à adesão dos municípios ao Selo UNICEF.
- **Impacto:** Incentivo à adoção de boas práticas e ao cumprimento de metas sociais e educacionais.



Pacto Educacao

Eixo 2 – Fiscalização e Monitoramento

O TCE-MT aprimorou seus mecanismos de fiscalização e monitoramento para garantir a efetividade das políticas públicas e a correta aplicação dos recursos.

- **Ação:** 3º Levantamento sobre Creches
- **Descrição:** Realização de levantamento em 142 municípios sobre a oferta de vagas e a infraestrutura da educação infantil.
- **Impacto:** Redução de 31% na fila de espera por vagas em creches em relação a 2023.
- **Ação:** Monitoramento do Edital da SEDUC
- **Descrição:** Acompanhamento das propostas submetidas ao edital de expansão da educação infantil.

- **Impacto:** Equidade na distribuição dos recursos, beneficiando municípios com maiores déficits.

- **Ação:** Monitoramento do FUNDEB

- **Descrição:** Controle dos prazos e emissão de alertas na prestação de contas do FUNDEB.

- **Impacto:** Redução do risco de irregularidades e maior segurança na aplicação dos recursos.

- **Ação:** Levantamentos sobre Educação Especial

- **Descrição:** Realização de estudos inéditos sobre a educação especial nas redes municipais e estadual.

- **Impacto:** Fornecimento de subsídios para o planejamento de políticas de inclusão.



Planejamento intersetorial

Eixo 3 – Capacitação e Orientação

O TCE-MT investiu na capacitação de gestores e conselheiros para fortalecer a capacidade técnica dos municípios na elaboração e implementação de políticas para a Primeira Infância.

- **Ação:** Curso “Primeira Infância no PPA”

- **Descrição:** Promoção de curso para gestores municipais sobre a inserção da Primeira Infância no planejamento plurianual.

- **Impacto:** Estruturação de políticas de longo prazo, com recursos assegurados para a infância.

- **Ação:** Apoio à Formação de Conselheiros

- **Descrição:** Apoio à formação dos conselheiros municipais de educação.

- **Impacto:** Fortalecimento do controle social e da governança local.

- **Ação:** Formação sobre Planejamento Intersetorial

- **Descrição:** Capacitação para a elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI).

- **Impacto:** Incentivo à integração de políticas públicas e ao planejamento baseado em evidências.



Curso Primeira Infância no PPA

Eixo 4 – Produção e Disseminação de Informações

O TCE-MT trabalhou na produção e disseminação de informações para promover a transparência e o fortalecimento do controle social.

- **Ação:** Atualização do Radar do Cidadão

- **Descrição:** Consolidação e disponibilização de informações sobre creches, pré-escola, abandono escolar, alfabetização e legislação.

- **Impacto:** Fortalecimento do controle social e maior participação da comunidade na cobrança por políticas efetivas.

- **Ação:** Elaboração de Glossário e Manual

- **Descrição:** Produção de materiais de apoio para gestores e para a sociedade.

- **Impacto:** Facilitação da compreensão de termos técnicos e do preenchimento de levantamentos.



GlossarioEducacao

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS)

Durante o ano de 2025, o TCE/MS, por meio de seu Comitê da Primeira Infância, concentrou esforços significativos na capacitação de gestores municipais e servidores públicos, na integração de boas práticas e, notavelmente, no alinhamento das políticas públicas com os instrumentos orçamentários. As principais frentes de atuação em 2025 foram:

No dia 30 de maio foi realizado 3º Seminário A Primeira Infância no Planejamento Estratégico com o objetivo de destacar os primeiros resultados alcançados pela gestão municipal frente ao desafio de implementar ações da política pública primeira infância. Essa ação concretiza o propósito do Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância do TCE/MS, juntamente com os demais parceiros Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Ministério Público de Mato Grosso do Sul e Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul e União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul.



3º Seminário A Primeira Infância no Planejamento Estratégico

1. Capacitação e Diálogo Itinerante – Projeto Diálogo com o Gestor

O TCE/MS promoveu “Diálogo com o Gestor”, um ciclo itinerante de palestras e oficinas pelo estado, de março a outubro, e capacitou 71 municípios em encontros regionais, com 2.356 participantes. O objetivo principal foi dialogar diretamente com os gestores municipais, oferecendo orientação técnica e sensibilizando sobre a prioridade da primeira infância com abordagem sobre as temáticas de planejamento governamental, planejamento orçamentário, contratação pública e sistema e-Sfinge.



3º Seminário A Primeira Infância no Planejamento Estratégico



Diálogo com o Gestor

2. Inovação e Boas Práticas - 1º LABTCE Primeira Infância

No dia 16 de outubro foi realizado o 1º Laboratório de Boas Práticas (LABTCE) com o tema Primeira Infância, no âmbito do TCE/MS. O evento teve como foco a integração das divisões temáticas, com disseminação de boas práticas de fiscalização de educação, saúde, contratações públicas, obras e serviços de engenharia e meio ambiente, atos de pessoal, contas públicas e fiscalização especial, com foco na primeira infância



Laboratório de Boas Práticas (LABTCE) com o tema Primeira Infância

3. Foco no Planejamento Orçamentário (PPA)

Uma das ações relevantes de capacitação do ano foi a ênfase na correta inclusão das ações do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) no orçamento público.

O TCE/MS promoveu a Oficinas técnicas on line com “Atendimento Assistido na Elaboração do PPA” e “Como inserir ações do PMPI no Orçamento Público com ênfase no PPA”, e publicou tutoriais detalhados, instruindo os municípios sobre como inserir efetivamente as ações da primeira infância no Plano Plurianual (PPA).



Tutoriais: Foram publicadas orientações específicas sobre a importância do PPA como instrumento estratégico para garantir resultados

efetivos na implementação da política pública primeira infância.

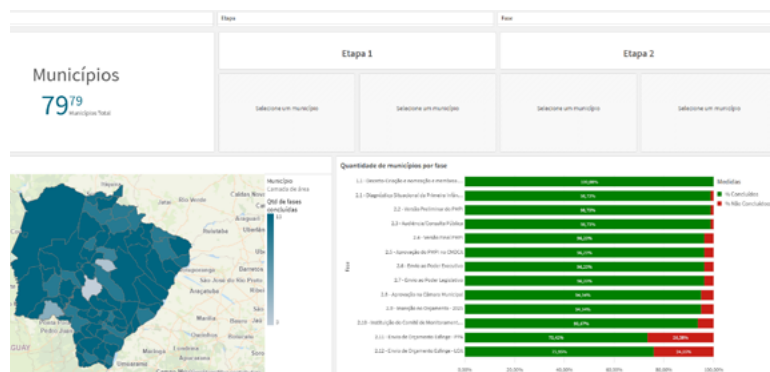
Plano Plurianual - PPA: instrumento de planejamento voltado para resultados <https://youtu.be/GIG15trRMq4?si=C5IGMbJhtg9kCY-I>

Tutorial para inserir ações do PMPI no Orçamento Público, com ênfase no PPA https://youtu.be/emrOEPEUjIk?si=iKUmzg_AeG2z2pcT



4. Monitoramento e Avaliação do PMPI

O Comitê da Primeira Infância do TCE/MS acompanha, monitora e avalia o processo de elaboração e implementação de política pública por meio do Painel de Monitoramento do PMPI e do registro de Boas Práticas do município, disponível no Portal da Primeira Infância.



Painel de Monitoramento do PMPI

O TCE-MS realizou em 18 de dezembro a última ação educacional do ano de 2025, sobre a temática Primeira Infância.

Foi encerrado o ano de orientações dos Planos Municipais da Primeira Infância - PMPI e do Planos Plurianuais - PPA nos 79 municípios do MS.

Foram alcançadas marcas importantes com 78 PMPIs publicados e com ações/programas previstas no PPA, e nos 77 Comitês de Monitoramento e Avaliação implantados.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG)

1. Relatório sintético

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) tem se tornado um protagonista na defesa da Primeira Infância em Minas Gerais. Em abril de 2025, o Presidente instituiu, através da Portaria nº 28/Pres./2025, grupo de trabalho para elaborar e coordenar projeto com o objetivo de promover ações voltadas para a efetividade dos direitos fundamentais das crianças na primeira infância no âmbito dos 853 municípios mineiros e do Estado de Minas Gerais.

Inúmeras ações de fiscalização e controle, descritas nos capítulos subsequentes, têm sido realizadas com o intuito de promover melhorias em diversas áreas que impactam a Primeira Infância. Entre elas, creches e pré-escolas públicas foram auditadas para verificação do abastecimento e a qualidade da água, bem como as condições de esgotamento sanitário (capítulo 6) garantindo o bem-estar e a preservação da saúde das crianças e comunidade escolar; consórcios municipais e parcerias destinados à prestação de serviços assistenciais de acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social foram objeto de análise de legalidade de seus atos (capítulos 7 e 8); também foi avaliada a contratação municipal referente à construção de pré-escola viabilizando, ao término da obra, o aumento do número de vagas no Município (capítulo 10).

Tem sido realizado o acompanhamento da retomada de obras decorrentes do “Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde” custeadas majoritariamente com recursos dos orçamentos municipais ou estaduais, incluídas diversas obras de creches e pré-escolas, esperando-se que a fiscalização contribua para o fomento ao aumento de vagas nestas unidades (capítulo 9). O TCEMG tem se empenhado ainda no estabelecimento de parcerias institucionais e na realização de ações educacionais como a realização dos Webinários “Vozes da Primeira Infância: planejamento orçamentário em foco”, organizados pela Escola de Contas e disponíveis no Portal do Tribunal.

Com o intuito de permitir uma visão integrada e abrangente da situação das crianças de 0 a 6 anos, o Tribunal, através do Suricato, realizou um estudo abrangendo as dimensões fundamentais: Saúde, Educação e Proteção/Parentalidade, com o objetivo de construir um indicador para monitoramento e avaliação da primeira infância nos municípios do estado de Minas Gerais.

Por meio da consolidação dos subindicadores de cada dimensão, foi criado um indicador único que sintetiza a situação das crianças de 0 a 6 anos. O indicador consolidado recebeu o nome de PRISMA – Primeiras Infâncias: Indicador Suricato de Monitoramento e Avaliação. Os relatórios e resultados do Prisma foram disponibilizados para consulta pública em agosto de 2025 no Portal do Tribunal e também com destaque no Portal da Primeira Infância.

Ainda em agosto, o TCEMG sediou o II Encontro Nacional da Primeira Infância (Enapi) em parceria com o IRB. A edição do encontro nacional em Minas Gerais registrou público de 1,8 mil pessoas, sendo 1,3 mil somente no primeiro dia. Os participantes vieram de 26 estados, com 281 municípios representados. O Encontro contou com a parceria de instituições como o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Governo do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte e a Rede Primeira Infância.

No início de outubro, a Corte lançou o Portal “1, 2, 3 e Já”, que reúne dados, orientações e conteúdos técnicos para gestores públicos e para a sociedade acerca da Primeira Infância.

“O Tribunal de Contas vai cobrar que todos os municípios e o Estado cumpram a legislação e aprovelem as leis que criam os Planos da Primeira Infância”, anunciou o presidente Durval Ângelo durante o lançamento do Portal. A partir do próximo ano, o TCEMG pretende exigir que os municípios enviem, mensalmente e em classificação específica, os gastos com políticas públicas voltadas para a Primeira Infância.

2. II Enapi – Encontro Nacional da Primeira Infância

O II Encontro Nacional da Primeira Infância – ENAPI foi uma realização do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCMG) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), com o apoio dos Tribunais de Contas do país e parceria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).

O evento aconteceu em Belo Horizonte, nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2025, no Minascentro, e reuniu mais 1.000 participantes por dia de evento. Os participantes vieram de 26 estados e foram 281 municípios representados.

O principal objetivo do ENAPI é fortalecer as iniciativas relacionadas à primeira infância no âmbito do sistema Tribunais de Contas, através da discussão de políticas públicas voltadas para crianças de zero a seis anos, do acompanhamento da evolução das auditorias operacionais sobre o tema, entre outras atividades, tendo sido exitoso em todos os seus propósitos.

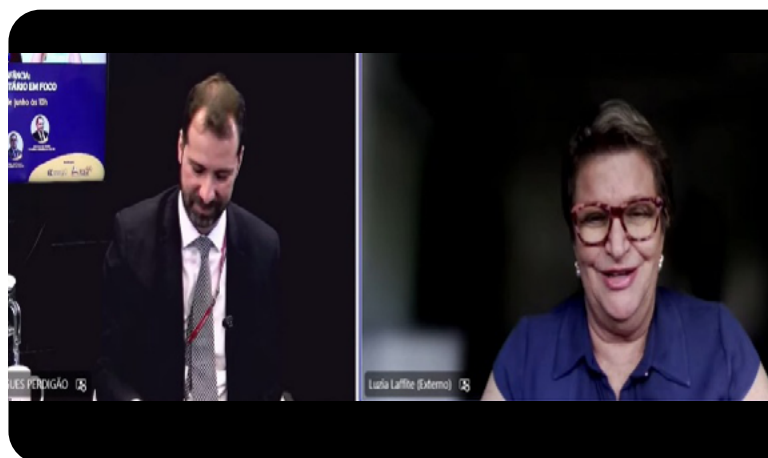
Fotos:

Acesso para as fotos em alta resolução nos álbuns “II ENAPI – Encontro Nacional da Primeira Infância” no Flickr: <https://www.flickr.com/photos/tcemg/albums>



3. Webinários “Vozes da Primeira Infância: planejamento orçamentário em foco”

Os webinários Vozes da Primeira Infância fazem parte do curso “Construindo o Futuro: a Criança no Orçamento Público”, em desenvolvimento pelo Núcleo de Educação a Distância da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo. A iniciativa, dividida em dois dias de programação (16 e 24/6), teve como objetivo prestar apoio aos municípios na elaboração de seus planos de orçamento, principalmente com relação à previsão de políticas públicas voltadas para a primeira infância.



Professor Pedro Azevedo e a psicóloga Luzia Laffite

4. Prisma – Indicador Suricato sobre as primeiras infâncias em MG

Prisma é o indicador criado pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCMG) para monitorar o cumprimento e a qualidade das políticas públicas direcionadas a crianças de 0 a 6 anos. O índice engloba três dimensões de análise: Educação, Saúde e Proteção/Parentalidade. O indicador considera a disponibilidade, qualidade e consistência das bases de informações, justamente para viabilizar ajustes e aprimoramentos em diferentes realidades estaduais ou regionais.

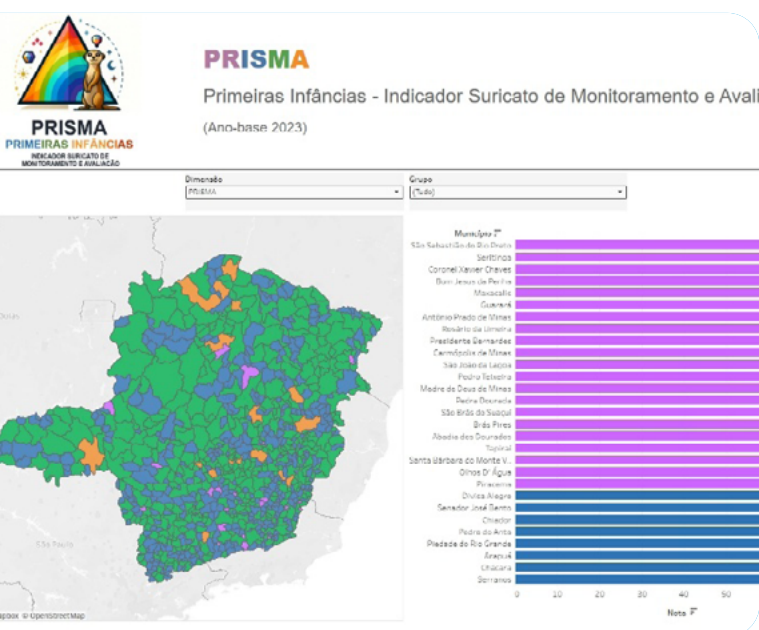
A dimensão “Educação” é fruto da combinação dos seguintes dados: taxa de atendimento de crianças de 4 e 5 anos; taxa de atendimento de crianças de 0 a 3 anos; percentual de docentes da educação infantil com ensino superior; indicador de infraestrutura das escolas de educação infantil; presença dos seguintes

profissionais no âmbito das unidades escolares: de saúde, nutricionista, psicólogo, assistente social, pedagogo, de alimentação, de segurança, bibliotecário e monitores; e existência de material pedagógico infantil.

Por sua vez, a “Saúde” engloba os seguintes indicadores: baixo peso ao nascer; altura adequada para a idade (0 a 5 anos); taxa de mortalidade de crianças até 5 anos; taxa de mortalidade neonatal (até 27 dias de vida); cobertura vacinal; cobertura da atenção básica; óbitos maternos; e mortes infantis por causas evitáveis.

Já os dados considerados para “Proteção/Parentalidade” foram: registro de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos; percentual de nascidos vivos sem o nome do pai no registro (certidão de nascimento); percentual do orçamento total gasto com conselho tutelar em 2023 no estado; presença de assistente social nas escolas (obs.: tal variável também consta na dimensão Educação).

Para visualização e melhor compreensão do indicador, foram criados dois produtos, de acesso público, quais sejam: (i) Relatório Temático sobre o PRISMA; e (ii) Painel com os resultados da apuração do PRISMA. Tais produtos estão disponíveis no site do TCEMG, na aba Portal de Análise de Dados (<https://www.tce.mg.gov.br/painelsuricato/>).



5. Portal da Primeira Infância: 1,2,3 e Já! Infância em Primeiro Lugar

O portal “1, 2, 3 e já! Infância em Primeiro Lugar” é uma página dedicada exclusivamente à Primeira Infância em Minas Gerais. Com linguagem simples e responsiva, a ferramenta disponibiliza informações como o indicador Prisma, dados sobre a evolução dos municípios no desenvolvimento e/ou implementação do Plano Municipal de Primeira Infância (PMPI), normas, legislações, eventos e materiais diversos. O endereço eletrônico do Portal é o seguinte: <https://primeirainfancia.tce.mg.gov.br/>

6. Auditoria Integrada nas Prefeituras Municipais de Almenara, Gameleiras e Santo Antônio do Jacinto

Objetivo da ação: fiscalizar o abastecimento e a qualidade da água, bem como as condições de esgotamento sanitário nas escolas públicas de Minas Gerais – Sede de Aprender (ciclo 2025), incluídas as creches e pré-escolas.



Detalhe de rachadura na rampa de acesso ao bloco administrativo da escola



Detalhe da ausência de telhas no beiral da cobertura

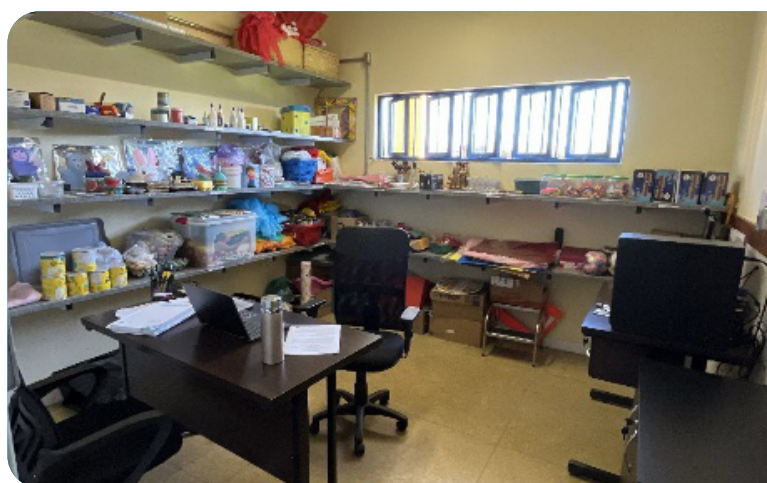
7. Auditoria de Conformidade no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – CODANORTE

Objetivo da ação: avaliar a legalidade dos atos de constituição do consórcio, do gerenciamento de recursos públicos e da relação com municípios consorciados e não consorciados. Foi realizada fiscalização da prestação de serviço socioassistencial de alta complexidade realizada pelo consórcio público, que tem como objetivo o acolhimento institucional de crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão de seus pais e que convivem em ambiente de risco de vulnerabilidade social.



8. Auditoria de Conformidade na Prefeitura Municipal de Divinópolis e na Associação Imaculada Conceição

Objetivo da ação: verificar a legalidade dos atos de gestão da parceria, desde a seleção da entidade até a avaliação de resultados e prestação de contas. Foi realizada fiscalização da prestação de serviço realizado por entidade do terceiro setor, relacionado ao acolhimento provisório para crianças de 0 a 6 anos de ambos os sexos afastadas do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.



9. Acompanhamento no Estado e em municípios selecionados por critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade

Objetivo da ação: acompanhar a retomada de obras decorrentes do “Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde” custeadas majoritariamente com recursos dos orçamentos municipais ou estaduais, contribuindo para prevenção de irregularidades, bem como mitigação de riscos de novas paralisações. Entre as diversas obras de educação, estão creches e pré-escolas. Assim, espera-se que a fiscalização contribua para o fomento ao aumento de vagas nestas unidades.



O objetivo da análise foi avaliar se a entidade promoveu os esforços necessários para aquisição de mobiliário e equipamentos necessários para colocar a escola em utilização. Após vistoria realizada em 23/06/2025, constatou-se que a creche foi inaugurada em março de 2024 e está em funcionamento desde então. A escola conta com 8 salas de aula e atende a 137 crianças de 1 ano e 9 meses até 3 anos, distribuídas em seis turmas de turno integral, duas turmas no turno matutino e duas turmas no turno vespertino. A seguir são apresentados registros do mobiliário escolar e situação da escola em 23/06/2025.

10. Auditoria de Conformidade na Prefeitura Municipal de Camanducaia

Objetivo da ação: avaliar a legalidade e a economicidade da contratação firmada pelo Município de Camanducaia com a empresa JHM Engenharia Ltda por meio do Contrato n. 24/2022. O contrato fiscalizado é referente à construção de Pré-Escola que aumentará o número de vagas no Município.



Detalhe da placa da obra



Detalhe do playground



Detalhe da telha termoacústica da cobertura do refeitório



Detalhe dos desníveis para acesso à escola



Detalhe da instalação elétrica



Detalhe do reservatório de 15.000 l

Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA)

O presente relatório engloba, de forma sintética, as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, no ano de 2025, referentes à primeira infância.

FISCALIZAÇÃO

Atualmente, estão em fase de instrução a AUDITORIA OPERACIONAL COORDENADA NA PRIMEIRA INFÂNCIA sobre visitas domiciliares (PAF 2025) no âmbito do SUS (Estratégia Saúde da Família-ESF) e SUAS (Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz), de relatoria do Conselheiro Luís da Cunha Teixeira, bem como inpeções sobre o Plano Estadual pela Primeira Infância, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e o orçamento destinado a essas políticas (LOA e LDO), dentre outras matérias relacionadas adiante.

Destaca-se, ainda, a conclusão da Consulta pública online e presencial do PAF Cidadão 2026, que subsistirá a elaboração do Plano Anual de Fiscalização de 2026. A consulta contou com a participação de 1.590 pessoas, de 63 municípios paraenses, e resultou em 31.053 indicações de temas prioritários.

Nesse contexto, ressalta-se que o tema Desenvolvimento Social voltado à Primeira Infância figurou entre as principais prioridades apontadas pela população paraense para a atuação fiscalizatória do Tribunal em 2026, ocupando o terceiro lugar. Esse resultado demonstra a crescente preocupação com o desenvolvimento integral na primeira infância e com o fortalecimento da rede de proteção social.

PROGRAMA CRECHE POR TODO PARÁ (TC/006046/2025)

Objetivo: Avaliar a implementação do Programa Creches por Todo Pará com foco nos processos de gestão relacionados à contratação (relicitação), desenvolvimento de projeto e fiscalização das obras públicas.

Dados atuais:

- 33 obras de contrato em andamento;

- 58 de convênio em andamento;
 - 10 obras entregues
- Situação atual:** Em fase de análise da defesa pelos setores técnicos do tribunal.

Quantitativo de Creches visitadas:

Ananindeua: 1

Castanhal: 1

Colares: 1

Belém-Mosqueiro: 1

Santa Luzia do Pará: 1

Total: 5



Visita à obra da Creche em Ananindeua/PA



Ananindeua/PA



Visita ao terreno da futura Creche em Mosqueiro/PA



Mosqueiro/PA

AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE O PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PEEVSCA (TC/008066/2023)

Objetivo: Verificar riscos, fragilidades e oportunidades de aprimoramento na implementação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Peevsca-PA), com foco na efetividade das ações intersetoriais, na articulação das políticas públicas e na governança da rede de proteção.

Situação atual: Relatório concluído em 30/06/2025, aguardando julgamento pelo Tribunal.

MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNADOR, EXERCÍCIO 2023 (TC/004083/2025), REFERENTE AO FUNCIONAMENTO DO BANCO DE LEITE HUMANO NA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ – FSCMP

Objetivo: Avaliar a implementação das recomendações expedidas pelo TCE nas Contas de Governo do exercício de 2023 – Resolução TCE nº 19.637/2024, no tocante ao item nº 7.1.39, o qual determinou à FSCMP que solucione o déficit de profissionais do Banco de Leite Humano, de modo a atender à quantificação dos recursos humanos estabelecida na Nota Técnica BLH-IFF/NT-01.04.

Situação atual: Relatório de instrução concluído em 17/03/2025, cujos resultados serão utilizados em futuras fiscalizações relacionadas ao tema em questão, destacando-se, ainda, que este monitoramento subsidiou a análise das Contas de Governo, referente ao exercício de 2023, de relatoria do Exmo Conselheiro Luís da Cunha Teixeira.

ACOMPANHAMENTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL- LOA/2025, REFERENTE À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA (PAF-2025)

Objetivo: Avaliar o orçamento (LOA-2025) destinado às políticas públicas da Primeira Infância, no Estado do Pará.

Situação atual: Relatório concluído em 09/10/2025, aguardando julgamento pelo Tribunal.

AUDITORIA OPERACIONAL COORDENADA DA PRIMEIRA INFÂNCIA- CTE/IRB-2025- ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/ CRIANÇA FELIZ

Em consonância com o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2025 e em observância aos prazos e metodologia definidos pela coordenação dos trabalhos, em 02/10/2025, foi entregue aos gestores das pastas da SESPA e da SEASTER a versão preliminar do Relatório da Auditoria Operacional (Processo TC/009124/2025), para fins de manifestação quanto aos achados identificados.

Encerrado o prazo de prorrogação concedido para apresentação de manifestações, a equipe técnica procederá à consolidação final do relatório, o qual será submetido à análise do Conselheiro Relator Luís da Cunha Teixeira para posterior julgamento pelo Tribunal Pleno.



SESPA/PA



SEASTER/PA

TCE-PA REUNIU COM SECRETARIAS ESTADUAIS PARA TRATAR SOBRE O PLANO ESTADUAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA E O COMBATE À VIOLÊNCIA INFANTIL

Nos dias 05/09/2025 e 11/09/2025, respectivamente, a equipe de fiscalização da Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex) participou de reuniões com gestores da Fundação ParaPaz e da Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (Seirdh), para debater a implementação do Plano Estadual pela Primeira Infância, objeto do procedimento fiscalizatório nº TC/012343/2025, bem como a análise das ações

governamentais voltadas ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no estado, objeto da fiscalização nº TC/015053/2025.

Ambas as temáticas estão alinhadas às áreas prioritárias de fiscalização estabelecidas no Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2025 deste Tribunal.



Reunião com a Comissão da SIRDH/PA, Órgão atualmente responsável por coordenar a elaboração do Plano Estadual da Primeira Infância.



Reunião com gestores da Fundação ParaPaz- entidade responsável por iniciativas e programas de proteção da primeira infância e de combate a violações de direitos

TCE-PA E PARCEIROS REALIZARAM O SEMINÁRIO “PRIMEIROS PASSOS: PRIMEIRA INFÂNCIA NA AMAZÔNIA” EM AGOSTO

O TCE-PA foi uma das instituições realizadoras do Seminário “Primeiros Passos: Primeira Infância na Amazônia”, que ocorreu nos dias 13 e 14 de agosto de 2025, no Tribunal de Justiça do Estado – TJPA.

Na ocasião, o conselheiro Luís Cunha, vice-presidente do TCE-PA e também integrante do Comitê Técnico da Primeira Infância, do Instituto Rui Barbosa (IRB), falou durante a abertura do

evento e mediou a segunda mesa que tratou do tema: “A importância da escuta e dos direitos garantidos”, composta por representantes do sistema de justiça do Pará.

O Seminário objetivou promover o diálogo interinstitucional e o intercâmbio de experiência que visem à defesa dos direitos das crianças de 0 a 6 anos.



Participação do Conselheiro na abertura do evento



Conselheiro Luís Cunha com servidores do TCE-PA

TCE-PA PARTICIPOU DE DEBATES SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA, EM BENEVIDES/PA

No dia 07/10/2025, o conselheiro Luís Cunha representou o TCE-PA no evento “A cidade e os grandes desafios da infância nos dias de hoje”, promovido pela Prefeitura de Benevides, tendo como palestrante o pediatra Daniel Becker, colunista do jornal O Globo e ativista pela infância em diversas frentes.

Na oportunidade, o Conselheiro reforçou o compromisso do TCE-PA com o desenvolvimento integral das crianças.



Evento: A cidade e os grandes desafios da infância nos dias de hoje

TCE-PA E A PRIMEIRA INFÂNCIA NA COP 30

Entre os dias 10 a 21 de novembro de 2025, a cidade de Belém (PA) sediará a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), evento de grande relevância global e social, que tem por objetivo incentivar a formação de territórios mais inclusivos, saudáveis e ambientalmente equilibrados. Durante a programação, o TCE-PA irá compartilhar suas iniciativas, experiências e resultados das fiscalizações voltadas à Primeira Infância.

Destaca-se que as ações fiscalizatórias em andamento, voltadas ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância, dialogam diretamente com a agenda Agenda 2030 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à erradicação da pobreza (ODS 1), educação de qualidade (ODS 4), redução das desigualdades (ODS 10) e ação contra a mudança global do clima (ODS 13).

Portanto, a presença do TCE-PA na COP30 reafirma o papel estratégico do controle externo na promoção de políticas públicas integradas, que conciliem justiça social, proteção ambiental e garantia dos direitos das crianças como fundamento de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA)

No exercício de 2025 a Comissão Técnica para implementação do Projeto Primeira Infância do TCM-PA, instituída por meio da Resolução Administrativa nº 8/2023/TCMPA, em conjunto com a Diretoria de Controle Externo –DIPLAMFCE e Escola de Contas Conselheiro Irawaldir Rocha-ECPCIR, realizou diversas ações de fiscalização, orientação e capacitação sobre a importância da priorização de políticas públicas para a primeira infância, dentre as quais destacamos:

1. Realização de Capacitação

No período de março à novembro de 2025 durante o ciclo de capacitação promovido pela Escola de Contas do TCM-PA, integrantes da Comissão Técnica da Primeira Infância ministraram diversos cursos e palestras, além de realizarem reuniões técnicas, em nove polos do Estado do Pará, abrangendo os jurisdicionados dos 144 municípios paraenses:

Palestra “Primeira Infância e orçamento: O começo de tudo.”

Palestra ministrada pela Conselheira Mara Lúcia, objetivando a sensibilização dos gestores municipais, servidores e sociedade civil sobre a importância do investimento na primeira infância, considerando o constatado pela neurociência, destacando ainda, o arcabouço jurídico que prioriza esta fase crucial do desenvolvimento humano.

Curso: Elaboração e Acompanhamento do PMPI.

Nesta oportunidade foram realizadas 1160 inscrições, incluindo servidores municipais e sociedade civil, sendo que 673 foram certificados. O curso foi ministrado pela Conselheira Substituta Márcia Costa e pela servidora Míryam Albim e objetivou orientar os municípios paraenses sobre como elaborar e monitorar o PMPI, considerando a intersectorialidade da política pública da primeira infância, abrangendo recursos de várias rubricas orçamentárias das Secretarias envolvidas.



Curso EAD: Instrumento de planejamento municipal (em edição)

Curso na modalidade EAD, ministrado pelo auditor de Controle Externo Luiz Fernando, com carga horária de 8 (oito) horas, objetiva de forma simples e prática orientar os formuladores das peças orçamentárias como promover a inclusão da primeira infância no orçamento.

Reuniões Técnicas com gestores e contadores municipais

Durante o ciclo de capacitação foram apresentadas orientações acerca da inclusão nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) de programas, projetos e atividades voltados para a primeira infância, tendo como público alvo os profissionais de contabilidade que atuam nos municípios. Contamos com o apoio do CRC para alcance do maior número possível de participantes. O auditor do TCM-PA, Luiz Fernando, contribuiu com sua experiência orientando sobre alternativas de alocação dos recursos de forma eficiente.



Visitas às famílias em situação de vulnerabilidade social que participam do Programa Criança Feliz no município de Rio Branco-AC.

2. Seminário Primeiros Passos

Aconteceu nos dias 13 e 14 de agosto, por iniciativa da Prefeitura de Belém, através da Superintendência da Primeira Infância, com o apoio do TJPA, Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, Ministério Público de Contas do Estado, Ministério Público de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Estado do Pará. O evento

reuniu representantes de poderes públicos municipal, federal e estadual, especialistas, instituições do sistema de justiça, organizações da sociedade civil e órgãos de controle. O objetivo do seminário foi discutir a importância estratégica da Primeira Infância e fomentar a integração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.



Visitas às famílias em situação de vulnerabilidade social que participam do Programa Criança Feliz no município de Tarauacá-AC.

3. Fiscalizações ocorridas em 2025

Levantamento sobre a Primeira Infância nos municípios do Estado do Pará (em andamento).

O presente levantamento tem por objetivo elaborar um diagnóstico do cenário da primeira infância nos 144 municípios paraenses, visando identificar o estágio de implantação dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI), além de outras atuações dos entes municipais frente a necessidade de melhoria das políticas municipais da Primeira Infância. O levantamento está em andamento com previsão de finalização em Janeiro de 2026.

Auditoria Operacional sobre Primeira Infância – Programas de Visitação Domiciliar: Estratégia Saúde da Família e Programa Criança Feliz (em andamento).

Auditoria foi uma iniciativa do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Brabosa (IRB), proposta à ATRICON e realizada em parceria com o CNPTC e a Rede Integrar, foi realizada com objetivo de avaliar em que medida as gestões municipais são eficazes em implementar as ações previstas nos programas de visitas domiciliares no âmbito da Estratégia de Saúde da Família – ESF e Programa Primeira Infância no

SUAS/Criança Feliz.

Etapas:

1. Etapas de Planejamento: participação em Workshop com equipe nacional; alinhamento dos papéis de trabalho com equipe nacional; elaboração de documentos internos (portarias, ofícios, termos) e reuniões de comunicação com os jurisdicionados auditados.
2. Etapa de Execução: em cinco municípios (MARACANÃ, PARAGOMINAS, PAU D'ARCO, ÓBIDOS e SANTARÉM) - aplicação de questionários e entrevistas; coleta de documentos e registros fotográficos: Concluída
3. Etapa de Relatório: em fase de elaboração dos relatórios preliminares onde serão encaminhados dois relatórios para cada município, um para Secretaria Municipal de Saúde e outro para a Secretaria Municipal de Assistência Social.



4. Atualização das fiscalizações realizadas nos anos de 2023 e 2024

Monitoramento do Termo de Ajustamento de Gestão

- TAG nº 001/2023/DIPLAMFCE/TCMPA do município de ALENQUER, que estabeleceu prazo para o cumprimento das medidas sugeridas na auditoria operacional realizada com o objetivo de identificar os principais problemas que afetam a qualidade da cadeia de serviços de Atenção Primária oferecidos nas Unidades de Saúde da Família (USFs) do município e o alcance das metas do Programa Previne Brasil.



(Unidade Básica de Saúde – Camburão)



(UBS – Oscar de Paula Guimarães)

Monitoramento da auditoria operacional realizada no município de CACHOEIRA DO ARARI

Teve como objetivo identificar os principais problemas que afetam a qualidade da cadeia de serviços de Atenção Primária oferecidos nas Unidades de Saúde da Família (USFs) do município e o alcance das metas do Programa Previne Brasil.

Etapa: Aprovado o primeiro monitoramento (homologação do Plano de Ação) com o Acórdão nº 47.681, publicado em 20/08/2025. Desta forma, a contar da data da publicação do Acórdão, iniciou o segundo monitoramento.



Equipe de auditores no posto de Saúde Vila São José



Posto de Saúde do Jabuti

Auditoria Operacional

Por meio do projeto Eficiência Hospitalar no Hospital Materno Infantil no município de MARABÁ, que objetivou identificar e avaliar os principais fatores que afetam a eficiência daquele hospital.

Etapas:

- Etapas de Planejamento, Execução e Relatório Técnico Final concluídos.
- Aguardando apreciação



Equipe de servidores do TCMPA e do Hospital Materno Infantil



Bloco cirúrgico - sala de parto



Triagem

Auditoria no Programa Nacional de Imunização (PNI) – Rede Integrar – TCU (em andamento).

Auditoria para examinar as medidas em curso para recuperar as coberturas da vacinação regular no Brasil, em especial das crianças até 1 ano de idade. Trata-se de ação de controle relacionada com a atenção primária à saúde (APS) e aos cuidados com a primeira infância.

Etapas:

- Etapa Aplicação de questionário, aos 144 municípios, sobre imunização: Concluída
- Etapa Planejamento e Execução em três municípios (AFUÁ, CHAVES e MELGAÇO): Concluída
- Etapa de Relatório: Relatórios Técnicos Finais concluídos. Os municípios de Afuá e Chaves já possuem Acórdão nº 47.954 e 47.955, respectivamente, publicados em 20/08/2025. Desta forma inicia o primeiro monitoramento onde será a elaboração do plano de ação das Secretarias Municipais de Saúde para mitigar e/ou sanar as medidas sugeridas nos encaminhamentos dos relatórios técnicos finais de fiscalização.

O relatório técnico final do município de Melgaço aguarda apreciação.



Unidade Mista – Afuá



Rede de Frio – Chaves



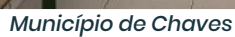
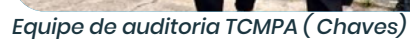
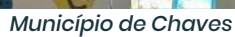
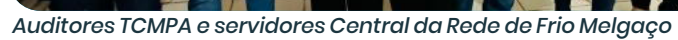
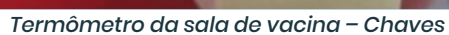
Rede de Frio – Afuá



Rede de Frio – Chaves



Unidade de Saúde Raimundo Chada – Afuá



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)

Ao assumir a presidência do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), em janeiro de 2025, o Cons. Fábio Nogueira elegeu as ações de fomento à Primeira Infância como vetor principal de seu biênio, instituindo, por meio de Portaria, Comissão específica para tratar do tema, sendo designado para presidi-la o Vice-Presidente, Cons. André Carlo Torres Pontes. Após prospecção junto a outros Tribunais de Contas que se apresentavam em etapas mais avançadas na indução da citada política pública, a Comissão, constituída por servidores de diversos setores do Tribunal, elaborou Plano de Trabalho, havendo, inicialmente, sensibilização interna com palestra proferida pelo Coordenador do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, Dr. Halim Girade. Para mapeamento inicial da política no território estadual, foi aplicado questionário aos municípios.

Em 28 de abril, houve, em João Pessoa-PB, o lançamento do Pacto Paraibano Pela Primeira Infância, com a participação de uma plateia de aproximadamente 2.500 pessoas, quando foi assinada Carta Compromisso por 26 representantes de Poderes, Órgãos e Sociedade Civil Organizada. Adicionalmente, foi apresentado o documento referente ao Pacto a ser celebrado individualmente com os titulares dos poderes executivos municipais.



TCE-PB formaliza Pacto pela Primeira Infância com prefeitos e signatários em ato solene no Pedra do Reino.

Na ocasião, divulgou-se o Portal da Primeira Infância, incluído no site do TCE-PB, além de ser realizado painel de referência para validação da Matriz de Planejamento da Auditoria Operacional na Primeira Infância (Proc. TC N.07533-24), a qual tem como objetivo examinar: (i) a formalização e a implementação da Política da Primeira Infância no território paraibano; (ii) as ações setoriais desenvolvidas pelos entes públicos estaduais e municipais na Paraíba, com referência ao público alvo da Política da Primeira Infância – Educação Infantil, Atendimento de saúde de gestantes e crianças de 0 a 6 anos, Oferta de água tratada e esgoto sanitário, Segurança Alimentar e Espaços externos de lazer; e (iii) as visitas domiciliares no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF-SUS) e do Programa Criança Feliz (PCF-SUAS), o último eixo alinhado com a auditoria operacional coordenada nacional.

Desde então, o TCE-PB tem participado de eventos e realizado reuniões frequentes com representantes de Poderes, Órgãos e Sociedade Civil Organizada visando à ampliação e ao fortalecimento de rede de apoio para o Pacto Paraibano pela Primeira Infância. Para maior formalização dessa rede, constituiu-se Comitê Ampliado pela Primeira Infância, encarregado da elaboração das ações de fomento e atenção à primeira infância, formado por representantes das 26 entidades signatárias da Carta Compromisso (Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados, Tribunal Regional do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Defensorias Públicas da União e do Estado, Advocacia Geral da União, OAB seccional Paraíba, Atricon, IRB, FAMUP, UFPB, UEPB, IFPB, UFCG, UNICEF, SEBRAE, FECOMÉRCIO PB, FIEP PB e FAEPA).



Reunião com Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e membros do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas Públicas pela Primeira Infância (CEIPPI).



Reunião com signatários do Pacto Paraibano pela Primeira Infância.

No que tange à capacitação de gestores municipais, o TCE-PB ofereceu, por meio de sua escola (ECOSI), cursos presenciais distribuídos em cidades polo do território estadual, acerca da Primeira Infância no contexto da LDO e orientando a elaboração do PPA e da LOA com marcadores orçamentários da Primeira Infância. De igual modo, foram realizados cursos orientando a elaboração ou aprimoramento dos Planos Municipais da Primeira Infância, resultando em mais de mil técnicos capacitados.



Curso Primeira Infância no contexto da LDO - Patos-PB.



Curso Elaboração e Aprimoramento de Planos Municipais para a Primeira Infância - Sumé-PB

A partir da identificação da necessidade dos técnicos dos municípios, o TCE-PB iniciou tratativas com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - para que sejam ministrados, por parte das universidades públicas signatárias da Carta-Compromisso, Letramento digital de agentes públicos responsáveis por preenchimento de dados em plataformas digitais (conselheiros tutelares, ACSs, entre outros) e Pós-graduação lato sensu multiprofissional em Primeira Infância. Foi também discutida a construção de Observatório de políticas públicas com foco na Primeira Infância. Para a viabilização desses planos, já houve reunião com o Secretário Estadual de Tecnologia..

Em 18 de agosto, o TCE-PB promoveu, em Campina Grande-PB, o Encontro Estadual da Primeira Infância, com a realização de painel de referência para validação da Matriz de Achados da Auditoria Operacional, instrumento técnico que permitirá ao TCE-PB recomendar ações concretas aos gestores, prevendo também benefícios que podem ser alcançados com a implementação dessas recomendações. Na ocasião, o Presidente do TCE-PB, Cons. Fábio Nogueira, ao lado do Vice-Presidente, Cons. André Carlo Pontes, informaram as ações já postas em prática pelo Tribunal de Contas, desde o lançamento do Pacto, no final de abril, e prefeitos e presidentes de câmaras tiveram a oportunidade de assinar o Termo de Adesão ao Pacto.



Apresentação da Matriz de Achados da Auditoria Operacional durante o Encontro Estadual pela Primeira Infância.

Além da auditoria operacional, o TCE-PB, por meio da Diretoria de Auditoria e Fiscalização (DIAFI), realizou, em março de 2025, auditoria coordenada em 103 creches municipais, localizadas em 81 municípios paraibanos, as quais atendem mais de 10 mil crianças. Foram inspecionados itens relacionados à estrutura escolar, segurança, alimentação e aspectos pedagógicos. Também relacionada à Educação Infantil, foi realizada a Auditoria Temática nº 03/2025, abordando a execução de convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, dentro do Programa Paraíba Primeira Infância, para construção de creches, abrangendo o período de 2022 a junho de 2025. Em novembro, os auditores do TCE-PB voltaram a vistoriar 20 maternidades públicas, sendo 14 estaduais e 6 municipais, visitadas em novembro de 2024. Essas maternidades respondem por 90% dos nascimentos em maternidades públicas na Paraíba e possuem 9.841 profissionais da saúde em seus respectivos quadros de pessoal. Foram fiscalizados itens relacionados à infraestrutura hospitalar, biossegurança, tratamento dos resíduos de serviços de saúde e atenção à mulher e ao recém-nascido.

Em conjunto com outros Tribunais de Contas, o TCE-PB efetuou em 2024 levantamentos que acarretaram alertas aos gestores envolvidos, em temas que possuem relação com a Primeira Infância, como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e Infância Segura, que tratou do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, constantes dos Processos TC N. 03547-24 e 05893-24, respectivamente.



TCE-PB realiza primeira Auditoria Coordenada de 2025 com foco na educação infantil.

Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)

A Coordenadoria de Auditorias, em atendimento ao Ofício nº 600/2025 – IRB, encaminhado a este Tribunal de Contas por meio do Processo 608924/25, informa que durante o ano de 2025 foram realizadas as seguintes iniciativas e ações relacionadas à “Primeira Infância”:

1. Conclusão da Auditoria Operacional Coordenada na Primeira Infância (AOPI), planejada a nível nacional pelo IRB e pela ATRICON, sendo fiscalizados 05 (cinco) municípios, com recomendações formalizadas em Processos de Homologação de Recomendações (PHR) específicos no âmbito deste Tribunal [1];

2. Sugestão de Inclusão de diretriz específica e prioritária no Plano de Fiscalização (PAF) do TCEPR a ser executado nos anos de 2026 e 2027;

3. Assinatura de Termos e Acordos de Cooperação / Colaboração Técnica (Processos 210378/25 [2] e 736457/24 [3]), bem como adesão à Nota Recomendatória nº 001/2025 (IRB – ATRICON) [4] assumindo o compromisso de implementação de ações de fiscalização direcionadas ao público-alvo da Primeira Infância;

4. Fomento à capacitação de servidores e gestores públicos sobre a relevância do tema “Primeira Infância”: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/curso-online-do-enap-orienta-a-priorizacao-da-primeira-infancia-no-ppa-municipal/12327/N>

Encaminha-se, em anexo, o Relatório Consolidado da AOPI.

[1] MUNICÍPIO | ENCAMINHAMENTO

FAZENDA RIO GRANDE | PHR nº 63401-8/25

FRANCISCO BELTRÃO | PHR nº 60525-5/25

IRATI | PHR nº 59993-0/25

ORTIGUEIRA | PHR nº 61244-1/25

RIO NEGRO | PHR nº 61588-9/25

[2] O referido acordo tem como objeto a cooperação técnico-científica, a disseminação de materiais e o intercâmbio de conhecimento sobre a temática da Primeira Infância entre os partícipes. O plano de trabalho prevê ações conjuntas para fortalecer a pauta da Primeira Infância nos municípios, com foco na sensibilização dos novos mandatos, disseminação de materiais de apoio às gestões locais e realização de notas técnicas e eventos voltados à formulação de políticas públicas para a primeira infância.

[3] Fiscalização coordenada para atuação no enfrentamento à violência infantil.

[4] Atuação dos Tribunais de Contas brasileiros em relação ao planejamento e acompanhamento orçamentário voltado à Primeira Infância.

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)

Ações de Fiscalização no Plano de Controle Externo

O Plano de Controle Externo do Tribunal para o biênio 2025- 2026 contempla fiscalizações em áreas importantes para a Primeira Infância. Dentre as ações já realizadas em 2025, destacam-se as seguintes: •

Educação

- Fiscalização Ordenada de Infraestrutura e Alimentação Escolar;
- Apuração do Índice de Compromisso com a Alfabetização - ICA 2024 (Painel com resultados);
- Auditoria em creches e escolas da educação infantil;

Saúde

- Fiscalização Ordenada no Programa Nacional de Imunizações - PNI;
- Fiscalização sobre as políticas públicas de saúde para pessoas com TEA nos municípios pernambucanos (Painel com resultados);
- Auditorias sobre a assistência prestada à gestante, no pré-natal, e à criança, na puericultura, na Atenção Primária à Saúde, nos municípios pernambucanos;

Cidadania

- Auditoria no Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)/ Programa Criança Feliz;

Saneamento

- Acompanhamento da contratação da Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos municípios.

Participação no Planejamento e Execução da Auditoria Nacional Operacional Coordenada Atricon/IRB

O TCE-PE participou do planejamento e da execução da auditoria nacional coordenada do Instituto Rui Barbosa, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e da Rede Integrar, que teve como objetivo avaliar os principais componentes de governança dos Programas de Visitação Domiciliar no âmbito dos Estados e dos Municípios.

Atualização do mapeamento dos Planos Municipais pela Primeira Infância

O TCE-PE atualizou o mapeamento dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI) em Pernambuco com uma novidade: o levantamento de 2025 contemplou a análise do cumprimento da obrigação constitucional de inserir o quadro Orçamento Criança na Lei Orçamentária Anual (LOA) em todos os municípios pernambucanos (PMPI 2025).

Lançamento da Capacitação em Gestão Orçamentária para a Primeira Infância

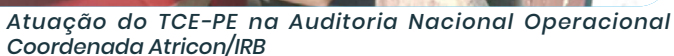
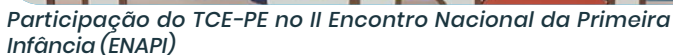
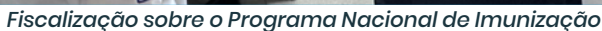
O TCE-PE, por meio de sua Escola de Contas, lançou em parceria com o Unicef a capacitação Gestão Orçamentária para a Primeira Infância, visando orientar as gestões municipais a incluir a primeira infância no Plano Plurianual (PPA) e a utilizar a metodologia de identificação do gasto social com a primeira infância, elaborada pelo Unicef e IPEA.

Memorando de Entendimento firmado com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

O TCE-PE e Unicef renovaram, em 2025, sua parceria com o Unicef para potencializar as ações de melhoria das políticas públicas para a garantia dos direitos da criança junto aos municípios pernambucanos, com atenção especial a grupos negros, indígenas e quilombolas.

Participação em eventos

Em 2025, o TCE-PE participou de eventos sobre a primeira infância e outros onde contribuiu para o debate em torno da temática. Dentre esses encontros, destacam-se: o II ENAPI (TCE-MG), o III Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância (TJPE), o IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas (TCE-AM) e o Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas 2025 (TCM-SP).



Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI)

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), reconhecendo a prioridade absoluta atribuída à política da primeira infância, previu em seus Planos Anuais de Controle Externo de 2024/2025 e de 2025/2026 linhas de atuação contemplando um conjunto de ações voltadas ao tema.

Ressalta-se que a estrutura organizacional do TCE-PI prevê uma Diretoria de Fiscalização de Políticas Públicas, a qual tem atuado, por meio de suas Divisões de Fiscalização da Educação, da Saúde, da Segurança Pública, e da Assistência Social de forma integrada em ações transversais, ou de forma individualizada em cada Divisão em processos de fiscalização voltados para a temática da Primeira Infância.

Além disso, destaca-se que o TCE-PI, considerando a necessidade de orientar e institucionalizar os trabalhos relacionados à primeira infância, visando maior aderência às diretrizes nacionais e aos compromissos assumidos pela Tribunal, estabeleceu, por meio da Portaria nº 3187/2025 a Comissão Permanente de Educação e da Primeira Infância.

Dentre as iniciativas ações e atividades desenvolvidas por esse Tribunal de Contas, ao longo de 2025 na área de primeira infância, destacam-se as seguintes:

Processos de Fiscalização

1. Levantamento “Infância Segura” – TC/008089/2024

Abrangência: Estado do Piauí e 224 municípios

Objetivo: Mapear as ações e políticas públicas desenvolvidas pelos entes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) na prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, com foco especial na primeira infância.

Principais Achados:

- Governança e coordenação deficiente: ausência de integração entre órgãos do SGDCA (MP, Judiciário, Defensoria, Conselhos, CRAS, CREAS, SSP-PI).
- Planejamento e orçamento insuficientes: inexistência de Plano Estadual de Enfrentamento à Violência, e apenas 154 municípios com Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).
- Infraestrutura e dados: déficit de estruturas

físicas e equipes multidisciplinares, carência de dados integrados e risco elevado de revitimização das crianças.

- Capacitação limitada: inexistência de matriz de formação intersetorial e capacitação irregular dos profissionais que atuam na rede de proteção.

Conclusão:

O levantamento concluiu que o sistema de proteção no Piauí opera de forma fragmentada, com baixo nível de integração interinstitucional e carência de recursos humanos e financeiros. Recomenda-se a instituição de um plano estadual específico, ampliação dos fundos municipais, criação de centros integrados de atendimento, além da integração de sistemas de dados e capacitação contínua dos agentes do SGDCA.

2. Auditoria no Plano Estadual pela Primeira Infância – TC/005654/2025

Objetivo: Analisar a formalização, estrutura, capacidade de implementação, monitoramento e avaliação do Plano Estadual da Primeira Infância do Piauí (PEPI-PI), com vigência de 2024 a 2033.

Unidade Fiscalizada: Governo do Estado do Piauí
Principais Achados:

- Formalização e estrutura: o PEPI-PI está instituído, mas carece de arquitetura lógico-operacional robusta, metas específicas, indicadores mensuráveis e mecanismos de avaliação.
- Planejamento e orçamento: não há planejamento detalhado de recursos humanos e tecnológicos, tampouco avaliação de custo-benefício das ações.
- Governança e monitoramento: ausência de processo sistemático de acompanhamento, gestão de riscos e retroalimentação do plano.
- Equidade e diversidade: ações voltadas à educação antirracista e atenção às populações indígenas e quilombolas ainda não estão consolidadas nem articuladas com políticas setoriais.

Conclusão:

O relatório ressaltou que, embora o PEPI-PI represente um avanço normativo, ele demanda aperfeiçoamento na governança, indicadores

de resultado e coordenação intersetorial. Recomendou-se o reforço da gestão baseada em evidências, integração entre estado e municípios e monitoramento periódico com foco em resultados, visando a garantir equidade e efetividade nas políticas para a primeira infância.

3. Auditorias Operacionais nos Programas de Visitas Domiciliares

Objeto: A Auditoria Operacional Coordenada na Primeira Infância foi uma iniciativa fruto da parceria entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa, o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas e a Rede Integrar.

Teve como objetivo avaliar em que medida as gestões municipais e estadual são eficazes em implementar as ações previstas nos programas de visitas domiciliares no âmbito do Programa Primeira Infância no SUAS/ Criança Feliz e da Estratégia de Saúde da Família–ESF.

Unidades Fiscalizadas: TC/006034/2025 – Município de Floriano ; TC/006037/2025 – Município de Picos ; TC/006038/2025 – Município de Barra D’Alcântara ; TC/006039/2025 – Município de Patos do Piauí ; TC/006270/2025 – Município de Teresina .

Principais Achados identificados nos Processos de Fiscalização:

- Planejamento e monitoramento insuficientes: ausência de planos estruturados, diagnósticos socioterritoriais e indicadores de desempenho.
- Execução fragilizada: inexistência de protocolos padronizados para visitas, fluxo operacional desorganizado e pouca articulação entre CRAS e unidades de saúde.
- Governança e intersetorialidade frágeis: falta de Comitê Intersetorial, ausência de integração entre políticas e comunicação limitada entre equipes do PCF e da ESF.
- Recursos e condições precárias: escassez de profissionais, alta rotatividade, infraestrutura deficiente nas UBS, falta de equipamentos e capacitações insuficientes.

Conclusão:

A auditoria identificou a ausência de integração entre o PCF e a ESF como o principal entrave para o atendimento integral à criança e à família. Recomendou-se a criação de planos municipais intersetoriais, fortalecimento da articulação entre saúde, assistência e educação, e implantação

de Comitê Gestor Intersetorial. Espera-se que tais medidas elevem a eficácia das políticas e promovam desenvolvimento infantil integral e proteção social ampliada.

Visitas técnicas e ações de Capacitação

1. Seminário destinado a Gestores Municipais

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) promoveu Seminário voltado para novos gestores, com uma série de palestras que discutiram temas relacionados a administração pública municipal. O evento, transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do TCE-PI, contou com a participação de auditores, além de gestores municipais, servidores públicos interessados em aprimorar a gestão pública.

A programação contemplou a palestra “Primeira Infância na Conta Certa”, a qual destacou a importância dos investimentos na primeira infância como base para o desenvolvimento sustentável das cidades.

2. Reunião com o Prefeito Municipal de Teresina – Capital do Estado do Piauí

A Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Rejane Dias e o Chefe da Divisão de Fiscalização de Políticas Públicas (DFPP), Gilson Araújo, reuniram-se com o prefeito de Teresina, Silvio Mendes, para tratar de políticas públicas voltadas à Primeira Infância.

Durante o encontro, foi apresentado o Plano Estadual da Primeira Infância (PEPI) e discutidas ações integradas entre Estado e Município, bem como se reiterou o papel do Tribunal na fiscalização da gestão municipal, com relação a aplicação de recursos públicos em ações voltadas para as crianças em diferentes áreas, como educação, saúde, segurança e lazer. A proposta do TCE-PI é fomentar a construção de um modelo de governança capaz de acompanhar a execução do PMPI e assegurar que os recursos destinados à infância resultem em melhorias concretas na vida das crianças.

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ)

O presente relatório informa, de forma sintética, as ações e atividades relacionadas ao tema da Primeira Infância desenvolvidas pela Secretaria-Geral de Controle Externo do TCERJ ao longo do ano de 2025.

Para apresentar de forma clara e resumida as atividades, o relatório apresenta em itens cada uma das ações.

1. Auditoria Operacional Coordenada Nacional na Primeira Infância (Proc. TCE-RJ nº 215293-8/2025 – relatório ainda não tramitado)

O TCE-RJ participou da auditoria operacional promovida pelo Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, com apoio da Atricon e CNPTC. A fiscalização avaliou a efetividade das ações dos programas de visitas domiciliares da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz.

A auditoria foi realizada entre maio e julho de 2025, com atuação conjunta da Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Desenvolvimento Econômico e Social (CAD-DESENVOLVIMENTO) e da Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Saúde coordenadorias (CAD-SAÚDE). Os municípios visitados foram: São Gonçalo, Arraial do Cabo, Três Rios, Rio Bonito e Tanguá.

2. Auditoria de Conformidade com Contornos Operacionais (Proc. TCE-RJ nº 100.766-5/2025)

Foi realizada auditoria pela Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Segurança Pública e Cidadania (CAD-SEGURANÇA) para verificar a regularidade da oferta de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

O trabalho considerou o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com foco na priorização orçamentária.

Foi realizado levantamento sobre a existência do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) e do Orçamento da Primeira Infância (OPI) nos 91 municípios jurisdicionados.

Como resultado, foi determinada a elaboração e publicação dos orçamentos OCA e OPI, bem como de relatórios analíticos periódicos sobre a execução orçamentária.

3. Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 004/2024

O TCE-RJ aderiu ao acordo firmado com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Atricon e outros Tribunais de Contas, visando à cooperação técnico-científica e à disseminação de materiais sobre Primeira Infância.

O termo foi assinado em 27/05/2025 e publicado em 01/07/2025.

A coordenação técnica do acordo está sob responsabilidade da CAD-DESENVOLVIMENTO.

4. Participação no Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB

Desde junho de 2025, as coordenadoras da CAD-DESENVOLVIMENTO e da CAD-SEGURANÇA passaram a integrar o Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, fortalecendo a atuação institucional do TCE-RJ na temática.

Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ)

Em resposta à demanda suscitada, participa-se que, ao longo de 2025, esta Corte de Contas realizou os seguintes trabalhos de fiscalização que, direta ou indiretamente, abordam o tema Primeira Infância:

a) Levantamento acerca de informações referentes à Educação Especial no Município do Rio de Janeiro. Este trabalho teve como objetivo verificar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, com vistas à implementação da Educação Especial na Rede Pública. Os trabalhos de campo já foram finalizados, tendo sido realizados no período de 20/05/2025 a 25/08/2025, e o relatório foi formalizado sob o número de processo TCMRio n.º 40/101.805/2025 ;



Imagens fotografadas pela equipe de fiscalização em escolas da rede pública municipal



Equipe de fiscalização da 3.ª Inspeção Geral de Controle Externo trabalhando remotamente no planejamento da fiscalização

b) Auditoria operacional coordenada nacional acerca dos programas de visitação domiciliar na primeira infância. Trata-se de trabalho de iniciativa do próprio Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio de seu Comitê Técnico da Primeira Infância. A execução ocorreu entre abril e julho de 2025, na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e o relatório foi formalizado sob o número de processo TCMRio n.º 40/101.986/2025 . O objetivo do trabalho consistiu em avaliar em que medida as gestões municipais e estaduais são eficazes em implementar as ações previstas nos programas de visitas domiciliares no âmbito da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz;



Equipes de saúde realizando visitas em casas dentro de comunidades do Município



Equipes da 1.ª IGE e da 4.ª IGE em reunião, durante a execução da fiscalização

c) Levantamento acerca de informações referentes aos planos de carreira e remuneração do magistério público municipal. Este trabalho, também coordenado pelo IRB, por meio de seu Comitê Técnico de Educação, está em fase final de elaboração/revisão do relatório e visa obter dados detalhados sobre os planos de carreira e remuneração do magistério público, por meio de sistema informatizado (ainda sem processo instaurado); e

d) Levantamento acerca das ações de prevenção e combate a incêndio na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro (unidades escolares e creches parceiras). Esta fiscalização teve início em outubro e objetiva verificar as condições de segurança e integridade física de estudantes, profissionais da educação e demais usuários das unidades escolares, por meio da implementação de medidas de proteção contra incêndio, certificações regulares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, diretrizes adotadas pela Secretaria Municipal de Educação, treinamentos periódicos e orientações sobre procedimentos de evacuação em situações de emergência.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN)

Subsídios para compor o Relatório anual do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB

Iniciativas, ações e atividades desenvolvidas pelo TCE-RN em 2025

• Julgamento do Levantamento da oferta de vagas em creches nos municípios do RN

- Realização: fevereiro/2025
- Processo 002323/2024-TC
- Anexos: Acórdão 31/2025-TC e relatório do levantamento.

• Auditoria Operacional Coordenada Nacional na Primeira Infância – Programas de visita domiciliar

- Realização: abril-dezembro/2025 (em andamento)
- A Auditoria Operacional Coordenada Nacional na Primeira Infância, com foco nos programas Criança Feliz (PCF) e Estratégia Saúde da Família (ESF), teve como objetivo avaliar a efetividade da implementação das ações de visita domiciliar voltadas ao público da primeira infância (0 a 6 anos de idade), especialmente no que tange à articulação entre os setores de assistência social e saúde.
- Estamos trabalhando painéis com gestores e especialistas antes da divulgação do relatório.
- Imagens da etapa de coleta de dados disponíveis em:
https://drive.google.com/drive/folders/1aFOz4oX9mnpDnCHmc6EMvARopJy-3m8O?usp=drive_link

• Síntese de evidências sobre oferta de vagas em creches municipais

- Realização: julho/2025
- A síntese apresentou 4 alternativas para enfrentamento do déficit. O material da síntese foi discutido em oficinas realizadas em encontros regionais com os 167 municípios do RN, com gestores públicos de diferentes áreas da administração municipal.

- Anexos: documento da síntese de evidências.

• Nota Técnica nº 07/2025 – SECEX/TCE/RN – Orienta os jurisdicionados, responsáveis e demais interessados quanto ao levantamento da demanda, ao planejamento da expansão da oferta e aos critérios de priorização de vagas em creches municipais.

- Realização: agosto/2025
- A nota técnica teve ampla divulgação na mídia com o intuito de retomar a discussão sobre a oferta de vagas em creches.
- Anexos: nota técnica.

• Acompanhamento sobre a oferta de vagas em creches nos municípios do RN

- Realização: outubro-novembro/2025
- A coleta de dados foi realizada por meio de questionário eletrônico em outubro.
- Emissão de relatório de acompanhamento prevista para novembro de 2025.

• Matriz de Riscos do Levantamento sobre Enfrentamento à Violência Infantil

- Realização: outubro-novembro/2025
- O referido levantamento foi desenvolvido nacionalmente, em 2024, e teve como objetivo mapear informações sobre as ações e políticas públicas desenvolvidas pelos entes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) na prevenção e no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.
- Agora estamos trabalhando a discussão dos riscos identificados no levantamento, a partir de painéis com os gestores, o que deverá subsidiar a emissão de nota técnica sobre o tema.

• Síntese de evidências sobre violência infantil em ambiente doméstico

- Realização: agosto-dezembro/2025
- A síntese está em andamento e contempla duas questões centrais:
- Quais os principais fatores desencadeadores de violência contra crianças em contexto doméstico?
- Quais estratégias os gestores públicos podem adotar para solucionar tais problemas e diminuir os casos de violência infantil em contexto doméstico?
- A síntese terá ampla discussão com gestores e sociedade, além de também ser utilizada como subsídio para emissão de nota técnica sobre violência infantil.

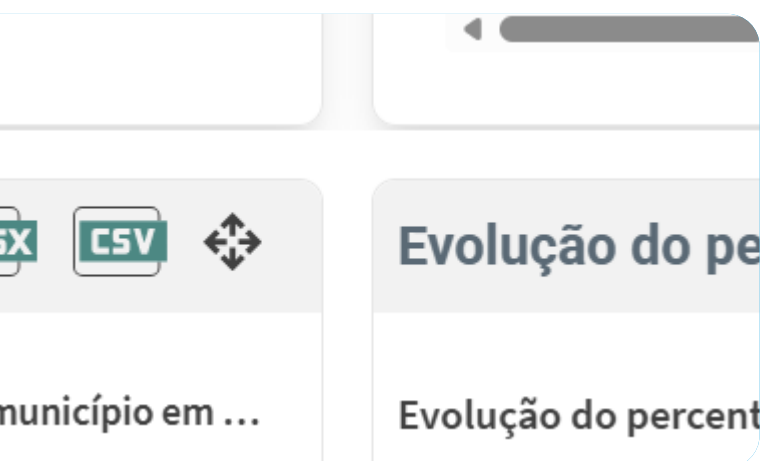
• Painéis de BI sobre indicadores de desempenho e execução orçamentária na Primeira Infância

- Realização: agosto-dezembro/2025
- Os painéis estão em etapa de construção e devem possibilitar o cruzamento de informações entre indicadores de desempenho e a alocação de recursos orçamentários nas áreas de
 1. Educação Infantil;
 2. Saúde Materno-Infantil;
 3. Assistência Social;
 4. Proteção dos Direitos da Criança e da Família;
 5. Direito à Cidade e à Habitantes;
 6. Saneamento;
 7. Cultura e Direito de Brincar;
 8. Segurança Alimentar ; e
 9. Enfrentamento da Pobreza.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), em 2025, implementou ações previstas no projeto estratégico “Primeira Infância: cuidando do que mais importa” concebido para o biênio 2024-25 (» TCE-RS lança documento sobre ações na Primeira Infância). O foco desse ano no tema primeira infância se deu na difusão de indicadores para monitoramento, orientação e indução de compromissos com o tema pelos novos gestores municipais, diagnóstico e fiscalização.

Em fevereiro de 2025, foram lançados painéis referentes aos temas de Educação e Primeira Infância – Educação, podendo ser consultados em » Espaço do Controle Social. As ferramentas buscam apresentar diversas informações e indicadores relativos à educação na primeira infância no Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios. Além da ampla divulgação do painel, em novembro foi realizada uma capacitação sobre o uso da ferramenta para 50 pesquisadores e atuantes do Fórum Gaúcho da Educação Infantil (FGEI) (» TCE-RS realiza capacitação para pesquisadores da Educação sobre ações realizadas e possibilidades para o controle social).



Painel de Controle Social da Primeira Infância.

Entre os meses de maio a dezembro, foram realizados 10 Encontros Regionais de Controle e Orientação (ERCO), com cerca de 800 participantes em média, em o tema primeira

infância teve papel de destaque. No Espaço Políticas Públicas, a oficina “Educação Infantil: acesso e gestão” buscou orientar Secretários da Educação sobre práticas para garantir o acesso à Educação Infantil com qualidade no seus municípios. Já no Espaço Prioridades da Gestão Pública, se organizou um momento específico para induzir ações no tema primeira infância pelas novas gestões municipais. Além da distribuição de um diagnóstico de indicadores do tema para cada município (ex. Aceguá - RS - Primeira Infância Primeiro) e da apresentação da situação da primeira infância e orientação quanto à inclusão da política no orçamento e quanto à elaboração do plano da primeira infância, os gestores foram convidados para assinatura do Termo de Compromisso pela Primeira Infância. Esse Termo já foi assinado por 436 gestores gaúchos (87,7% do total).



Assinatura do Termo de Compromisso pela Primeira Infância – ERCO Santa Maria



Assinatura do Termo de Compromisso pela Primeira Infância – ERCO Erechim.



Assinatura do Termo de Compromisso pela Primeira Infância – ERCO Santa Cruz do Sul.



Entrega do conjunto de indicadores da primeira infância e assinatura do termo de compromisso – ERCO Frederico Westphalen.



Apresentação da situação da primeira infância e orientação quanto à inclusão da política no orçamento e quanto à elaboração do plano da primeira infância – ERCO Erechim.

No dia 26 de agosto de 2025, foi lançado o diagnóstico sobre a situação da lista de espera na educação infantil e a existência de planos municipais de primeira infância (» TCE-RS divulga diagnóstico sobre lista de espera na educação infantil e a existência de planos municipais de primeira infância). O objetivo da iniciativa foi ampliar o conhecimento sobre a realidade da educação infantil no estado, fornecendo subsídios para o acompanhamento das contas anuais dos prefeitos e para o fortalecimento da transparência e do planejamento na gestão pública municipal.

Em outubro (13), Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), o Ministério Público do Estado (MP-RS), o Ministério Público de Contas (MPC-RS) e a Defensoria Pública do Estado (DPE-RS) firmaram o Acordo de Cooperação Técnica para a criação do grupo de trabalho “Pacto pela Educação RS” (» Instituições firmam acordo de cooperação para ampliar e qualificar a oferta de educação infantil nos municípios gaúchos). Com a criação do “Pacto pela Educação RS”, as instituições signatárias pretendem mapear as necessidades locais, apoiar tecnicamente os municípios e induzir políticas públicas efetivas para reduzir déficits de atendimento na educação infantil, contribuindo para a efetividade das ações de fiscalização realizadas pelo TCE-RS (auditorias operacionais da Educação Infantil), o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação e para a promoção da equidade educacional no estado.



Assinatura do Pacto pela Educação RS entre as instituições TCE-RS, MPC-RS, MP-RS e DPE-RS.

Por fim, cabe destacar as ações de fiscalização realizadas ao longo de 2025. Foram cinco municípios selecionados para a realização da Auditoria Operacional Coordenada Nacional na Primeira Infância com foco nas visitas domiciliares (» TCE-RS conclui etapa de acompanhamento de Auditoria Operacional na Primeira Infância). Durante os meses de maio e junho, as equipes do Centro de Orientação e Fiscalização de Políticas Públicas (CPP) e dos Serviços Regionais de Caxias do Sul (SRCS), Passo Fundo (SRPA), Porto Alegre I (SRPA-I), Santo Ângelo (SRSA) e Santa Maria (SRSM) realizaram acompanhamento nos municípios de Três Coroas, Passo Fundo, Guaíba, Ijuí e Agudo. No fim do ano, foram concluídos todos os cinco relatórios e estamos em fase de apresentação dos resultados aos Gestores conforme previsto nas auditorias operacionais. A primeira apresentação ocorreu no município de Passo Fundo em 4 de dezembro (» TCE-RS apresenta diagnóstico sobre a Primeira Infância ao Executivo de Passo Fundo).



Auditoria Operacional na Primeira Infância no município de Passo Fundo. Apresentação dos resultados ao Gestor.



Auditoria Operacional na Primeira Infância no município de Agudo. Encerramento da auditoria in loco

Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO)

I. Título: Efetividade das Políticas Públicas para a Primeira Infância: Ações Estratégicas e Governança na Qualificação do Pré-Natal em 2025

II. Contexto e Justificativa Estratégica

O foco na primeira infância exige uma atenção prioritária à saúde materno-infantil, sendo o cuidado pré-natal o pilar fundamental para a prevenção da morbimortalidade. O cenário em 2025 revelou a urgência em intervir, particularmente na região Madeira Mamoré e no município de Porto Velho, que concentram altas taxas de mortalidade neonatal e infantil.

Estudos e diagnósticos institucionais apontam que a atenção pré-natal inadequada é responsável por mais da metade (55,3%) dos óbitos infantis evitáveis em Porto Velho. Além disso, afecções como hipertensão, hemorragias e infecções do trato urinário (ITU) são causas evitáveis de mortalidade materna.

Nesse contexto, o Projeto Pró-Saúde: Fortalecimento do Pré-Natal, aprovado no final do ano de 2024, foi estabelecido para induzir a efetividade das políticas públicas de saúde e alcançar a meta de redução da mortalidade materna, neonatal e infantil. O projeto atua especificamente na prevenção e tratamento de complicações obstétricas diretas decorrentes de síndromes hipertensivas, síndromes hemorrágicas e infecções.

III. Estrutura de Corresponsabilidade e Governança Institucional

O sucesso da estratégia de qualificação do pré-natal está pautado na corresponsabilidade institucional, envolvendo o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) e um conjunto de parceiros estratégicos:

- Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho (SEMUSA).
- FIOCRUZ Rondônia (Fiocruz/RO) – Acordo de Cooperação Técnica (ACT)
- Beneficência Portuguesa.
- Associação de Obstetrícia e Ginecologia de

Rondônia (ASSOGIRO).

- Secretaria de Estado da Saúde (SESAU-RO).

O projeto visa estabelecer um ambiente de gestão e governança multinível e intersetorial. Para isso, está estruturando um Gabinete de Articulação das Políticas de Saúde (GAEPE Saúde), seguindo o modelo bem-sucedido implementado em políticas educacionais. Este gabinete visa articular os atores responsáveis pelas soluções dos desafios identificados, promovendo o diálogo e a cooperação técnica para a tomada de decisões políticas. Na imagem 1(em anexo), mostra a apresentação do TCE/RO para a SESAU e SEMUSA e Beneficência Portuguesa relacionada ao Pró-Saúde.

IV. Principais Ações e Iniciativas Estratégicas em 2025

O Eixo Saúde do Projeto Pró-Saúde promoveu, ao longo de 2025, ações focadas no fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) e na segurança clínica do atendimento à gestante:

1. Desenvolvimento e Padronização de Protocolos Clínicos

A padronização das condutas clínicas é essencial para minimizar erros e complicações, reduzindo a morbimortalidade.

Protocolo de Infecção do Trato Urinário (ITU) na Gestação: Foi concluída a elaboração dos fluxos e protocolos referentes à ITU na gestação, em um trabalho conjunto com técnicos da Beneficência Portuguesa, ASSOIRO e FIOCRUZ/RO. O protocolo visa promover a padronização e maior segurança no atendimento às gestantes na atenção básica. A elaboração teve como base resultados prévios de relatórios e trabalhos de campo realizados pelo próprio TCE/RO e FIOCRUZ/RO, em anexo a imagem 2, mostra o trabalho de campo realizado pela Fiocruz /RO em Acordo de Cooperação Técnica com o TCE/RO. A organização final do fluxo por trimestre gestacional contou com a participação de especialistas em ginecologia, obstetrícia e APS. A implementação piloto destes protocolos está sendo estruturada em unidades de saúde de Porto Velho.

Protocolo de Síndrome Hipertensiva na Gestação: Foi iniciada a construção do fluxo de Síndrome

Hipertensiva, uma das principais causas de morbimortalidade materna e perinatal. Este protocolo busca padronizar a conduta das equipes de saúde, assegurando diagnóstico oportuno, monitoramento da pressão arterial e encaminhamentos adequados, fortalecendo a capacidade da APS de estratificar o risco gestacional e garantir um cuidado seguro e integral.

2. Produção de Conhecimento e Políticas Públicas
Relatório da Política de Saúde Materno-Infantil: O relatório consolidou o diagnóstico da atenção pré-natal em Rondônia, reunindo dados e evidências que reforçam a necessidade de atuação conjunta entre o TCE-RO e parceiros. O documento evidencia fragilidades críticas na oferta de exames, infraestrutura obstétrica e equidade no acesso aos serviços, além de destacar os principais indicadores de risco para mortalidade materna e neonatal.

3. Estrutura e Diagnóstico dos Exames

A ausência de exames essenciais representa uma limitação diagnóstica que impacta diretamente a saúde do recém-nascido e, consequentemente, a primeira infância.

Exames Críticos: O diagnóstico situacional confirmou a ausência, há muitos anos, da realização de urocultura e antibiograma no município de Porto Velho, comprometendo a assistência e detecção de infecções com potencial risco à gestante e ao feto. A urocultura é fundamental para a triagem da bacteriúria assintomática, recomendada no primeiro e terceiro trimestres de gestação para prevenir complicações como pielonefrite e parto prematuro.

Triagem de GBS: O estudo de campo também revelou a inexistência de triagem para colonização por *Streptococcus agalactiae* (GBS), um patógeno prioritário e uma das principais causas de infecções neonatais.

Barreiras de Acesso ao Diagnóstico: A insuficiência da rede pública leva à necessidade de complementar exames em laboratórios particulares (44,4% de forma mista e 14% apenas no particular). A ultrassonografia, essencial para o acompanhamento fetal, foi realizada majoritariamente em clínicas privadas (91,1%) devido à longa fila no SUS (71,7%).

Cuidado Multiprofissional: A assistência pré-natal carece de integralidade, com baixa cobertura de

atendimento por dentistas (32,6%), nutricionistas (18,6%) e psicólogos (7,3%).

V. Conclusão sobre a Efetividade

As ações estratégicas implementadas em 2025, no âmbito do Pró-Saúde, estabeleceram uma base sólida de governança e padronização (Protocolos de ITU e Hipertensão) para enfrentar as causas evitáveis de mortalidade. O foco na Atenção Primária à Saúde (APS) e a estruturação de fluxos de cuidado (como os indicadores de monitoramento de urocultura) visam assegurar um cuidado pré-natal seguro e integral. O desafio da efetividade reside na superação das barreiras estruturais, como a capacidade laboratorial, que é crucial para garantir o diagnóstico precoce e, consequentemente, a prevenção de desfechos adversos para o recém-nascido e a primeira infância.



Reunião de Trabalho que envolveu a SESA, SEMUSA, Beneficência Portuguesa, na oportunidade, apresentação do Pró-Saúde pela equipe do TCE/RO



Trabalho de Campo com as gestantes em UBS em Porto Velho, realizado pelo Acordo de Cooperação Técnica com a Fiocruz/RO, 2025.

Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR)

1. ASSUNTO: Relatório anual do GT Primeira Infância (Exercício de 2025)

2. ÓRGÃO: Tribunal de Contas do Estado de Roraima

3. PERÍODO: 01/01/2025 a 31/10/2025

4. INTRODUÇÃO

Este relatório versa sobre as atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCERR) no âmbito do Pacto Pela Primeira Infância no decorrer durante do exercício de 2025.

O presente documento foi elaborado em resposta ao Ofício nº 600/2025 – IRB, evento processual 1121585, pelo qual o Instituto Rui Barbosa (IRB), entidade integrante do Sistema Tribunal de Contas do Brasil, solicita desta Corte de Contas um relatório sucinto acompanhado de registros fotográficos, devidamente legendados.

4.1 Estrutura das Atividades

As ações desenvolvidas pelo TCERR no do Pacto pela Primeira Infância, pautam-se nas suas funções orientadora e indutora de Políticas Públicas, levando-se em consideração as peculiaridades de Roraima, em especial, com relação às infâncias indígena e migrante/refugiada da Venezuela, esta última em face da crise econômico-social do vizinho país, sem prejuízo da realização de ações direcionadas as infâncias urbana e rural.

Organizadas nos eixos “Político” e “Técnico”, as atividades são coordenadas respectivamente pelo Presidente do Tribunal, conselheiro Francisco José Brito Bezerra e pela Conselheira Cilene Lago Salomão, Representante do TCERR no Comitê Técnico de Avaliação do Pacto Nacional pela Primeira Infância do IRB e pela auditora de controle externo Valdélia Vieira dos Santos Lena titular Secretaria de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas (SEAMP), unidade técnica subordinada à Secretaria-Geral de Controle Externo (SECEX).

5. AÇÕES

Este Tribunal de Contas do Estado de Roraima tem se destacado na indução de políticas públicas voltadas para a Primeira Infância, em ambas as esferas de governo sob sua jurisdição administrativa, em complemento às ações aplicadas pelos seus poderes e Órgãos autônomos e atuado firmemente na celebração de parcerias com órgãos públicos e entidades técnicas e acadêmicas nacionais e internacionais.

Em parceria com a Universidade Federal de Roraima – UFRR, com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social e com o município de Boa Vista, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS, foram realizadas as ações demonstradas a seguir com os seus respectivos desdobramentos.

5.1 OPERAÇÃO ACOLHIDA

5.1.1 Relatório de Auditoria Operacional, elaborado em fevereiro, com o objetivo de verificar as condições de acolhimento das crianças migrantes de 0 a 6 anos, que se encontram no Estado de Roraima, atendem aos padrões de segurança e demais garantias asseguradas na Constituição do Brasil e nos tratados internacionais dos quais o país é signatário (Relatório de Auditoria n.º 63/2025, de 13/2/2025);



Operação Acolhida – Fotos: Marcelo Mora/Secom TCE-RR

5.1.2 Emissão do Acórdão N° 009/2025/TCERR-PLENO, no mês de abril, resultado da evidenciação, por meio de auditoria operacional realizada em 2024, sobre as condições de acolhimento das crianças migrantes de 0 a 6 anos nos abrigos localizados em Boa Vista e atendidas pela Operação Acolhida coordenada pelo Exército Brasileiro e participação de organismos internacionais, cujo atendimento extramuros de saúde e educação estão sob a responsabilidade do município de Boa Vista e outras ações que alcançam a administração estadual.

Para as questões relacionadas aos jurisdicionados do TCERR o Colegiado Pleno emitiu com determinações e recomendações. Referido Acórdão foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, por meio da Coordenação do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade e ao Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República em Roraima para conhecimento e providências que entenderem necessárias.

Atualmente a auditoria encontra-se na fase de monitoramento do cumprimento das deliberações.

5.1.3 Na referida auditoria percebeu-se a necessidade de uma fiscalização conjunta com o TCU para o desenvolvimento de um trabalho integrado, com foco na temática Migrantes, visando avaliar a governança, a efetividade e a sustentabilidade das políticas públicas voltadas à acolhida, interiorização e integração socioeconômica da população migrante no território roraimense (PAT/2026 da Rede Integrar – possível realização no segundo semestre)

5.2 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA INFANTIL

5.2.1 Relatório de Levantamento no âmbito do Estado de Roraima das ações e políticas públicas desenvolvidas pelos entes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), na prevenção e no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes (Relatório de Levantamento n.º 1/2025, de 18/2/2025);

5.2.2 Entrega desse Relatório, por meio de audiência, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-geral de Justiça, ao Defensor Público-geral do estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública e por meio de

reunião presencial ao Secretário municipal de segurança e ao Chefe da Guarda Municipal de Boa Vista e aos conselheiros tutelares dos três territórios localizados em Boa Vista, além de aos representantes do CREAS também da capital.

5.2.3 Reunião presencial, no mês de maio, dos conselheiros Francisco Brito Bezerra, presidente do TCE e da Conselheira Cilene Lago Salomão, com os titulares dos órgãos do sistema de segurança Pública e conselheiros tutelares, tendo como pauta o combate à violência infantil no estado de Roraima.



Fotos: Marcelo Mora/Secom TCE-RR

5.2.4 Reunião no mês de agosto, com a participação de autoridades do sistema de justiça, dos órgãos de segurança do estado e do município de Boa Vista, das Secretarias de Estado e do município de Boa Vista na área da Assistência Social, do UNICEF, dos Conselhos Tutelares e das unidades do CREAS, cuja pauta referiu-se a: (i) nova formatação e funcionamento do Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, com indicadores e metas claras; (ii) formalização de procedimentos e fluxos articulados entre os órgãos para o atendimento digno e integral de crianças e adolescentes vítima ou testemunha de violência, visando evitar o paralelismo de ações, o retrabalho entre os órgãos da rede, e, por consequência, evitar a revitimização das crianças e adolescentes; (iii) criação do Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente (CAI).

5.2.5 Relatório de Levantamento, elaborado no mês de setembro, com o objetivo de mapear as fragmentações, sobreposições, duplicidades

e lacunas, no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) com a finalidade de contribuir para uma política mais efetiva no estado de Roraima (Relatório de Levantamento n.º 96/2025, de 30/9/2025).

5.2.6 Reunião presencial, realizada em outubro, sob a coordenação da Conselheira Cilene Lago Salomão, com a participação dos juízes de direito titulares da 1ª e 2ª varas da Infância e Juventude, do promotor de justiça da Infância e da Juventude, de uma defensora pública, da Secretária de Estado da Segurança Pública e da Delegada-geral da Polícia Civil, para entrega da cópia do referido Relatório, com a proposta do Plano de Trabalho integrado a ser elaborado pelos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), bem como tirar encaminhamentos sobre as definições extraídas da reunião realizada no dia 18 de agosto de 2025, nos termos retro delineados.

5.3 SEGREGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS DESTINADOS À PRIMEIRA INFÂNCIA NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

5.3.1 Assinatura, em 03 de abril, do Acordo de Cooperação Técnica N° 3/2025 firmado entre este Tribunal de Contas e o Município de Boa Vista, tendo por objeto orientar as administrações municipais do interior do estado quanto à segregação dos investimentos financeiros nos seus instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) em ações voltadas à Primeira Infância, como uma boa prática a ser conquistada (orçamento temático). Referidos investimentos deverão ser desmembrados entre ações exclusivas e não exclusivas.



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TCERR e o Município de Boa Vista. Fotos: Marcelo Mora/Secom TCE-RR

5.3.2 Curso, em abril, sobre o tema: “Segregação dos investimentos financeiros em prol da Primeira Infância nos Instrumentos de Planejamento” estadual e municipais, com a participação dos titulares das secretarias Municipais envolvidas ;



Fotos: Rebeca Bastos/Secom TCE-RR

5.3.3 Realização do 4º Encontro sobre a Segregação dos investimentos financeiros nos instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA) destinados à Primeira infância, por meio de ações específicas, sob a coordenação da Secretária Municipal de Boa Vista da área de Planejamento, Orçamento, Finanças e Tecnologia da Informação, realizada no mês de agosto. Participaram do evento os secretários municipais de Saúde, Educação, Ação Social, além dos secretários municipais de Planejamento e de representantes das empresas de contabilidade que prestam serviços às administrações municipais do interior do estado, em razão da proximidade, à época, do envio dos projetos de lei do PPA (2026–2029) e da LOA para o exercício de 2026.

5.4 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

5.4.1 Audiência, em 17 de março, das conselheiras Cilene Lago Salomão e Simone Soares de Souza com o Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana para entrega do Relatório preliminar do Diagnóstico da Educação Escolar Indígena em Roraima, elaborado pelos auditores deste TCERR e os pesquisadores da UFRR, bem como e fazer tratativas sobre eventual parceria com aquele ministério para formatação de proposta de uma Política Pública sobre a temática a ser apresentada aos municípios roraimenses;



Comitiva do TCE-RR em reunião em Brasília com o ministro e sua equipe



Entrega do relatório preliminar do Diagnóstico da Educação Escolar Indígena para a presidente da FUNAI Joênia Wapichana
Foto: Marcelo Mora / Secom TCE-RR

5.4.2 Pesquisa de campo e coleta de dados, realizada no mês de abril, visando diagnóstico sobre a implementação da política educacional da primeira infância em escolas indígenas do município de Uiramutã nas comunidades de Serra do Sol, Uiramutã e Monte Moriá I.



to: Emanuelle Pasqualotto – Secom TCE-RR

5.4.3 Reunião, em abril, com a Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Dra. Joênia Batista de Carvalho (Joênia Wapichana) e com a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC, Dra. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, tendo como pauta a apresentação do Relatório preliminar do Diagnóstico da educação Indígena realizado nos municípios de Amajari, Normandia e Uiramutã (projeto-piloto) em parceria com a Universidade Federal de Roraima, por meio do Instituto Insikiran.

5.4.4 Realização de Painel de Referência, no mês de junho, para apresentação e validação do Diagnóstico da Educação Escolar Indígena para as organizações indígenas e parceiras e Secretaria de Estado da Educação.

5.4.5 Oficina, realizada durante 4 dias no mês de junho, sobre a sistematização/redação final do Diagnóstico de Educação escolar Indígena, com a participação dos auditores que atuaram no levantamento de dados, dos pesquisadores da Universidade federal de Roraima, do professor André Ramos da FUNAI e de representantes da Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIRR, da Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED, do Centro de Formação dos Professores de Roraima – CEFOR e do UNICEF.



5.4.6 Apresentação e validação do Diagnóstico da Educação Escolar Indígena para gestão dos Municípios de Amajari, Uiramutã e Normandia, comunidade escolar e comunidades indígenas envolvidas na pesquisa, no mês de setembro.



Plenária na malocação da comunidade Uiramutã.
Foto: Penélope Buffi / SecomTCE-RR

5.4.7 Reunião presencial, no mês de setembro, coordenada pela conselheira Simone Soares de Souza, sobre o fortalecimento das políticas públicas voltadas exclusivamente para as crianças indígenas com a participação do senhor Romário da Silva Duarte, Secretário Municipal de assuntos Indígenas do município de Alto Alegre – RR e Presidente da União dos Dirigentes Indígenas Municipais de Roraima – UNDIM-RR, da representante do Movimento Nacional ODS em Roraima, senhora TAL, dos secretários de Assuntos Indígenas e das equipes técnicas desses órgãos e do Tribunal de Contas.

5.4.8 Reunião virtual, realizada em outubro, coordenada pela conselheira Cilene Lago Salomão, para apresentação do Diagnóstico Escolar Indígena dos municípios de Amajari, Normandia e Uiramutã a diversas autoridades e representantes das organizações indígenas, em especial, ao Professor, doutor e pesquisador Gersen José dos Santos Luciano (Gersen Baniwa), com quem se busca a celebração de uma parceria para construção, ao lado deste TCERR, de uma Política Pública destinada à população indígena do estado de Roraima.

5.4.9 Reunião virtual, realizada em outubro, coordenada pela conselheira Cilene Lago Salomão e participação da conselheira Simone Soares de Souza, para apresentação do Diagnóstico Escolar Indígena dos municípios

de Amajari, Normandia e Uiramutã ao titular da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Secretaria de Educação Básica – SEB do Ministério da Educação-MEC, professor Alexandro do Nascimento Santos, cujo objetivo é firmar uma parceria com aquele Ministério para construção, ao lado deste TCERR, da mencionada Política sob esta temática.



GT da Primeira Infância durante reunião virtual com o Diretor da SEB_MEC. Foto: Marcelo Mora – Secom TCE-RR

5.5 DEMAIS AÇÕES CONCLUÍDAS

5.5.1 Palestra ministrada pela Conselheira Cilene Lago Salomão no 21º Encontro Internacional de Juristas na cidade do Panamá, realizada em janeiro, sobre o tema “Primeiras Infâncias: A experiência do Tribunal de Contas de Roraima e suas especificidades (indígenas, migrantes e refugiadas);



XXI Encontro Internacional de Juristas

5.5.2 Realinhamento dos Planos Municipais pela Primeira Infância – PMPI, com base na consultoria prestada pelo Instituto da Infância – IFAN, em 2024, bem como elaboração do Plano de Ação para 2025, com base nos planos decenais e ações decididas pela alta gestão, realizados nos 14 municípios do interior no período de janeiro a março. Participação efetiva de 536 (quinhentos e trinta e seis) agentes públicos entre Secretários de educação, saúde e ação social e servidores dessas Pastas.

5.5.3 Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica entre a ATRICON e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, no mês de abril.

5.5.4 Celebração, no mês de junho, do Acordo de Cooperação Técnica Nº 5/2025 com a Fundação Bernard Van Leer, cujo objeto é idêntico ao que foi firmado com a Fundação Van Leer (subitem TAL), deste relatório;

5.5.5 Reunião, no mês de julho, com toda a equipe do UNICEF (escritório local de Roraima), tendo como pauta o resumo das principais ações daquele organismo internacional em Roraima, com destaque no impacto gerado pela sua atuação em áreas essenciais para o desenvolvimento infantil.



Reunião com Equipe UNICEF. Foto: Marcelo Mora – Secom TCE-RR

5.5.6 Lançamento na cidade de Belo Horizonte (MG), por ocasião do II Encontro Nacional da Primeira Infância – ENAPI, do Guia de orientação “Primeira Infância: Entre sonhos e desafios”, editado por este Tribunal de Contas.



II ENAPI realizado na cidade de Belo Horizonte –MG. Foto: Rebeca Bastos / Secom TCE-RR

5.5.7 Participação do Tribunal de Contas, por meio da conselheira Simone Soares de Souza e da assessoria do gabinete da Conselheira Cilene Lago Salomão, no Primeiro Ciclo de Formação Presencial do selo UNICEF, realizado no mês de setembro.



Primeiro Ciclo de Formação Presencial do Selo UNICEF 2025 – 2028

5.6 AÇÕES EM ANDAMENTO

5.6.1 Elaboração de 4 (quatro) relatórios preliminares de Auditoria Operacional com foco na análise dos aspectos de governança e implementação das ações previstas nos programas de visitas domiciliares, Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz (PCF), relativas às garantias dos direitos da Primeira Infância, no âmbito do Estado de Roraima e nos municípios de Boa Vista, Caracaraí e Amajari.



Auditor de controle externo, Antônio Marques, durante a coleta de dados

5.6.2 Análise do Plano de Ação da Auditoria Operacional com o objetivo de verificar as condições de acolhimento das crianças migrantes de 0 a 6 anos atendem aos padrões de segurança e demais garantias asseguradas na Constituição do Brasil e nos tratados internacionais dos quais o país é signatário.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se concluir que o ano de 2025 consolidou o Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCERR) como órgão indutor proativo de Políticas Públicas, com destaque para a garantia dos direitos da Primeira Infância.

A atuação do Tribunal, em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e demais entidades, transcendeu a mera fiscalização, posicionando-o como um catalisador de políticas públicas em áreas de alta complexidade e especificidade regional, com os seguintes destaques:

6.1 Realizou Auditoria Operacional e emitiu o Acórdão N° 009/2025/TCERR-PLENO para

garantir segurança e direitos a crianças de 0 a 6 anos em abrigos, proferindo determinações e recomendações aos entes locais, bem como o envio do documento a órgãos federais (TCU, MDS, MPF) para conhecimento e adoção de medidas no âmbito das suas competências.

6.2 Produziu Relatórios de Levantamento para mapear e identificar falhas no Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA), no enfrentamento à Violência Infantil.

Para tanto, realizou reuniões de alto nível com os sistemas de Justiça e Segurança Pública, visando reorganizar o Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência a formatação de fluxos integrados para evitar sobreposição e paralelismo de ações, bem como a revitalização e a criação de um Centro de Atendimento Integrado (CAI).

6.3 Firmou Acordo de Cooperação Técnica e ofereceu capacitação (cursos e encontros) para orientar os municípios na segregação dos investimentos financeiros (PPA, LDO, LOA) em ações exclusivas e não exclusivas para a Primeira Infância, transformando o planejamento em compromisso orçamentário.

6.4 Realizou um Diagnóstico da Educação Escolar Indígena, em parceria com a UFRR, apresentado-o ao Ministro da Educação, à FUNAI, dentre outras instituições e personalidades, bem como às comunidades visando à construção de uma Política Pública para esse segmento social. Além disso, busca firmar parcerias estratégicas (MEC e Prof. Gersen Baniwa) para a construção de uma Política Pública específica para a população indígena.

6.5 Fortaleceu parcerias com a ATRICON, UNICEF, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Bernard Van Leer, Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, Instituto da Infância - IFAN, estado de Roraima e município de Boa Vista.

6.6 Promoveu o realinhamento dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI) e orientou os municípios na elaboração do Plano de Ação para o exercício de 2025.

6.7 Apresentou seus trabalhos em eventos nacionais e internacionais, inclusive, com a edição de um guia orientador aos atores envolvidos com a Primeira Infância.

SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – AJURI – RAÍZES E SABERES DA INFÂNCIA INDÍGENA

TCE-RR une FNDE, Funai, MEC e MDS em articulação inédita para solucionar desafios da Educação Escolar Indígena

Seminário realizado em Boa Vista, dia 16 de dezembro de 2025, apresenta diagnóstico pioneiro sobre a realidade escolar em terras indígenas e define caminhos para o financiamento e implementação de territórios etnoeducacionais.

O Tribunal de Contas de Roraima (TCE-RR) consolidou-se como protagonista nacional na defesa dos direitos dos povos indígenas ao mobilizar um encontro histórico. Em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) por meio do Instituto Insikiran e apoio da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED), o Tribunal promoveu o seminário Ajuri – Raízes e Saberes da Infância Indígena.

O evento reuniu cerca de 100 gestores, pesquisadores, lideranças indígenas e representantes do Governo Federal com o propósito de debater a educação na Primeira Infância. Na ocasião, foi apresentado um diagnóstico inédito sobre a política educacional, realizado em formato de projeto-piloto nos municípios de Amajari, Normandia e Uiramutã, transformando a escuta das comunidades em dados técnicos para a formulação de políticas públicas.

Articulação nacional e compromissos

A relevância do encontro foi reforçada pela presença de autoridades como a presidente da Funai, Joênia Wapichana, a presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba, além da diretora de Políticas de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi/MEC, Rosilene Cruz de Araújo e a coordenadora-geral da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Valéria Medeiros.

Na abertura, a conselheira Cilene Salomão, Ouvidora e coordenadora do Grupo de Trabalho da Primeira Infância do TCE-RR, destacou que o Tribunal atua como um indutor de melhorias.

“O Tribunal garante que o diálogo entre União, Estado e Municípios resulte no fortalecimento real das políticas públicas, validando a tese de que os avanços na educação indígena dependem do regime de colaboração”, explicou.

Joênia Wapichana reforçou que a educação indígena deve ser vista como investimento. Ela destacou a importância do diagnóstico realizado pelo TCE-RR e UFRR para orientar o planejamento orçamentário e a execução de melhorias nas comunidades. Já a presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba, anunciou a prorrogação do Programa FNDE Chegando Junto para 2026, com foco em melhorar a qualidade da educação escolar indígena nos 15 municípios de Roraima.

Do Diagnóstico à Solução: Caminhos Viáveis

O seminário focou em soluções práticas divididas em quatro painéis estratégicos:

Painel 1 (Financiamento): O debate técnico concentrou-se na superação de gargalos logísticos e burocráticos para a efetiva alocação de recursos federais (infraestrutura, merenda e material didático) nas unidades escolares. Fernanda Pacobahyba, propôs a instituição de uma agenda de trabalho estruturada em parceria com o TCE-RR para sanar pendências técnicas para a retomada de obras paralisadas, essenciais para a qualidade da primeira infância.

Painel 2 (Realidade e Territórios): O professor Gersem Baniwa e a professora Mariléia Teixeira analisaram os desafios antropológicos. Destacaram que a educação indígena deve respeitar a interculturalidade e anunciaram a elaboração do Documento Curricular da Educação Escolar Indígena de Roraima (DCEEIR) para 2026.

Painel 3 (Programa Bolsa Família): O debate técnico abordou a aplicação da condicionalidade de frequência escolar, esclarecendo que a legislação vigente prevê flexibilidade para acomodar o ciclo de atividades tradicionais das comunidades. A principal conclusão técnica convergiu para a urgência na capacitação de gestores evitando com isso que o receio da perda do benefício force crianças a ambientes escolares inadequados.

Painel 4 (Resultados do Diagnóstico): As coordenadoras do referido diagnóstico Valdélia Lena e Lana Vasconcelos apresentaram os

próximos passos, incluindo a criação de um Guia de Implementação e uma Cartografia de Políticas Públicas para facilitar o acesso das comunidades à informação.

No encerramento, a conselheira Simone Soares enalteceu o compromisso das equipes técnicas. “Trabalharemos juntos para que as experiências trocadas aqui se transformem em escolas mais estruturadas, currículos inclusivos e um ambiente que celebre a riqueza de cada língua materna”, finalizou.



Público atento durante os painéis (SECOM/TCERR)



Lideranças indígenas, gestores públicos, autoridades e representantes da Associação Cultural Indígena Kapoi, na abertura do evento (SECOM/TCERR)



A presidente da Funai, Joênia Wapichana, realiza o discurso de abertura do seminário “Ajuri – Raízes e Saberes da Infância Indígena” (SECOM/TCERR)

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC)

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, integrante do Pacto pela Primeira Infância, comprometido em contribuir efetivamente com as 12 ações e estratégias estabelecida na Carta de Fortaleza, documento produzido durante o 1º Seminário Nacional “A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: criança como prioridade”, realizado em Fortaleza/CE em agosto 2022, promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) em parceria com os Tribunais de Contas dos Estados do Ceará e de Goiás (TCE-GO), tem buscado desenvolver trabalhos com foco na temática, com vista a subsidiar os jurisdicionados catarinenses na discussão de suas políticas públicas locais. Nesse sentido, no ano de 2025, foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização da auditoria operacional coordenada nacional da Primeira Infância, organizada em parceria pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Instituto Rui Barbosa, o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas e a Rede Integrar;

- Atualização do Painel da Primeira Infância do Tribunal de Contas de Santa Catarina (<https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/appSINASC/index.html>) com dados de 2024, com destaque para os dados de famílias de baixa renda a partir das informações contidas no Cadastro Único do Governo Federal.

- Participação no 7º Fórum TCE Educação, realizado na cidade de Joinville, com a participação de quase mil servidores e gestores municipais de todo o estado, com objetivo de fomentar a discussão e formulação de políticas voltas para a primeira infância;

- Participação no Seminário Nacional e Internacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância – Um Tributo a Zilda Arns, na cidade de Forquilha/SC, apresentando resultados dos trabalhos realizados pela Corte de Contas catarinenses e que envolve ou perpassa o tema da primeira infância;

- LEV 24/80084390/Violência Infantil – O objetivo geral deste Levantamento consistiu em obter informações sobre as ações e políticas públicas desenvolvidas pelos entes do Sistema de Garantia

dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) no Estado de Santa Catarina, na prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, com enfoque especial para ações na primeira infância e para a articulação intersetorial dos entes, bem como mapear riscos para auditorias futuras.

- LEV 24/80056427/ Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), lançado pelo Governo Federal em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e Município, tem como objetivo assegurar a alfabetização das crianças brasileiras ao final do 2º ano do ensino fundamental, além da recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia (Ofício IRB 141/2024, Processo SEI 24.0.000001508-0).

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP)

Ao longo de 2025, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) intensificou ações pela Primeira Infância com foco em planejamento, orientação e fiscalização, demonstrando um compromisso robusto com esta pauta, promovendo uma série de ações que visaram aprimorar as políticas públicas municipais dedicadas a crianças de 0 a 6 anos.

As iniciativas do órgão de controle externo se concentraram em três eixos principais: orientação aos gestores, fiscalização coordenada e incentivo ao planejamento estratégico.

Em abril, o TCESP emitiu um Comunicado SDG nº 22/2025, específico sobre a gestão de acesso a creches, um dos gargalos da educação infantil em muitos municípios. O documento trouxe diretrizes para otimizar a oferta de vagas e garantir mais transparência e equidade no processo de matrícula.

Um dos destaques do ano foi a ênfase na necessidade de os municípios elaborarem seus Planos Municipais pela Primeira Infância. Em junho, o TCESP emitiu o Comunicado SDG nº 43/2025 incentivando a criação de comitês intersetoriais e a formalização dos planos, em conformidade com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016). A medida buscou garantir que as políticas para a área sejam abrangentes e contínuas, independentemente das mudanças de gestão.

Na mesma linha de planejamento, em agosto, o Tribunal lançou o Comunicado SDG nº 51/2025 – “Primeira Infância Primeiro no PPA” (Plano Plurianual). A iniciativa orientou os municípios a priorizarem as necessidades de crianças na primeira infância na elaboração de seus orçamentos e planejamentos de médio prazo, assegurando recursos para áreas essenciais como saúde, educação e assistência social.

Ainda neste sentido, a Primeira Infância foi inserida como eixo temático de planejamento anual das atividades da fiscalização junto aos jurisdicionados, tendo como ponto central a elaboração dos Planos Municipais da Primeira Infância e sua efetiva implementação e a criação dos Comitês Intersetoriais.

A fiscalização também foi um ponto central da atuação do TCESP. O órgão promoveu uma capacitação para a realização de uma Auditoria Operacional Coordenada na Primeira Infância. Essa ação visou aprofundar a análise sobre a efetividade dos programas e serviços oferecidos à população infantil, com a coleta de dados e entrevistas em municípios selecionados. Os resultados consolidados dessas auditorias foram apresentados em um encontro nacional (II ENAPI), fortalecendo o controle e a troca de experiências entre os Tribunais de Contas.

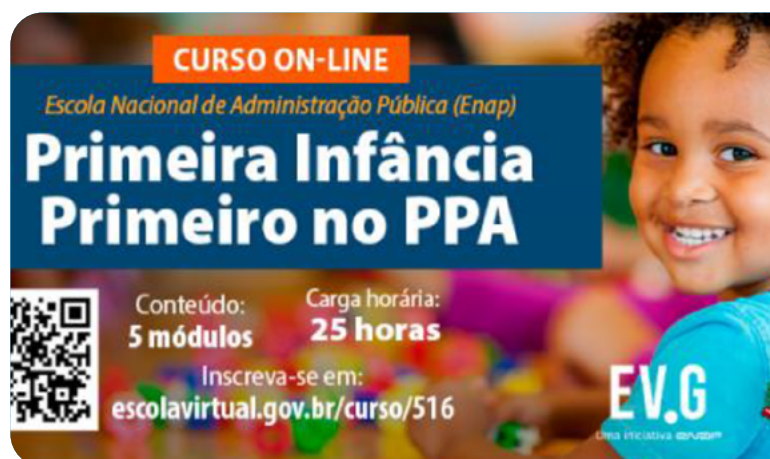
Para ampliar o alcance de suas orientações, o Tribunal utilizou seus canais de comunicação. Em julho, o podcast do TCESP, PodContas, dedicou um episódio ao Pacto Nacional pela Primeira Infância. No programa, especialistas e diretores do órgão debateram a importância do pacto e o papel do controle externo na fiscalização e no aprimoramento das políticas públicas para essa faixa etária.

Em agosto, foi emitido o Comunicado SDG nº 54/2025, que tratou da necessidade de adesão ao Levantamento Nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil 2025. O levantamento tem como objetivo a coleta de informações atualizadas sobre a disponibilidade de vagas em creches e pré-escolas em todos os municípios.

Ainda em agosto, o TCESP firmou o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação nº 004/2024, assinado entre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, visando a cooperação técnico científica, a disseminação de materiais e o intercâmbio de conhecimento sobre a temática da Primeira Infância. Essas ações, somadas, indicam um esforço contínuo e multifacetado do TCESP para colocar a primeira infância como prioridade na agenda dos gestores públicos paulistas, utilizando suas prerrogativas de fiscalizar, orientar e induzir políticas públicas mais eficazes e que garantam o desenvolvimento integral das crianças.



Episódio inédito do PodContas discute sobre Primeira Infância



Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e ENAP disponibilizam curso sobre Primeira Infância no PPA



TCE participará de lançamento da campanha "Fazer o Futuro Sorrir" sobre a Primeira Infância



TCESP promove capacitação para Auditoria Operacional Coordenada na Primeira Infância



TCE incentiva jurisdicionados a implantar comitê e Plano Municipal pela Primeira Infância

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)

O Tocantins de Olho no Futuro

Cuidar da infância é garantir um caminho com dignidade, amor e oportunidade para todos. Foi esse pensamento que levou a Corte de Contas tocantinense a iniciar uma jornada que pretende transformar a forma de olhar para as crianças de 0 a 6 anos no Estado. O “plano de voo” foi traçado a partir do mês de fevereiro de 2025, prevendo resultados a curto, médio e longo prazo. Uma união de esforços para que as meninas e meninos do Tocantins possam voar cada vez mais alto.

A ideia nasceu com base em estudos técnicos, diálogo com especialistas e análise de indicadores sociais, e ganhou forma com o lançamento oficial no dia 17 de junho, prestigiado por mais de 700 pessoas e marcado por emoção, esperança e compromisso. Ao centro da campanha, a figura de Bernardo, protagonista que representa todas as crianças do Tocantins. Nas mãos do menino, um avião de papel, marca do programa, que simboliza os sonhos e os direitos da Primeira Infância que precisam ser impulsionados por mãos comprometidas. Referência nacional no assunto e Mestre em Educação, Vital Didonet, foi um dos palestrantes e deixou claro: os direitos das crianças precisam ser vistos não apenas como um dever legal, mas como uma grandeza capaz de transformar vidas.

E, como nenhum resultado se constrói sozinho, o TCE de Olho no Futuro é também uma aliança, formada por 18 instituições estaduais, federais e privadas. Com isso, o Tribunal assumiu, definitivamente, o papel de articulador de políticas públicas voltadas ao bem-estar de crianças de 0 a 6 anos e suas famílias. Indo além de um programa institucional, a iniciativa consolidou-se como uma força-tarefa colaborativa em prol do desenvolvimento humano desde os primeiros anos de vida.

As parcerias foram firmadas com o Governo do Tocantins, através das Secretarias Estaduais do Trabalho e Desenvolvimento Social, da Cidadania e Justiça, da Educação, da Saúde, de Segurança Pública, Polícia Militar, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Controladoria-Geral da União, Associação Tocantinense de Municípios, Unicef, FIETO, BRK, Energisa e Hospital de Amor.

O trabalho foi planejado em quatro fases: lançamento oficial em Palmas; ações em 6 municípios-polo com oferta de serviços e capacitações presenciais; “Dia D” da Aliança pela Primeira Infância, em 133 municípios simultaneamente; e Entrega do Selo “Município Amigo do Futuro”, prevista para 2026. Foram disponibilizados, ainda, webinários para orientar os municípios sobre todas essas etapas.

Uma jornada pelo Tocantins

Uma das ações de maior destaque foi a realização dos seis encontros regionais. Municípios-polo das diferentes regiões do Tocantins receberam qualificação, atendimento à população, orientação técnica e articulação de políticas públicas, resultando em mais de quatro mil quilômetros percorridos pelo interior do Estado. A força-tarefa envolveu diretamente os 18 parceiros mais as secretarias municipais de saúde, educação, assistência social e conselhos tutelares, além de milhares de famílias. O alcance foi expressivo: superamos a marca de 15 mil atendimentos e capacitações nas quatro áreas estratégicas do programa.

Em cada local, a programação foi cuidadosamente pensada: vacinação, emissão de documentos, consultas médicas, distribuição de kits de higiene bucal, exames de mamografia e papanicolau, atendimentos jurídicos, programa “Pai Presente”, com testes de DNA, cortes de cabelo, design de sobrancelha, oficinas de robótica e de combate ao uso de drogas, cursos profissionalizantes, capacitações para gestores públicos, rodas de conversa, escuta ativa, oficinas para as famílias e atividades lúdicas para crianças.

Articulação, sensibilização e resultados

Um dos diferenciais do programa é o caráter intersetorial e cooperativo. Por meio dos webinários, dos encontros presenciais e das ações práticas, a proposta busca induzir melhorias reais na gestão pública. O foco vai além do diagnóstico. O objetivo é oferecer ferramentas e suporte para que cada cidade possa avançar na proteção e promoção de direitos, alinhando-se aos princípios constitucionais da Proteção Integral e da Prioridade Absoluta,

regulamentados pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).

A agenda culmina no Dia D da Aliança pela Primeira Infância, marcado para 29 de novembro, quando os 133 municípios que não sediaram encontros presenciais realizaram, simultaneamente, suas mobilizações locais, replicando os serviços e as orientações compartilhadas nos eventos regionais e nos webinários. Com isso, o Tocantins inteiro foi alcançado pela iniciativa.

Outro marco simbólico, mas cheio de significado, foi a 'Cápsula do Tempo', disponibilizada no lançamento e nos demais eventos presenciais, onde crianças, mães, pais, educadores e lideranças escreveram cartas e desejos para o futuro. Esses registros ficarão guardados até 2026, ano em que serão abertos para relembrar os compromissos firmados e avaliar os avanços conquistados. "Talvez, ao abrir essas cápsulas, possamos ter a certeza de que tudo valeu a pena", disse o presidente do TCE Tocantins, conselheiro Alberto Sevilha, durante um dos encontros.

Compromisso com o amanhã

O Selo Município Amigo do Futuro, previsto para ser concedido em 2026, será um reconhecimento para os gestores que, ao longo do caminho, executarem as ações propostas no Guia Metodológico, realizarem os encontros locais, comprovarem melhorias nos indicadores sociais e demonstrarem comprometimento com o futuro das novas gerações. Para o ano vindouro, ainda estão previstas ações de fiscalização, com o intuito de verificar se, de fato, a administração pública investiu na primeira infância.

O TCE de Olho no Futuro – Aliança pela Primeira Infância instituiu um novo paradigma de atuação preventiva e pedagógica, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e com a diretriz de controle orientado para resultados.

A experiência tocantinense demonstra que é possível articular fiscalização, orientação e transformação social. E que o compromisso com a Primeira Infância é, também, um compromisso com o presente e com o futuro de todos os tocantinenses.



As seis edições regionais do Programa TCE de Olho no Futuro ofertaram serviços gratuitos à população contabilizando 21.600 atendimentos e capacitações.



A simbologia de lançar os aviõezinhos, um singelo brinquedo que toda criança aprende a fazer logo nos primeiros anos de vida, remete ao compromisso de garantir futuro com qualidade de vida às crianças tocantinenses.



Um dos mais procurados serviços públicos nos encontros regionais do TCE de Olho no Futuro é o Projeto Mini Cidadão que consiste na emissão de Carteiras de Identidade às crianças de 0 a 12 anos.

Tribunal de Contas da União (TCU)

Em atenção ao Ofício nº 600/2025 – IRB, datado de 23/9/2025, que solicita o envio de material para compor o Relatório Anual do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa, apresentamos as informações abaixo.

Em 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação), realizou uma auditoria operacional na gestão de acesso às creches, com foco na efetividade do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). O trabalho foi julgado em 2025, por meio do Acórdão 595/2025 – TCU – Plenário, sob a relatoria do Ministro Bruno Dantas.

A auditoria teve como objetivo avaliar a contribuição do Proinfância para a expansão de vagas em creches, a gestão de acesso às vagas e a atuação da União na coordenação e utilização de dados para o aprimoramento da política pública.

Entre as principais constatações, destacaram-se avanços significativos, como o impacto positivo do programa na ampliação de vagas, especialmente em municípios de pequeno porte. Contudo, foram identificadas fragilidades que comprometem a eficiência e a transparência da gestão, como baixa confiabilidade dos dados federais sobre Educação Infantil, ausência de critérios de priorização em muitos municípios e dificuldades na busca ativa de crianças em situação de vulnerabilidade.

O TCU fez recomendações importantes ao Ministério da Educação (MEC) para aprimorar a gestão e a coordenação da política pública. Entre elas, destacam-se: a criação de mecanismos no sistema de gestão para validar os códigos das escolas do Proinfância e evitar duplicidades; o desenvolvimento de um sistema eletrônico padronizado para os municípios gerenciarem o acesso às creches, com funcionalidades como registro de vagas, critérios de priorização e listas de espera; e o uso da adesão a esse sistema como critério para priorizar o repasse de recursos federais.

Além disso, foram recomendadas ações ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para garantir a precisão dos dados de localização das obras do Proinfância e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para implementar restrições no Educacenso, visando evitar inconsistências nos dados das escolas. A Casa Civil da Presidência da República, em conjunto com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, foi orientada a promover o uso do CadÚnico para identificar crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica e priorizar seu acesso às vagas em creches.

Por fim, o TCU recomendou ajustes no sistema Simec para permitir que o Distrito Federal solicite recursos para programas de apoio à Educação Infantil e encaminhou informações sobre unidades do Proinfância sem identificação de código Inep para avaliação pelos Tribunais de Contas. O trabalho reforça o compromisso do TCU com a melhoria das políticas públicas voltadas à primeira infância, contribuindo para a expansão e qualificação do acesso à educação infantil no Brasil.

Destaca-se que o tema da primeira infância pode ser objeto de outros trabalhos realizados por diferentes áreas do Tribunal, considerando sua abrangência e relevância. Essa possibilidade está alinhada ao disposto no Decreto 12.574/2025, que institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância.



Relatório Comitê Técnico da Primeira Infância

O Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa é presidido pelo Conselheiro Edson Ferrari, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e coordenado por Halim Antonio Girade, também do TCE-GO.

São objetivos do Comitê:

- I. Sensibilizar e mobilizar os Tribunais de Contas brasileiros para os assuntos pertinentes à Primeira Infância e que façam a adesão ao citado Pacto Nacional em pauta;
- II. Contribuir com os Tribunais de Contas para que somem esforços em seus estados de ação, para trazer outros atores sociais com o objetivo de se juntarem ao Pacto Nacional pela Primeira Infância;
- III. Promover encontros nacionais e estaduais para a sensibilização, mobilização, definição e avaliação das ações, além do monitoramento dos indicadores a serem definidos do Pacto Nacional pela Primeira Infância;
- IV. Contribuir e promover a análise da situação da Primeira Infância no Brasil.

Ações e iniciativas realizadas em 2025 pelo Comitê:

a) REUNIÕES TÉCNICAS:

- Reunião no IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas:



A reunião teve como pauta a apresentação de propostas do Comitê da Primeira Infância do IRB para a COP 30 e uma reflexão sobre os impactos dos fenômenos naturais extremos para as crianças de 0 a 6 anos de idade.

Ainda durante o evento, foram apresentadas duas edições do novo produto do Comitê – Primeira Infância em Foco, uma publicação que aborda as boas práticas dos Tribunais de Contas brasileiros e a publicação, em formato de história em quadrinhos, iniciativa do tribunal de Contas do Estado de Roraima, que tem se destacado nacionalmente pela defesa da Primeira Infância.



- II Encontro Nacional da Primeira Infância (I ENAPI) – Belo Horizonte – MG

• O Brasil tem 18,1 milhões de motivos para pensar em Políticas Públicas para a Primeira Infância. Este é o número aproximado de crianças de até 6 anos completos que vivem no país, segundo o Censo do IBGE, e que precisam ser priorizadas nos orçamentos, políticas públicas e planejamentos de municípios, estados e federação.

• Com o objetivo de fortalecer iniciativas a atenção e garantia dos direitos das crianças de 0 a 6 anos, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico de Primeira Infância (CTPI/IRB), fizeram realizar de 27 a 29 de agosto de

2025 o II Encontro Nacional da Primeira Infância (ENAPI), no Minascentro, em Belo Horizonte. O evento mobilizou gestores, especialistas e sociedade civil, de diversas regiões brasileiras, para troca de experiências e soluções que contribuam para o desenvolvimento integral nessa faixa etária.

- Mais de 1.200 pessoas participaram de evento em Belo Horizonte.



- Reuniões Auditoria Operacional da Primeira Infância – Parceria IRB e ATRICON

Realização de reuniões tematizando a Auditoria Operacional da Primeira Infância e visitas domiciliares no Programa Primeira Infância no SUAS / Criança Feliz e Estratégia de Saúde da Família, com a participação do Grupo da Auditoria da Primeira Infância do Comitê Técnica da Primeira Infância do IRB.

Participaram 29 Tribunais de Contas, com 57 equipes e 152 servidores, que avaliaram as visitas domiciliares em 155 municípios. A seguir o folheto de uma folha, mostrando os resultados da AOP em primeira infância.



- Reunião do Comitê Técnico da Primeira Infância no IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas de Florianópolis, 2 a 5 de dezembro de 2025.

Nessa reunião, foram apresentados e discutidos os resultados da Auditoria Operacional na Primeira Infância, em visitas domiciliares, realizada no primeiro semestre de 2025 e as tratativas relacionadas à decisão de uma Nota Recomendatória IRB e ATRICON para 2026, tais como o monitoramento e mostrar boas práticas dos Tribunais de Contas no tema, decorrentes da AOP.





• Cartilhas – A Primeira Infância em Foco, em formato físico e digital no site do IRB:

- Edição 1: prioriza apoio aos municípios na elaboração do PPA 2025, duas em maio e duas em junho.
- Edição 2: Planejamento estratégico e orçamentário orientam ações em Roraima para garantir prioridade à primeira infância.
- Edição 3: Nota Técnica sobre a necessidade do cuidado e educação de crianças nas férias escolares.
- Edição 4: Cidades que cuidam: o papel dos Municípios no desenvolvimento da primeira infância.



b) PUBLICAÇÕES:

• Lançamento do livro – A Primeira Infância e os Tribunais de Contas – Desigualdades, em formato físico e digital no site do IRB em: <https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2025/02/livro-a-primeira-infancia-e-os-tribunais-de-contasdesigualdades.pdf>



Propostas do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB para a COP 30 em Belém:

- Trabalhar junto ao MEC e congresso, para que em todo ciclo escolar no Brasil, desde a educação infantil até a universidade, se tenha a prática de educação ambiental no componente escolar, especialmente na primeira infância
- Que a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância do Governo Federal, tenha necessariamente um mapeamento de áreas de risco de acidentes decorrentes de eventos climáticos extremos e o monitoramento de cada uma das crianças vulneráveis dessas áreas, online e em tempo real.
- Garantir que em todos os Planos da Primeira infância, sejam eles nacional, estaduais e municipais, tenha a formulação de medidas emergenciais, e planos de aviso e evacuação de populações, garantindo prioridade de atendimento às famílias com crianças na primeira infância.



PRESIDENTE DO IRB

Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima (TCE-CE)

PRESIDENTE DO CTPI-IRB

Conselheiro Edson José Ferrari (TCE-GO)

COORDENADOR TÉCNICO DO CTPI-IRB

Halim Antonio Girade (TCE-GO)

PRODUÇÃO, REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

Anderson de Castro Cavalcante (TCE-GO)

Antônio Gomes de Oliveira (TCE-GO)

Bruno Eduardo Balduino de Souza (TCE-GO)

Halim Antonio Girade (TCE-GO)



Tribunais de Contas e a Primeira Infância em 2025



**Instituto
Rui Barbosa**

A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas